

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA E EDUCAÇÃO

Relatório no âmbito da Unidade Curricular Prática de Ensino Supervisionada

Celina Martins Santos

Orientação: Professor Doutor António Ricardo Mira

Mestrado em Ensino do Português no 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário e de Espanhol/Francês nos Ensinos Básico e Secundário

Área de especialização: Ensino do Português no 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário e de Espanhol dos Ensinos Básico e Secundário

Relatório de Estágio

Évora, 2015

CELINA MARTINS SANTOS

Relatório no âmbito da Unidade Curricular Prática de Ensino Supervisionada

Universidade de Évora

Mestrado em Ensino do Português no 3.º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário e de Espanhol dos Ensinos Básicos e Secundário

Orientação Professor Doutor *António Ricardo Mira*

Évora | 2015

Dedicatória

Este Relatório é dedicado a todos os alunos do *Colégio Rainha D. Leonor* que estudaram Espanhol entre o ano letivo de 2009/10 e 2012/13. Também é dedicado a todos os Professores que partilham a mesma paixão pelo ensino das Línguas Estrangeiras e que se destacam pela inovação pedagógica.

Agradecimentos

Ao estimado Professor Doutor António Ricardo Mira que me deu a mão e caminhou comigo.

Aos alunos, colegas e funcionários do *Colégio Rainha D. Leonor* que partilharam experiências, ao longo de quatro anos, que muito me ajudaram a crescer enquanto Professora e Pessoa.

A todos os que fizeram e fazem parte do meu percurso académico e profissional.

À minha família que acompanha e apoia, incondicionalmente, os meus projetos.

Epígrafe

A grandeza de uma profissão é talvez, antes de tudo, unir os homens: não há senão um verdadeiro luxo e esse é o das relações humanas.

Antoine Saint-Exupéry

Resumo

No presente relatório, por um lado, reflete-se a preparação que subjaz à profissão de professor, no que diz respeito à sapiência científica e destrezas pedagógica e didática. Adotando uma linha de pensamento crítico, reúnem-se perspetivas educativas, metodologias e abordagens pedagógicas assentes na construção do perfil do aluno e, consequentemente, também do professor. Por outro lado, oferece-se uma caracterização da planificação, da condução das aulas e da avaliação das aprendizagens dos alunos. Com carácter introspetivo, descrevem-se as atividades realizadas ao longo do ano letivo 2012/13 e revela-se, analiticamente, tanto a prática de ensino como todo o percurso de aprendizagem. Por fim, relata-se a participação ativa no Colégio Rainha D. Leonor e na sociedade em *prol* de um projeto educativo comum, desvendando a aposta do Professor na recuperação e na atualização do desenvolvimento profissional, uma vez que almeja a melhoria do seu desempenho ao longo da Profissão, ao longo da Vida.

Palavras-chave: Professor – Aluno – Ensino – Aprendizagem – Competências – Metodologias.

REPORT UNDER THE CURRICULAR UNIT SUPERVISED TEACHING PRACTICE

Abstract

This report, on the one hand, reflects the preparation underlying the teaching profession,

regarding the scientific wisdom and pedagogical and didactic skills. Adopting a line of critical

thinking, unites educational perspectives, methodologies and pedagogical approaches based

on the construction of a student profile and also the teacher's. On the other hand, it offers a

description of the syllabus, lesson implementation and student learning assessment. Taking an

introspective look, this describes the activities carried out during the school year 2012/13 and

analytically reveals itself both in teaching practice and the whole learning process. Finally, it

states the active participation in Colégio Rainha D. Leonor and in its local society in favor of

a common educational project unraveling the teacher's wager in the recovery and upgrading

of professional development, since it aims to improve the teacher's performance along his/her

Career, along Life.

Key-words: Teacher – Student – Teaching – Learning – Abilities – Methodologies.

Quadro de siglas e acrónimos

	Significado	
AA	Aulas Assistidas	
AO	Acordo Ortográfico	
AOE	Acordo Ortográfico Espanhol	
AOP	Acordo Ortográfico Português	
AVA	Avaliação das Aprendizagens	
CCE	Comissão das Comunidades Europeias	
CE	Conselho da Europa	
CEI	Currículo Específico Individual	
CIEB	Ciclo do Ensino Básico	
CNEB	Currículo Nacional do Ensino Básico	
CRDL	Colégio Rainha D. Leonor	
CT	Conselho de Turma	
DELE	Diplomas de Espanhol Língua Estrangeira	
DELL	Departamento de Estudos Linguísticos e Literários	
DIPLE	Diploma Internacional de Professor de Língua Espanhola	
DP	Direção Pedagógica	
DT	Diretor de Turma	
EE	Encarregado de Educação	
ELE	Espanhol Língua Estrangeira	
ELMT	Ensino das Línguas Mediante Tarefas	
ES	Ensino Secundário	
FAE	Fichas de Apoio ao Estudo	
GAVE	Gabinete de Avaliação Educacional	
GDL	Grupo Disciplinar de Línguas	
GPS	Gestão e Participações Sociais	
L1	Língua-mãe	
LBSE	Lei de Bases do Sistema Educativo	
LE	Línguas Estrangeiras	

LE2	Língua Estrangeira Segunda
MEC	Ministério da Educação e da Ciência
NEE	Necessidades Educativas Especiais
NEEP	Necessidades Educativas Especiais Permanentes
PA	Plano de Aula
PAA	Plano Anual de Atividades
PAPI	Plano de Acompanhamento Pedagógico Individual
PAPT	Plano de Acompanhamento Pedagógico de Turma
PC	Projeto Curricular
PCIC	Plano Curricular do Instituto Cervantes
PE	Projeto Educativo
PEL	Portefólio Europeu das Línguas
PENC	Programa Espanhol Nível Continuação
PIT	Plano Individual de Trabalho
PL	Passaporte das Línguas
PLA	Planificação Anual
PLNM	Português Língua Não Materna
PMP	Planificação a Médio Prazo
POCE	Programa e Organização Curricular do Espanhol no 3.º Ciclo
PR	Planos de Recuperação
QECR	Quadro Europeu Comum de Referência para as línguas
RAE	Real Academia Espanhola
SPOE	Serviços de Psicologia e Orientação Escolar
TIC	Tecnologias da Informação e da Comunicação
UE	União Europeia

Índice

Dedicatória	1
Agradecimentos	2
Epígrafe	3
Resumo	4
Abstract	5
Quadro de siglas e acrónimos	6
Índice	8
Índice de apêndices	10
Índice de anexos	12
Introdução	13
I – Preparação científica, pedagógica e didática	17
1. Conhecimento do currículo	17
2. Conhecimento do conteúdo	23
3. Conhecimento dos alunos	29
II – Planificação e condução de aulas e avaliação das aprendizagens	36
1. Perspetiva educativa e métodos de ensino	36
2. Preparação das aulas	43
3. Condução das aulas	47
4. Avaliação das aprendizagens dos alunos	52
III – Análise da prática de ensino	58
IV – Participação na escola	62

V – Desenvolvimento profissional	66
Conclusões	69
Referências bibliográficas	74
Apêndices	82
Anexos	159

Índice de apêndices

Apêndice A: Planificação Anual 7.º ano	82
Apêndice B: Planificação Anual 8.º ano	85
Apêndice C: Planificação Anual 9.º ano	88
Apêndice D: Planificação a Médio Prazo, 1.º Período – 9.º ano	91
Apêndice E: Planificação a Médio Prazo, 2.º Período – 9.º ano	94
Apêndice F: Planificação a Médio Prazo, 3.º Período – 9.º ano	96
Apêndice G: Teste de Funcionamento da Língua	99
Apêndice H: Inquérito para Levantamento de Interesses e Expetativas	102
Apêndice I: Esquema – Atividade de Apresentação	106
Apêndice J: Ficha Audiovisual Vamos de tapas	108
Apêndice K: Imagem – <i>Puzzle</i> da <i>tortilla</i>	111
Apêndice L: Famosos: antes y ahora	115
Apêndice M: Compreensão Leitora – 9.º ano	118
Apêndice N: Plano de Aula Assistida	122
Apêndice O: Avaliação Diagnóstica – 7. ° ano	125
Apêndice P: Avaliação Formativa – 8.º ano	128
Apêndice Q: Prova Escrita de Avaliação 9.º ano	131
Apêndice R: Ficha de Compreensão Audiovisual	136
Apêndice S: Relatório 'Dia da Hispanidade'	140
Apêndice T: Relatório 'Academia de Espanhol'	143
Apêndice U: Exame de Equivalência à Frequência – Junho	147

Apêndice V: Exame de Equivalência à Frequência – Setembro	153

Índice de anexos

Anexo A: Despacho n.º 17169/2011	159
Anexo B: Lei de Bases do Sistema Educativo	161
Anexo C: Critérios de Avaliação das Aprendizagens	177
Anexo D: Critérios de Avaliação da Prova Oral de Exame de Equivalência à Frequência	186
Anexo E: Decreto-Lei n.º 286/89.	191
Anexo F: Níveis Comuns de Referência – QECR	199
Anexo G: Lista de manuais adotados no ano letivo 2012/13	201
Anexo H: Grelha de Observação de Aulas	203
Anexo I: Imagens do CRDL	205
Anexo J: Grelha Excel de Avaliação Contínua	217
Anexo K: Reflexão de Aula Assistida	219
Anexo L: Relatório <i>Halloween</i>	221
Anexo M: Relatório da Semana das Línguas	224
Anexo N. Relatório de Autoavaliação Docente	227

Introdução

O presente relatório corresponde à unidade curricular Prática de Ensino Supervisionada, inscrita no Mestrado em Ensino do Português no 3.º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário e de Espanhol nos Ensinos Básico e Secundário, e tem como finalidade habilitar-nos profissionalmente para o desempenho de todas as funções inerentes à atividade de professor nos níveis e nas áreas do saber supracitadas.

Numa linha expositiva e descritiva, pretendemos demonstrar a nossa capacidade de reflexão dando cumprimento aos seguintes propósitos: recuperar e consolidar conhecimentos e práticas, investigar e inquirir procedimentos profissionais, analisar e repensar o processo de ensino-aprendizagem, atualizar conhecimentos científicos e inovar metodologias, apreciar e criticar documentos que regulam a nossa profissão. Ambicionamos apresentar autonomia, empenho e dedicação em mais um marco representativo do nosso desenvolvimento profissional que está em constante mutação, revelando espírito de abertura, conhecimento multidisciplinar e procura incansável de soluções visionárias, adotando sempre uma postura introspetiva de autoavaliação.

Este relato diz respeito ao ano letivo de 2012/13 e serve para expor, partilhar, descrever, inventariar e caracterizar a nossa prática letiva no *Colégio Rainha D. Leonor* (CRDL), na qualidade de professora de Espanhol, no 3.º Ciclo do Ensino Básico, dos 7.º, 8.º e 9.º anos de escolaridade.

Atendendo à dimensão profissional, social e ética, à dimensão de desenvolvimento do ensino e da aprendizagem, à dimensão de participação na escola e de relação com a comunidade e ainda à dimensão de desenvolvimento profissional ao longo da vida, propomos repartir a redação deste relatório em cinco momentos que dizem respeito, respetivamente: I - à preparação científica, pedagógica e didática; II - à planificação e condução de aulas e avaliação de aprendizagens; III - à análise da prática de ensino; IV - à participação na escola; V - ao desenvolvimento profissional.

No primeiro momento, pretendemos descrever a forma como preparamos o ano letivo, uma vez que as responsabilidades do professor não se confinam à sala de aula, explicando a preparação determinante que nos é exigida e está inequivocamente inerente às

nossas funções a nível científico, pedagógico e didático. Pretendemos mostrar a que paradigmas das Línguas Estrangeiras (LE) obedecemos, que metodologias adotamos, o que entendemos por curricula e que importância atribuímos a este conceito. Também desejamos analisar os documentos que regulam a nossa profissão e posicionarmo-nos sobre eles criticamente no que diz respeito à definição de finalidades, objetivos, conteúdos e avaliação. Sobre os conteúdos, pretendemos refletir até onde deverá ir o conhecimento do professor de LE sobre os conteúdos e sobre os programas, que importância lhes atribuímos e quais são os recursos de que dispomos para proceder à seleção e ao tratamento dos conteúdos. Queremos mostrar como devem ser encarados os programas e os manuais, que léxico, que gramática e que cultura temos que selecionar, denunciando o nosso papel inquisitivo face ao processo de ensino-aprendizagem. Ainda neste capítulo, reanalisamos a forma de ensinar e de aprender; averiguamos o que condiciona ou motiva a aprendizagem; expomos as dificuldades que existem na sala de aula e como se podem superar; explicamos o que podemos, enquanto professora de Espanhol, fazer para resolver obstáculos linguísticos e culturais numa língua tão próxima do Português e, também, como podemos ajudar os nossos alunos, efetivamente, a obter sucesso e a cumprir objetivos escolares.

No segundo capítulo, debruçamo-nos sobre o nosso desempenho ao longo do ano letivo apresentando e repensando as nossas perspetivas educativas, as metodologias e as abordagens didático-pedagógicas que adotamos. Descrevemos o perfil do aluno e do professor e explicitamos como podemos motivar as crianças para o estudo do Espanhol. Assente numa reflexão com cariz metodológico, queremos partilhar a nossa postura, enquanto professora de Língua Estrangeira, não só no CRDL e na sociedade educativa portuguesa como também na União Europeia (UE) e na sociedade global, sociedades marcadas pela diversidade linguística e cultural, através da caracterização das nossas aulas e da descrição de algumas atividades que se realizam, nos três níveis do 3.º Ciclo do Ensino Básico. Relativamente à preparação das aulas, queremos mostrar quais são os documentos criados no CRDL, como se elaboram e em que circunstâncias; o que acontece antes, durante e depois das aulas de Espanhol; de que forma organizamos as aulas estrutural, espacial e temporalmente; que recursos usamos e como os adaptamos. Desejamos, neste item, descrever a forma como conduzimos as aulas, explanando como decorrem as várias relações entre os seus intervenientes e demonstrar ainda a nossa forma de atuar perante o 'conflito' na sala de aula. Pretendemos explicar que lugar ocupa o Espanhol nas nossas aulas, dando conta das preocupações sobre como é que afinal se aprende uma língua. Por último, almejamos refletir sobre a avaliação das aprendizagens,

propondo-nos, para esse efeito, apresentar e descrever o tipo de avaliações que usamos, mostrar como avaliamos, partilhar a importância que atribuímos à avaliação. Queremos ainda revelar de que maneira se podem acionar mecanismos para acompanhar a evolução, negativa e positiva, dos nossos alunos, evidenciando a nossa postura perante o erro. De facto, ambicionamos provar que a avaliação nos ajuda a conhecer melhor os alunos, sendo possível detetar e fazer um levantamento das falhas mais comuns, de modo a ajudá-los a vencer obstáculos.

No capítulo seguinte, auspiciamos o momento de reflexão máxima, de introspeção, sobre as nossas aulas para dar resposta às seguintes preocupações: será que ensinamos bem?; será que os nossos alunos aprendem, verdadeiramente?; será que correspondemos às expetativas?; escolhemos os melhores recursos, adotamos as metodologias mais eficazes? Neste ponto, pretendemos averiguar se evidenciamos o conhecimento científico, se promovemos a aprendizagem, se somos flexíveis e se temos a capacidade de adaptação a situações novas, se incluímos e fazemos incluir o Projeto Educativo, se potenciamos a comunicação, se planeamos e planificamos, se somos versáteis e objetivos na avaliação, se procuramos informar-nos e atualizar conhecimentos, tanto para a preparação da aula e sua condução, como também para a aprendizagem dos alunos e para a nossa aprendizagem, na qualidade de professora de Espanhol.

No quarto momento, pretendemos explicar como é que o CRDL se apresenta à sociedade e o que nela representa e, por outro lado, como é que a sociedade intervém e participa nas atividades educativas. Também desejamos partilhar a nossa postura e participação na sala de aula com os nossos alunos, em atividades com o Grupo Disciplinar de Línguas, com o Departamento de Estudos Linguísticos e Literários, com a comunidade educativa, com os restantes colégios do grupo de Gestão e Participações Sociais (GPS) e com a cidade que "abraçou" o CRDL há dez anos.

Por fim, no quinto e último capítulo, aspiramos revelar a forma como nos desenvolvemos e crescemos enquanto profissionais, autonomamente, com os alunos e com os colegas, e a forma como encaramos o Relatório de Avaliação do Desempenho Docente, expondo as competências profissionais e de conduta que reconhecemos bem como as competências sociais e de relacionamento que estabelecemos.

Com este documento, que não se cinge somente ao relato, objetivamos, pois, levantar e analisar questões, aceitá-las ou refutá-las, problematizar algumas perspetivas e metodologias mas, principalmente, comprovar que é possível, útil e capital criar uma linha de pensamento reflexivo, que nos dota da capacidade de repensar e atualizar o nosso desempenho profissional, não só para este projeto académico como também para o Futuro.

I – Preparação científica, pedagógica e didática

1. Conhecimento do currículo

A profissão de professor é alargada no tempo, na medida em que o seu desempenho profissional não se confina ao calendário letivo. De facto, o professor começa a dar provas das suas competências antes do Ministério da Educação e da Ciência (MEC) anunciar o início do ano letivo.

Assim sendo, o professor prepara-se a nível científico, pedagógico e didático procurando dotar-se de conhecimentos sobre o currículo que vai estar, intrinsecamente, ligado a toda a sua prática profissional.

O currículo é definido como um instrumento ao serviço de todos os que "participan directa o indirectamente en la enseñanza y el aprendizaje de la lengua y tiene como objetivo principal facilitar la integración y la coherencia de las decisiones que se adoptan y de las actuaciones que se llevan a cabo" (Santa-Cecilia, 1995, p. 22). Na sua criação participam investigadores, responsáveis pelos programas de difusão linguística e cultural, responsáveis pela elaboração dos programas das línguas, equipas de trabalho docente, coordenadores pedagógicos de escolas, editores, professores e alunos.

Até aos anos 80, o ensino das LE obedecia a um paradigma linguístico que contrariava os pressupostos da teoria da educação; no entanto, a partir dos anos 70, o conceito de «competência comunicativa» começa a desenvolver-se graças ao uso crescente das LE e a fatores extralinguísticos que interferem na comunicação o que, consequentemente, motivou uma revisão dos conteúdos dos programas tradicionais, objetivando-se uma reflexão das verdadeiras intenções dos falantes para comunicar. Almeja-se desbravar caminho para perceber o que significa ensinar e aprender uma LE. Neste contexto, incluímos o conceito de 'currículo' que experimenta os princípios inerentes a uma metodologia comunicativa, o que vai permitindo, até à atualidade, repensar o ensino das LE sob uma perspetiva inovadora assente nos seguintes fatores:

⁻ la necesidad de considerar la integración de los distintos componentes curriculares – objetivos, contenidos, metodología y evaluación – en el ámbito de la planificación de la enseñanza;

⁻ la valoración de las variables individuales – factores cognitivos y afectivos;

- en el aprendizaje, así como la importancia de incorporar, mediante procedimientos de negociación y consulta, las necesidades y las expectativas de los alumnos al proceso de enseñanza y aprendizaje;
- la importancia de favorecer el desarrollo de la responsabilidad de los alumnos con respecto a su propio aprendizaje;
- la consideración del conocimiento comunicativo del alumno como parte de su desarrollo social y personal, con la consiguiente valoración de la dimensión socio-cultural del currículo. (Santa-Cecilia, 1995, p. 10)

A aplicação do currículo às LE é necessária e facilita a nossa prestação na condução do processo de ensino-aprendizagem, uma vez que representa uma tentativa de:

constituir una especialidad de carácter multidisciplinar que pueda desarrollarse a partir de fundamentos propios. Esta especialidad deberá poner en relación la teoría y la práctica de la enseñanza en un proceso dinámico que permita ir adoptando las soluciones más adecuadas en cada caso concreto a partir de unos principios generales que estén abiertos a la crítica en función de los resultados de la experiencia. (Santa-Cecilia, 1995, p. 23)

Estes princípios, que encaramos como reguladores e nunca como normativos, despontam na Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), no Quadro Europeu Comum de Referência (QECR), no *Plan Curricular* do Instituto Cervantes (PCIC) e no Programa e Orientação Curricular de Espanhol (POCE). Referimo-nos ainda pontualmente ao Currículo Nacional do Ensino Básico (CNEB) uma vez que surge no mesmo ano do QECR e acompanha os princípios da Comissão Europeia, apesar de já não ser um documento regulador da nossa prática¹.

Considerando o primeiro documento supracitado, a 14 de outubro de 1986, o número 237 da I série do Diário da República publica a LBSE² que surge definida como um "conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação, que se exprime pela garantia de uma permanente acção formativa para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade" (Diário da República, 1986, p. 3067). Este documento caracteriza-se por ser atual³, regulando ainda hoje a nossa preparação científica, pedagógica e didática, no que diz respeito ao âmbito e princípios nele apresentados.

Esta Lei serve todo o ensino e toda a formação em Portugal, mas importa que nos debrucemos sobre o ensino do Espanhol, em concreto, visto que esta disciplina faz parte do currículo há pouco tempo e, ora constitui ainda uma novidade para algumas instituições escolares, ora representa já uma desistência por parte dos Coordenadores Pedagógicos que optam por não inclui-la como oferta devido à importância crescente que é atribuída ao Inglês;

³ A LBSE sofreu apenas duas revisões, em 1997 e 2005, apresentando alterações, somente, no Ensino Superior.

¹ O CNEB é revogado pelo Despacho n.º 17169/2011, de 23 de dezembro, disponível no Anexo A.

² Consultar Anexo B: LBSE.

à pressão, junto dos sindicatos, dos professores sem horário de outras disciplinas; e à falta de professores qualificados, entre outras razões.

Em 1991, os governos de Espanha e de Portugal acordam a incorporação do Espanhol no currículo português e, também do Português, no currículo espanhol. Depois de seis anos, publica-se um Decreto-Lei que formaliza e viabiliza o ensino do Espanhol nas nossas escolas. No ano letivo de 1996/97, introduz-se o Espanhol nas escolas como Língua Estrangeira Segunda (LE2), como língua opcional e, é neste contexto, que surge o programa da disciplina: o POCE. Em 1997, o MEC apela a uma reflexão sobre o CNEB, permitindo a sua reorganização.

O ano de 2001 fica nas nossas memórias como o Ano Europeu das Línguas, ano impulsionador da promoção da aprendizagem das línguas apostando na diversidade linguística, o ano da publicação do QECR e da esperada revisão do CNEB.

O QECR reflete a política linguística que se pretende vigente na UE e ambiciona responder aos seguintes objetivos, apresentados por Rebeca Rivilla:

- proteger y desarrollar la rica herencia lingüística y la diversidad cultural de Europa como fuente de enriquecimiento mutuo;
- facilitar la movilidad personal y el intercambio de ideas entre los ciudadanos europeos, promoviendo el desarrollo de habilidades comunicativas en una variedad de idiomas, y, de este modo, haciendo posible el trabajo en común;
- desarrollar un enfoque para la enseñanza de lenguas extranjeras coherente, basado en principios comunes y que cuente con las opiniones y experiencias de los expertos del campo de la enseñanza de lenguas de los distintos estados miembros;
- promocionar el plurilingüismo a gran escala. (Rivilla, 2004, p. 634)

Na nossa opinião, o currículo deve fundamentar e apoiar a nossa prática profissional pelo que consideramos essencial a sua revisão, visando a melhoria do processo de ensino-aprendizagem. Além disso, o CNEB permite aos professores confrontar criticamente as teorias que advêm das Ciências da Educação com a prática docente, estimulando-se assim a reflexão. Aliás, todos os documentos - o POCE, o QECR, o CNEB e o PCIC -, partilham a promoção da reflexão e apresentam-se como instrumentos de mediação da nossa prática.

A nossa prática pedagógica e didática ganha, pois, forma a partir do conhecimento de todos estes documentos no que diz respeito às finalidades, aos objetivos, aos conteúdos, às metodologias e à avaliação. No CRDL, os professores de LE reúnem-se para uniformizar as LE no 3.º Ciclo - Francês, Espanhol e Alemão -, pelo que se procura a consonância para elaborar a documentação específica, a partir de todos estes documentos reguladores.

Desta forma passamos, em primeiro lugar, à análise da Planificação Anual⁴ (PLA) de Espanhol no 3.º Ciclo do Ensino Básico (CIEB), que contempla os conteúdos e a avaliação. Relativamente aos conteúdos, no CRDL, os docentes de LE optam por distribui-los nas PLA em categorias temáticas, isto é, conforme enunciado no QECR, representam-se sob a forma de temas comunicacionais "Dentro dos vários domínios podemos distinguir temas, tópicos, que constituem o centro do discurso, da conversa, da reflexão ou da composição, como centros de atenção de determinados atos comunicativos" (Conselho da Europa [CE], 2001, p. 83). No que diz respeito à avaliação, verifica-se que está em conformidade com o QECR e com o CNEB pois a 'avaliação de conhecimentos', como se refere no CNEB, pratica-se através da utilização de "instrumentos diversificados de avaliação, adequados à flexibilização e diferenciação que a gestão curricular exige" (MEC, 2001a, p. 42), bem como a auto e heteroavaliação que constam no QECR (CE, 2001, p. 262). A avaliação segue a LBSE na medida em que, como se pode ler no POCE, se pretende "estimular o sucesso educativo de todos os alunos, favorecer a confiança própria e contemplar os vários ritmos de desenvolvimento e progressão [...] e de garantir o controlo da qualidade de ensino" (MEC, 1997, p. 32).

A avaliação contínua que adotamos divide-se em diagnóstica, formativa e sumativa. A maioria destas avaliações visa obter uma classificação a partir de uma escala e/ou a partir de uma lista de verificação, tal como sugerido no QECR.

Os critérios da avaliação das aprendizagens⁵ (AVA) no CRDL também seguem as diretrizes do QECR, uma vez que são elaborados descritores de atividades comunicativas como listas de verificação para a expressão oral e escrita.

O quadro de avaliação contínua das LE define os instrumentos de avaliação, que são entendidos também como tarefas, e ainda o objeto da avaliação no 2.º e 3.º CIEB e no Ensino Secundário (ES). Os instrumentos de avaliação correspondem a dois testes escritos de avaliação de conhecimentos, à apresentação oral formal, a uma atividade de interpretação oral ou audiovisual, à participação oral e à observação direta.

Nem todos os instrumentos de avaliação do quadro obedecem a descritores, nomeadamente a participação oral e a observação direta, cujas classificações resultam de uma avaliação com cariz mais subjetivo. No entanto, à luz da experiência e da autonomia, vamos conseguindo diminuir essa subjetividade, já que a observação direta pode resultar

_

⁴ Consultar Apêndice A: Planificação Anual 7.° ano; Consultar Apêndice B: Planificação Anual 8.° ano; Consultar Apêndice C: Planificação Anual 9.° ano.

⁵ Consultar Anexo C: Critérios de Avaliação das Aprendizagens.

sistematizada através dos parâmetros que definimos e contemplamos rigorosamente.

Destaca-se a apresentação oral formal que obedece aos critérios propostos pelo Gabinete de Avaliação Educacional (GAVE) para o Teste Intermédio de Inglês. Esta situação é-nos afeta nos Exames de Equivalência à Frequência de Espanhol, na prova da oralidade⁶.

Procedendo à análise das Planificações a Médio Prazo⁷ (PMP) podemos verificar que o conceito de 'conteúdo' acompanha o de «competência». De facto, pretende-se ensinar conteúdos para avaliar competências e não ensinar conteúdos para cumprir objetivos. As competências, segundo o QECR, são o "conjunto dos conhecimentos, capacidades e características que permitem a realização de acções" (CE, 2001, p. 29).

Com o intuito de traçar objetivos apoiamo-nos, por um lado, nas competências gerais que constam no QECR, a saber: o conhecimento declarativo; as capacidades e a competência de realização; a competência existencial; a competência de aprendizagem. Por outro lado, nas competências comunicativas, a saber: linguísticas, sociolinguísticas e pragmáticas (CE, 2001, pp. 34-35).

Nas PMP não se enumeram metodologias nem métodos, mas definem-se estratégias de desenvolvimento comuns às LE que, no fundo, respondem às 'opções metodológicas' propostas pelo QECR (CE, 2001, p. 199).

Como consta no POCE (MEC, 1997, p. 7), as finalidades dos professores de LE, que integram uma abordagem orientada para a ação, vão no sentido de promover o contacto com as LE e com a cultura; de potenciar a consciência de identidade linguística e cultural; de promover os valores de cidadania a favor da comunicação; de facilitar, de forma equilibrada, a aprendizagem cognitiva, socioafetiva, estético-cultural e psicomotora; de apostar no aluno como protagonista de todo o processo educativo; e de potenciar a dinâmica intelectual para além do espaço confinado à sala de aula.

As metodologias que escolhemos assentam na abordagem comunicativa posto que defendemos as necessidades do aluno e não nos vemos no centro do processo de ensino-aprendizagem, à dissemelhança do professor tradicional. Seguindo as orientações do QECR, encaramos os alunos como agentes sociais que realizam atividades dentro de um contexto social. Assim, há que combinar as várias competências comunicativas no aluno e não, como tradicionalmente se fazia, somente linguísticas. Apostamos em tarefas motivadoras que

6

⁶ Consultar Anexo D: Critérios de Avaliação da Prova Oral.

⁷ Consultar Apêndice D: Planificação a Médio Prazo do 1.º Período do 9.º ano; Consultar Apêndice E: Planificação a Médio Prazo do 2.º Período do 9.º ano; Consultar Apêndice F: Planificação a Médio Prazo do 3.º Período do 9.º ano.

respondem às motivações dos alunos e permitimos ao aluno ser também criador de tarefas, envolvendo-se diretamente na sua aprendizagem e avaliação.

Esta abordagem tem como principal característica desenvolver as destrezas interpretativas e expressivas a partir da promoção de situações reais. Os alunos devem participar ativamente e produzir enunciados essencialmente orais, mais do que escritos, o que vai dotá-los de autonomia comunicativa. As línguas servem para que as pessoas comuniquem oralmente umas com as outras, para expressar um sentimento ou intenção e não para relatar, com palavras escritas, o que percebem com os cinco sentidos.

Também adotamos o ensino por tarefas, porque assim permitimos aos alunos comprovar o Saber Fazer e alcançar objetivos. Esta abordagem obriga-nos a conhecer muito bem o POCE, o PCIC, as necessidades dos nossos alunos e a estar em permanente atualização para adquirirmos competência didática. Optando pelo ensino por tarefas, antevemos, com clareza, a conveniência de conhecer e manusear corretamente tanto o QECR, que adota o modelo comunicativo por tarefas, como o PCIC.

O PCIC, já mencionado algumas vezes, "es un documento de carácter pragmático en el que se recoge el conjunto de orientaciones e informaciones que guía la actividad de los centros del Instituto Cervantes en todo lo relacionado con la enseñanza del español" (Santa-Cecilia, 1995, p. 79). Este documento segue as orientações do CE (2001) e, com a sua leitura, podemos sentir e refletir sobre a universalidade do currículo do Espanhol em todo o mundo que devemos considerar numa era marcada pela mobilidade de gentes e culturas.

O PCIC, como documento orientador e aberto, centra-se no aluno e segue os seguintes princípios:

un enfoque de la lengua como vehículo de comunicación, un interés por el desarrollo de la responsabilidad del alumno con respecto a su propio aprendizaje y [...] una vocación de impulsar una imagen actual de la cultura española y un afán por fomentar el intercambio cultural con otros pueblos". (Santa-Cecilia, 1995, p. 79)

No CRDL, provando-se a utilidade do conhecimento dos *curricula* das distintas áreas disciplinares, os Conselhos de Turma (CT) analisam as disciplinas que transferem conteúdos para atividades extracurriculares e procedem à articulação interdisciplinar e interciclos, contemplada no Plano de Atividades Anual (PAA), observando-se uma mobilização dos conteúdos da disciplina de Espanhol para outras disciplinas, para atividades que complementam o currículo ou até para atividades extraletivas. Por exemplo, a disciplina de Espanhol, no 7.º ano de escolaridade, articula com a disciplina de Inglês a identificação

pessoal e a expressão de gostos pessoais; com a Geografia e o Inglês, a localização geográfica de países.

Concernente à transferência de conteúdos, a disciplina de Espanhol está sempre em sintonia com os temas da Festa de Natal e do Carnaval⁸. Neste ano letivo, o tema do desporto foi trabalhado nos três níveis, aludindo-se às atividades extraletivas.

Uma vez analisado o currículo e adaptado à realidade do CRDL, os professores empenham-se no conhecimento dos conteúdos programáticos da sua disciplina, para que possam confrontá-los com os recursos de que dispõem e, por conseguinte, preparar a atividade letiva.

2. Conhecimento do conteúdo

Os professores, para além do conhecimento do currículo, devem conhecer com detalhe os conteúdos programáticos da sua disciplina, de todos os níveis.

No caso do Espanhol, por tratar-se de uma LE, os conteúdos contemplados nos diferentes anos escolares não são muito díspares verificando-se apenas uma adaptação e gradação do nível. De facto, se procedermos à análise de todos os programas de Espanhol, 2.º ciclo, 3.º ciclo de Iniciação e Continuação, Ensino Secundário Regular, Recorrente e Profissional, deparamo-nos com os mesmos temas/conteúdos. Por isto mesmo, achamos que o QECR complementa e orienta a leitura de todos estes programas à exceção daquele que precisamente nos diz respeito, o POCE, como explicitaremos mais adiante.

Na qualidade de professora de ELE, reiteramos a necessidade de se ter noção de todos os programas referentes à disciplina e, no nosso caso em particular, conhecer de forma mais aprofundada os conteúdos programáticos inerentes ao 3.º CIEB. Este conhecimento global deve existir para se poder confrontar os conteúdos do programa com os níveis de referência para as LE a partir do QECR, para elaborar as planificações com mais rigor, para planear atividades diferentes e para poder responder a dúvidas, que vão surgindo nas aulas sobre quando se aprende este ou aquele conteúdo, colocadas frequentemente pelos nossos alunos.

Para obter a informação concreta sobre os conteúdos programáticos lecionados no 3.º

⁸ Os jogos olímpicos constituem o tema da Festa de Natal e de Carnaval no ano letivo 2012/13, no CRDL.

CIEB, dispomos de dois documentos-chave: o POCE e o PCIC.

O POCE respeita a LBSE e o Decreto-Lei n.º 286/899 mas, atendendo à data em que foi homologado¹⁰, não se apresenta como atual, como já tínhamos antecipado, pois não segue as linhas orientadoras do QECR nem o novo Acordo Ortográfico Português (AOP). Adotando a abordagem comunicativa e enaltecendo o aluno como protagonista, o POCE encara a língua, no processo de aquisição, como um "instrumento privilegiado de comunicação, graças à sua capacidade de representar a realidade, partilhada na generalidade por todos os membros de uma comunidade linguística, que nos permite receber e transmitir informação de natureza muito diversa" (MEC, 1997, p. 5), não descurando os 'significados culturais'. Assim sendo, estão reunidas as condições necessárias, na nossa opinião, para engendrar uma aula de LE: os alunos, considerados como protagonistas, fazem uso da língua para comunicar linguística e culturalmente. Analisando as finalidades e os objetivos gerais, constatamos que o POCE não se distancia muito do QECR, que aparece quatro anos depois; no entanto, prosseguindo com a leitura do POCE, deparamo-nos com alguns conceitos que preferimos substituir à luz do QECR que revelam inovação pedagógica, designadamente, 'domínios', 'procedimentos e atitudes' e 'atos de fala' por, respetivamente, «competências», «atividades e estratégias comunicativas» e «processos de comunicação linguística».

No POCE os conteúdos aparecem sob a forma de domínios, a saber: compreensão oral, expressão oral, compreensão escrita, expressão escrita, reflexão sobre a língua e a sua aprendizagem e aspetos socioculturais. Todavia, não são estes conteúdos que nos esclarecem sobre as matérias que vamos lecionar nas aulas porque a informação que procuramos consta, contra todas as expetativas, em dois anexos dedicados aos 'atos de fala' e aos 'conteúdos gramaticais'. Ora, se por um lado as aulas de ELE reúnem mais competências, por outro lado, pensamos que há um desequilíbrio na distribuição de conteúdos visto que há mais 'conteúdos gramaticais' do que de 'atos de fala'. Por mais que consigamos vislumbrar os Níveis Comuns de Referência¹¹ do QECR (CE, 2001, pp. 61-65), nestes dois anexos do POCE (MEC, 1997, pp. 21-28), não concordamos que as aulas de ELE se reduzam a atos de fala e a gramática.

Em relação ao conceito de gramática, também preferimos que seja encarada como uma competência linguística, como referido no QECR (CE, 2001, p. 157), a par de outras enunciadas como a competência lexical, semântica, fonológica, ortográfica e ortoépica.

Por todo o exposto e pela análise do Programa de Espanhol - Nível Continuação

⁹ Consultar Anexo E: Decreto-Lei n.º 286/89.

¹¹ Consultar Anexo F: Níveis Comuns de Referência propostos pelo QECR.

(PENC), homologado em 2009, achamos que podemos adequar os conteúdos do POCE aos conceitos, atuais, do PENC. Esta escolha prende-se com dois motivos: em primeiro lugar, ao examinarmos os conteúdos das competências linguísticas, designadamente da gramática, do léxico e da cultura, propostos pelo PENC, concluímos que os conteúdos são praticamente os mesmos. Por exemplo, na grelha de conteúdos linguísticos da competência gramatical, conferimos que os objetivos fonéticos, gráficos, lexicais e discursivos mantêm-se, ao passo que nos objetivos específicos morfossintáticos há que ter em atenção o seguinte: no 7.º ano de escolaridade iniciam-se conteúdos, não se sistematizam; há conteúdos que não se estudam no ano de introdução à LE, como modos verbais, que não o indicativo, ou pronomes de relativo. Estas situações, sobejamente dominadas pelos professores de Espanhol Língua Estrangeira (ELE), jamais constituem obstáculos à leitura do PENC.

Os conteúdos no PCIC organizam-se sob várias perspetivas de análise da língua e da sua aprendizagem: língua e comunicação; língua e sistema; língua, cultura e sociedade; e língua e aprendizagem (Santa-Cecilia, 1995, p. 80).

Uma vez criada a ponte entre o QECR, o programa da disciplina (adaptação do POCE ao PENC) e o PCIC, podemos explorar os conteúdos dos manuais que adotámos, após uma cuidada análise, e apurar as competências comunicativas em língua, nomeadamente as linguísticas, as sociolinguísticas e as pragmáticas para que, *a posteriori*, planifiquemos as nossas aulas, selecionando e adaptando recursos, *inclusive* os próprios manuais.

As unidades didáticas propostas pelos manuais¹², que por sua vez respeitam o POCE, favorecem a competência semântica, fonológica, ortográfica e ortoépica em todos níveis de ELE. De facto, o tratamento do significado, da pronúncia - atendendo ao facto de que, segundo Dolors Olivé, "...el primer paso para modificar la pronunciación de los estudiantes debe consistir en una tarea de tipo perceptivo, que permita a los alumnos identificar claramente el sonido o el perfil entonativo que se realicen" (Olivé, 2004, p. 762) – e a sua correção está imanente a todos os conteúdos, bem como a correção ortográfica e o conhecimento do acordo ortográfico da LE.

Relativamente ao léxico, os nossos alunos anseiam por aprender vocabulário pelo que percebemos a importância desta competência na aprendizagem de LE. Mas que léxico devemos ensinar? O QECR assinala quatro formas para selecionar léxico: eleger palavras e expressões-chave; apurar a frequência da utilização das palavras; eleger textos e documentos autênticos; não elaborar uma planificação prévia mas antes permitir que o léxico vá

-

¹² Consultar Anexo G: Lista de manuais adotados no CRDL.

aparecendo na voz dos alunos. Esta seleção deve assentar no critério da utilidade de determinada palavra usada em contexto comunicativo (CE, 2001, p. 210).

Sendo o Espanhol uma língua pluricêntrica, é importante referir que nas nossas aulas adotamos o espanhol de Espanha; no entanto, não descuramos nenhum outro estândar visto que «nevera» não é melhor que «frigider¹³», «computadora¹⁴» menos correto que «ordenador» ou «chaqueta» preferível a «gabán».

No entanto, para aprender uma língua estrangeira não basta aprender vocabulário contrariamente ao que alguns alunos ainda pensam. Quando a língua lhes é desconhecida perguntam frequentemente 'Como é que se diz isto em Espanhol?'. Embora reconheçamos que a aprendizagem do vocabulário é primordial, há outros fatores que devemos valorizar tais como a integração num contexto linguístico, a correspondência ao contexto comunicativo, a diversidade de contactos com as palavras que se vão aprendendo e a própria ativação do vocabulário. Posto isto, queremos sublinhar que um aluno terá que aprender mais do que vocabulário se quiser usar uma LE. Um indivíduo, quando fala, produz enunciados linguísticos que, por sua vez, reúnem signos linguísticos que deverão ordenar-se no tempo numa cadeia do discurso. Ora, como as unidades linguísticas se dividem tanto em morfemas lexicais como gramaticais, será impossível que os nossos alunos aprendam só o vocabulário.

Surge-nos pois a gramática e, sobre esta competência, defendemos que os professores devem possuir uma visão abrangente do ensino, fazendo-se valer de uma perspetiva tradicional, estrutural, distributiva, generativa e transformativa porque nas salas de aula assiste-se, muitas vezes, à convivência de todas estas gramáticas. No entanto, estas perspetivas não funcionam plenamente e, por isso mesmo, achamos importante pensar o lugar da gramática nas nossas aulas. A primeira ideia que retiramos sobre a análise linguística é que toda a mensagem que produzimos assenta numa base gramatical. Contudo, não queremos com isto dizer que a gramática vai ocupar toda a aula e, apesar da sua extrema importância, ela vai surgir apenas a partir das tarefas que vamos propondo aos nossos alunos, servindo para produzir enunciados escritos e orais. Mas sabemos que o ensino do «habla por el habla» não funciona já que as regras também terão que ser reconhecidas e assimiladas. Surge-nos pois a questão: Como ensinar/apresentar as regras aos alunos? A aprendizagem de uma LE deve ser gradual – tal e qual como foi com a nossa Língua-mãe (L1) nos nossos primeiros anos de vida e depois, com um cariz mais formal, no 1.º CIEB; isto é, há que ir do mais simples ao mais

13

¹³ Termo usado no Peru.

¹⁴ Termo usado nos países hispânicos.

complexo, do essencial ao secundário. Nós devemos preparar as aulas tendo em conta a forma progressiva como surgem os conteúdos, apostando no respeito pelos diferentes ritmos de aprendizagem dos alunos, num processo gradual e natural. Assim, cabe-nos a nós criar exercícios adequados para que os alunos adquiram as bases gramaticais; devemos ser capazes de aprender os conceitos fundamentais da linguística estrutural, tal como os princípios metodológicos simples e estar atualizados em relação às grandes orientações que a linguística contemporânea propõe, partindo do princípio que esta também não oferece verdades absolutas mas antes questões que nos convidam a refletir, não fosse a língua um instrumento de comunicação vivo e passível de ser alterado pelos seus falantes. Somos da opinião que os professores devem utilizar a abordagem comunicativa e reproduzir a LE num input o mais real possível em duas horas por semana. Outra questão que nos faz refletir prende-se com a legitimidade que nós temos para exigir aos alunos a reprodução de situações reais e quotidianas quando ainda não têm os fenómenos linguísticos consolidados. Ora, para além da falta de vocabulário, o desconhecimento das regras não lhes vai permitir a comunicação desejada. A presença da gramática ao longo das aulas serve para repensar a maneira como se aprende e, como professora de ELE, devemos ter em conta a idade dos alunos, os conhecimentos que têm do seu idioma, recorrer na medida certa à L1 e apostar numa aprendizagem por descoberta, em que a partir da prática chegam à teoria, ou seja, às normas. Defendemos ainda que devemos dominar, a nível gramatical, a LE bem como a L1 para que possamos perceber todos os meios de aprendizagem dos alunos e, logo, permitir-lhes o êxito nas aulas ao usarem a LE.

No que diz respeito às competências sociolinguísticas, podemos vê-las nos conteúdos que deixam transparecer "marcadores linguísticos de relações sociais, as regras de delicadeza, as expressões de sabedoria popular, as diferenças de registo e os sotaques", como referido no QECR (CE, 2001, p. 169-171).

Nas aulas de ELE servimo-nos da cultura para motivar os alunos para o estudo da língua propriamente dito. No entanto, se por um lado as características dos espanhóis e de Espanha podem cativar, também podem desencadear questões polémicas o que nos vai permitir trabalhar com os alunos a forma como aceitamos o Outro ou até como aceitamos a nossa própria cultura. Se atentarmos, por exemplo na diferença fonética entre o Português e o Espanhol, os nossos alunos referem-nos prontamente que os espanhóis não sabem falar LE, que até entendem mas não se esforçam por falar Português e que falam muito rápido. Esta questão é superada quando lhes damos o exemplo de outros idiomas ou quando lhes

explicamos as limitações do aparelho fonador.

Contudo, nem sempre é fácil desfazer algumas ideias incorretas que às vezes surgem a partir de estereótipos criados ou de experiências menos boas que vão partilhando nas aulas que tiveram com espanhóis, em Portugal ou em Espanha. Verificamos que é sempre eficaz reportarmo-nos a outros países e a outras culturas, dar muitos exemplos e insistir na ideia de que fazemos parte da UE, que fazemos parte do mundo. Quando decidimos colocar a questão ao contrário, tudo muda: ¿Sabéis cómo nos ven los otros? Alguns fazem silêncio porque não sabem a resposta, outros admitem nunca ter pensado sobre isso. Assim, parece-nos que, e é algo que colocamos em discussão sempre que oportuno, antes de aceitarmos o Outro, urge que nos compreendamos e nos aceitemos a Nós.

Sentimos a necessidade de passar valores culturais mas sem influenciar as opiniões que se vão criando. É nossa missão desmistificar os estereótipos, na grande maioria incorretos, em relação aos espanhóis. Veja-se o exemplo de frequentemente soar o provérbio "De Espanha nem bons ventos, nem bons casamentos"; se não conseguirmos explicar a origem do provérbio, o seu significado e como os espanhóis não lhe atribuem a mesma importância que os portugueses, pode constituir um obstáculo à aprendizagem da língua. De facto, estamos conscientes do lugar que a cultura ocupa na aula de ELE:

Para comunicarnos correcta y eficazmente en una lengua, no basta con la adquisición de su sistema lingüístico por muy completo que sea, sino que hemos de ser competentes comunicativamente con todo lo que ello comporta, el conocimiento de la información pragmática, social, situacional y geográfica, además de los sistemas de comunicación no verbal, es decir, de su cultura, resultando necesaria la adquisición de cierta competencia cultural para el desarrollo de una posterior competencia comunicativa. (García-Cervigón, 2002, p. 17)

Assim, interessa-nos incluir e debater a cultura espanhola nas aulas para que a aprendizagem da competência cultural resulte natural, tolerante e permita a formação individual de opiniões:

El objetivo específico de lo cultural debe ser que el alumno conozca los patrones culturales más frecuentes de la comunidad hablante de la lengua que aprende, que los conozca y reflexione sobre ellos. No debemos pretender en ningún caso que el alumno asuma códigos de comportamiento con los que no está de acuerdo o aún no está familiarizado. Debemos educar para la tolerancia, (García-Cervigón, 2002, p. 33)

já que temos perfeita noção de que "La lengua, como vehículo de cultura conlleva una forma determinada de ver el mundo, diferente al del resto de culturas, por lo que su aprendizaje requiere un acercamiento a esa forma de concebir la realidad" (García-Cervigón, 2002, p. 12).

Por fim, cabe-nos referir as competências pragmáticas uma vez que os alunos também vão desenvolver a competência discursiva, funcional e de conceção, como defende o

QECR (CE, 2001, p. 174-184).

É importante dar primazia ao conhecimento e à seleção de conteúdos visto que o que ensinamos nas instituições escolares vai marcar os jovens a todos os níveis. Esta questão permite-nos refletir que a escola "deve, em síntese, formar não só o núcleo básico do desenvolvimento cognitivo, mas também o núcleo básico da personalidade" (Savater, 1997, pp. 42-43). Devemos meditar sobre eles pois "a verdadeira educação não só consiste em ensinar a pensar mas também em aprender a pensar sobre o que se pensa" (Savater, 1997, p. 30).

3. Conhecimento dos alunos

Segundo o Diccionario de términos clave de ELE, "el concepto de actividad de aprendizaje es tan antiguo como la civilización humana, supuesto que la transmisión de conocimientos 'saber' y técnicas 'saber hacer' de una generación a otra es una característica inherente al ser humano" (Peris, Cerezo, Moreno, Arguello, Ferrero, & Castells, 2008, p. 5). No entanto, é primordial considerar as especificidades do processo que podem condicionar a aprendizagem, no nosso caso em concreto, há que atender ao contexto do aluno, 'o seu entorno cultural e social', às particularidades pessoais, às faculdades cognitivas e, acima de tudo, às características das duas línguas em convivência. Queremos com isto dizer que as especificidades que condicionam o processo de aprendizagem não têm apenas que ver com a aprendizagem linguística mas também com as próprias características do aprendente como defendem inclusivamente muitos autores. Conforme Almeida Filho em Português para estrangeiros interface com o espanhol (citado em Rey, 2005, pp. 14-15), aquelas mesmas especificidades são classificadas em fatores internos e externos. Os fatores internos correspondem ao aluno 'a motivação, como se identifica e se aceita a língua e a cultura, as experiências e contactos com outras LE, os níveis de ansiedade' e os fatores externos dizemnos diretamente respeito a nós, professora de ELE, e às nossas metodologias de ensino.

Enquanto professores temos que focalizar os nossos esforços nas aprendizagens dos alunos e, por isso, devemos considerar os fatores externos e internos que nos ajudam a programar as unidades didáticas e a selecionar os recursos a utilizar uma vez que, como

referem António Ricardo Mira e Maria Isabel Mira, é necessário adaptar e não adotar (Mira & Mira, 2002, p. 61).

Como fatores externos à aprendizagem, entendemos todo o contexto onde as aprendizagens se desenrolam: o entorno sociocultural da cidade de Caldas da Rainha¹⁵, o ambiente do CRDL e o contexto das aulas de ELE, que espelham as metodologias usadas pelo professor da disciplina. Se achamos de extremada relevância um professor ser conhecedor da realidade sociocultural e do contexto dos alunos para poder adaptar a realidade exterior da escola à interior, dentro da sala de aula defendemos o *input* da LE, dito por outras palavras, o aluno quando entra na sala de aula deve estar imerso no contexto sociocultural e linguístico da disciplina de ELE.

Os fatores internos que afetam diretamente os nossos alunos são, por exemplo, os seus estilos de aprendizagem, os seus principais interesses, capacidades e/ou necessidades para aprender determinado conteúdo e, não menos importante, a motivação que sentem.

Como estilos díspares de aprendizagem destacamos os seguintes: aprender conteúdos de outras disciplinas em Espanhol com recurso sobretudo à internet; aprender de forma dedutiva – quando se apresenta a regra para, em seguida, se aplicar a estrutura em exercícios práticos – ou de forma indutiva – isto é, a partir de exemplos, deduzem-se as regras e comprovam-se as hipóteses; aprender em equipa e em cooperação através de atividades centradas nos alunos, que trabalham em pares ou em pequenos grupos; aprender de forma mecanicista, por exemplo na pronúncia de palavras, ou de forma memorista quando os alunos decoram pequenos conceitos que pretendem reter *ipsis verbis*; aprender através da descoberta, a chamada aprendizagem heurística, ou seja, apreender os conteúdos e os conhecimentos por si mesmo; aprender através do significado, por outras palavras, os alunos precisam de perceber porque é que é importante aprender, compreendendo e sentindo a utilidade dos diferentes conteúdos e associando-os, como novos conhecimentos, aos que já possuem.

Segundo Fernández, entre outros autores (citado em Rodríguez, 2001) observa-se que nos fatores internos, no plano linguístico, se regista em primeiro lugar o perfil do falso principiante:

Sonsoles Fernández y otros estudiosos constatan que portugueses o brasileños son, en el aprendizaje del español, "falsos principiantes", es decir, alumnos que, aun cuando no hayan recibido instrucción,

-

¹⁵ Cidade onde está localizado o CRDL.

comienzan sus estudios de español en un nivel que no se puede considerar de desconocimiento absoluto, como sería el caso de los verdaderos principiantes. (p. 26)

Ora não podemos ser indiferentes aos conhecimentos prévios dos alunos do 7.º ano, que existem graças à similitude entre as duas línguas que conduzirá à interferência da L1 na LE e, em segundo lugar, aos chamados pré-requisitos nos demais anos de escolaridade, onde podemos ainda vislumbrar algumas influências com tendência a perpetuarem-se. A interferência da língua deve-se ao facto de que "el portugués una lengua tan similar al español hay una tendencia natural a transferir desde la lengua materna la forma y el significado de un vocablo" (Benedetti, 2001, p. 23). Esta interferência passa despercebida aos alunos que iniciam a aprendizagem da LE porque creem que já dominam o Espanhol. A crença no domínio da LE não é mais do que um mito e urge que o desmistifiquemos junto dos alunos.

Um mito é algo irreal, uma representação que é falsa e que não corresponde à verdade podendo enganar, produzir equívocos. Assim definimos 'mito' quando nos referimos ao processo em particular de ensinar ELE aos nossos alunos. O conceito de mito atribuído a Ferreira por Rocío Rey, para descrever a situação oposta àquela que aqui relatamos, está relacionada com a "impresión que tiene el hablante nativo de español de que el aprendizaje del portugués le resultará una tarea simple o «fácil»" (Rey, 2005, p. 11).

A partir do contacto com os alunos e da observação direta pensamos que o maior equívoco, que origina as dificuldades mais comuns dos alunos na disciplina, advém do mito à volta de uma facilidade enganosa e falsa. A causa principal do mito da facilidade, na nossa opinião, é a proximidade entre as duas línguas; quantas vezes ouvimos 'Para quê estudar espanhol? É igual ao português!'. Claramente, não podemos ser indiferentes a esta situação, acionando estratégias para os problemas detetados na aprendizagem do ELE que, através da experiência que vamos adquirindo, podemos antecipar.

Alguns dos erros mais comuns dos nossos alunos na aprendizagem de ELE são os seguintes:

- a) Formas verbais
- Em Português o verbo «gustar» conjuga-se pelo que este conteúdo é um dos mais difíceis para os alunos compreenderem. Os nossos alunos dizem 'Yo gusto, tú gustas, él gusta...' ao invés de «Me gusta, te gusta, le gusta...»;

- Atentando no pretérito, constatamos que em Português existem três pretéritos e, em Espanhol, quatro tempos no passado. A dificuldade reside precisamente na distinção entre o *pretérito perfecto* «composto» e o *pretérito indefinido* «simples», uma vez que correspondem os dois ao «pretérito perfeito» em Português. Frases como 'Esta mañana fui de compras' ou 'La semana pasada he visto una película interesante en la tele' dão-nos conta da dificuldade dos alunos; de todas as formas, há uma predileção pelo uso do «pretérito perfecto» devido à facilidade de utilizá-lo independentemente dos contextos temporais;
- Graças à confusão com o Português, o uso da primeira pessoa do indefinido aparece maioritariamente sob a forma 'Yo fue' e não «Yo fui»;
- Também a segunda pessoa do verbo «ser» constitui uma resistência para os alunos visto que, em vez de «tú eres», diz-se e escreve-se 'Tú es' e, mais uma vez, por interferência direta do Português «Tu és»;
- O futuro próximo em Português não precisa da preposição «a», logo esta falha é bastante comum em frases como 'Matilde va beber un zumo' ao invés de «Matilde va a beber un zumo»;
- Outro tempo verbal que coloca os nossos alunos em apuros é o presente contínuo pois a perífrase «Estoy haciendo algo» assume em Português a forma «Estou a fazer alguma coisa». Nesta construção, o verbo auxiliar «estar» utiliza-se com o verbo no infinitivo; em Espanhol, o mesmo verbo pede o uso do gerúndio para que os falantes comuniquem uma ação sua no presente contínuo; em Português, para a mesma intenção comunicativa, o verbo «estar» utiliza-se com a preposição «a» que acompanha o infinitivo do verbo, «Estou a ver televisão», o que vai originar em Espanhol 'Yo estoy a ver la tele' e não a forma correta «Estoy viendo la tele»;
- No presente do indicativo os nossos aprendentes não se recordam frequentemente das alterações vocálicas, que servem para facilitar a comunicação ao falante, que ocorrem em alguns verbos como «jugar», «poder», «vestir» ou «pensar», conjugando-os incorretamente como 'Tú jugas/podes/vestes/pensas' como seria na L1;

b) Artigos

O principal problema diz respeito ao uso do artigo neutro «lo» uma vez que em Português apenas se diz e escreve o artigo «o», seja neutro ou não. Assim verifica-se, em primeiro lugar, o uso de «lo» no lugar de «el» graças à tradução direta do Português 'lo libro'; 'lo niño'»; em segundo lugar, o artigo neutro em expressões

- como «Lo dicho, dicho está» ou «Lo bueno de estar aquí es que aprendemos Español» vai ser substituído erradamente por 'el';
- Também existe uma grande confusão por parte dos alunos entre o artigo indefinido «un» com o número cardinal «uno»: 'Voy a comer uno helado' quando na realidade é «Voy a comer un helado», já que 'un' desempenha a função de artigo e não de numeral;

c) Advérbios

- A confusão entre «muy» e «mucho» é também compreensível visto que em Português apenas existe o advérbio «muito», independentemente de tratar-se de uma quantidade ou qualidade; é muito frequente ouvir ou ler frases como 'Ella es mucho simpática', embora menos como 'Yo tengo muy amigos' quando deve ser «Ella es muy simpática» e «Yo tengo muchos amigos»;

d) Pontuação

- Neste *item* destacamos apenas o esquecimento em utilizar os pontos de interrogação e de exclamação duplamente no início das perguntas e das exclamações. Esta é uma falha resultante claramente da distração dos alunos quando escrevem 'Te gusta leer novelas?'. A língua portuguesa não tem esta dupla pontuação mas os alunos compreendem-na muito bem até porque sabem que se na sua L1 ela existisse evitar-se-iam muitos problemas a nível da intenção comunicativa por falta de expressividade;

e) Acentuação

Não é fácil corrigir a distinção entre os monossílabos e o uso do acento diacrítico;
 comumente confundem-se os seguintes pares: «mi/mí; tu/tú; el/él; si/sí»;

f) Apócopes

Os nossos alunos descuram amiúde as apócopes uma vez que na L1 atual não têm que preocupar-se com essa questão. Não é estranho ouvir frases como '¡Qué malo tiempo hoy!', 'Soy el tercero chico de la clase' ou ainda 'No tengo ninguno libro de aventuras' quando, corretamente , se diz « ¡Qué mal tiempo hoy!», «Soy el tercer chico de la clase» e «No tengo ningún libro de aventuras»;

g) Confusões entre «y/e» e «o/u»

- Em Espanhol há que ter em conta os choques entre as vogais e, se oralmente estas falhas podem passar despercebidas, na escrita é ordinário ler '¿Quieres un té o otra cosa?', em vez de «¿Quieres un café u otra cosa?» ou também 'Ellas son simpáticas y inteligentes', ao invés de «Ellas son simpáticas e inteligentes»;

h) Preposições

- Esta é uma questão mais difícil de contornar porque os alunos quando se expressam verbalmente nos dois códigos não se preocupam com as preposições que articulam as ideias nas frases; é habitual verificar confusões como 'Ella anda de coche', 'Me preocupo contigo', 'Te pareces con tu mamá', 'Nos vemos de mañana' quando deve ser, respetivamente: «Ella anda en coche», «Me preocupo por ti», «Te pareces a tu mamá» e «Nos vemos por la mañana».

Este levantamento das dificuldades mais comuns resulta da aplicação de vários exercícios práticos, que foram realizados ao longo do ano em todos os níveis de ELE, e da análise das respostas de um Teste de Funcionamento da Língua¹⁶, que sistematiza as questões supra referidas.

Atente-se em mais alguns procedimentos que concretizamos para conhecer melhor os alunos no CRDL. Através da aplicação de um inquérito para levantamento de interesses e expetativas¹⁷ no início do ano letivo, enquanto professora de ELE, é-nos possível reunir informações de vária ordem sobre os alunos que podem ajudar-nos na preparação das aulas: identificação sumária do aluno, o contacto com as LE e o gosto/motivação para aprendê-las. Também nos é possível saber a frequência com que os alunos realizam algumas atividades como ver televisão, ler, ir à Biblioteca, entre outras, atividades também incluídas no âmbito da disciplina. Já sobre a disciplina em concreto, a aplicação do inquérito permite-nos saber a importância que os alunos atribuem à aprendizagem do Espanhol; as razões pelas quais fazem a escolha desta LE no 7.º ano de escolaridade; se consideram importante estudar a cultura, como a definem e como reagem perante esta temática; se alguma vez estiveram em Espanha; que temas podem ser cultura nas aulas de ELE e se consideram que deveriam aprender cultura, dando sugestões de atividades; o que pensam dos espanhóis e de Espanha e também como se veem a si próprios, como portugueses, e o seu país, Portugal.

Por isto, opinamos que o aluno deve ser valorizado como indivíduo singular, inserido numa turma, numa escola, numa comunidade e vice-versa.

¹⁷ Consultar Apêndice H: Inquérito para Levantamento de Interesses e Expetativas.

_

¹⁶ Consultar Apêndice G: Teste de Funcionamento da Língua.

Já em conjunto com o CT, o conhecimento dos alunos no CRDL faz-se no princípio do ano letivo, antes do início da atividade letiva, e permanentemente ao longo dos três períodos escolares, dentro e fora da sala de aula, em contacto direto com os nossos alunos. Destacamos o Plano de Acompanhamento Pedagógico de Turma (PAPT) elaborado em CT que visa o acompanhamento individual do aluno bem como coletivo, já inserido no seu grupoturma. Este documento permite-nos: a) reunir informações sobre as características das turmas, sobre os problemas educativos; b) estabelecer prioridades e estratégias ressalvando as causas de sucesso e insucesso, bem como as competências gerais e transversais inerentes; c) definir estratégias comuns para a turma assentes em metas definidas em departamento e pelos grupos disciplinares; d) equacionar medidas de promoção do sucesso escolar onde estão identificados os alunos com Plano de Acompanhamento Pedagógico Individual (PAPI), com aprendizagens superiores à média, com medidas de recuperação e de integração, com Português Língua Não Materna (PLNM), acompanhados pelo Serviço de Psicologia e Orientação Escolar (SPOE), com Necessidades Educativas Especiais (NEE) ou de carácter permanente (NEEP), com apoio e alunos com tutorias. Os CT definem ainda medidas de prevenção da desistência e abandono escolar e medidas adequadas à resolução das dificuldades dos alunos quando necessário.

II – Planificação e condução de aulas e avaliação das aprendizagens

1. Perspetiva educativa e métodos de ensino

Para abordar a perspetiva educativa sentimos a necessidade de traçar primeiramente o perfil do professor de ELE. Hoje em dia, à luz da Pedagogia Geral, os professores são guias, mediadores, orientadores, conselheiros, facilitadores da aprendizagem, organizadores, coordenadores e estão sempre disponíveis para o aluno. Esta é uma perspetiva humanista que se baseia em princípios psicopedagógicos da aprendizagem que se centram no aluno, na autoaprendizagem e na autoavaliação, na aprendizagem dos sentimentos, dos conceitos, das habilidades, ajudando-o a formar-se como pessoa num ambiente emocional positivo e empático.

A nossa perspetiva educativa ganha forma com a promoção da autonomia dos alunos e, para que seja possível alcançá-la, é proveitoso que nos proponhamos negociar o processo de ensino-aprendizagem; promover a autoavaliação; desenvolver métodos, técnicas e estratégias de comunicação e de aprendizagem. Advogamos pois que o aluno-protagonista do processo de ensino-aprendizagem deve dotar-se de competências para que negoceie também com os seus colegas, tome decisões, analise o seu trabalho e avalie o seu progresso, que observe fenómenos linguísticos, conjeture hipóteses, generalize regras e as assuma, planifique o seu trabalho e estabeleça objetivos, observe, analise e autocorrija as suas produções orais e escritas, conheça o seu perfil de aprendizagem, ambicionando a melhoria, dia após dia, e aplique estratégias de comunicação, apostando na sua formação como indivíduo, que aprende no presente para o futuro.

Desafiamos as crianças e os adolescentes, que se situam numa idade propícia à aprendizagem das LE, a intervir de forma positiva na dinâmica das situações comunicativas criadas em grupo até porque apreciamos o aluno de ELE que, e passamos a enumerar: 1) não se recusa nem tem receio de usar a LE, aproveitando ao máximo os 120' por semana de que dispõe para desenvolver as suas competências na LE; 2) explora ao máximo a compreensão do discurso na medida em que está atento a tudo o que se diz em aula, independentemente de lhe dizer diretamente respeito a si ou a um colega; 3) é capaz de se adaptar a diferentes

situações de aprendizagem e correr riscos; 4) entende a necessidade de aprender a LE e aciona mecanismos próprios, de forma autónoma, para complementar a informação que aprende nas aulas.

Por outro lado, também adotamos uma visão global e integradora visto que estamos conscientes de que "A capacidade de compreender e comunicar em outras línguas é uma competência de base para todos os cidadãos europeus" (Comissão das Comunidades Europeias [CCE], 2003, p. 4) até porque "Os cidadãos que possuam boas competências linguísticas podem tirar maior partido da liberdade de trabalhar ou estudar em outro Estado-Membro" (CCE, 2003, p. 3).

Todos os modelos educativos escondem uma conceção filosófica: o que pensamos sobre o que é ensinar e aprender e a visão que temos do papel do professor e do aluno conduznos às nossas práticas pedagógicas, ou seja, às nossas metodologias.

Com o intuito de reunir as melhores metodologias, procuramos a resposta à pergunta «Como ensinar uma LE?», adotando a perspetiva do aluno, isto é, «Como aprendo uma LE?».

A metodologia que seguimos é essencialmente comunicativa visto que proporcionamos aos alunos diferentes situações para que usem a língua como meio de comunicação; por outro lado, tentamos sempre equilibrar todas as competências da LE: expressão e compreensão nos códigos oral e escrito, funcionamento da língua – vocabulário e gramática – e cultura. Será importante referir que não existe um método ideal e, por isso mesmo, como professora de ELE, devemos eleger uma ou várias abordagens que sejam adequadas ao ensino do ELE sempre com a intenção de facilitar, melhorar e resolver os problemas pedagógicos que vão surgindo ao longo do processo de ensino-aprendizagem e, sobretudo, saber se as abordagens que vamos escolhendo permitem alcançar os objetivos da disciplina. De todos estes princípios, nascem metodologias de ensino individualizado em jogos didáticos, simulações, debates, resolução de problemas, entre outros, inseridos no coletivo do grupo-turma.

Procedendo à reflexão metodológica da nossa prática letiva, constatamos que a conduzimos fundamentalmente segundo duas abordagens: a comunicativa, como já se explanou, e a abordagem por tarefas, que se inscreve na primeira. Defendendo que o objetivo da língua é a comunicação, servimo-nos da língua como um instrumento de comunicação a partir das noções e/ou conceitos e das funções. Acreditamos que a pedagogia tem que estar

centrada no aluno e tem que responder às suas necessidades, por isso, orientamos as nossas práticas para a promoção da comunicação autêntica, em situações reais, seja em pares ou em pequenos grupos. O ensino das línguas mediante tarefas (ELMT) suporta-se fundamentalmente no conceito do processo criativo dos alunos.

O método direto, muitas vezes, constitui o ponto de partida para dar a conhecer ao aluno como funciona a LE e como poderá fazer uso dela. A partir das produções orais, podem-se trabalhar enunciados escritos e, com estes, chegar ao entendimento das estruturas. Inclusivamente os objetos, as imagens ou a mímica podem criar outro tipo de enunciados se encaminharmos os alunos nesse sentido. Cremos que tudo vai depender de nós: podemos aproveitar algumas atividades do método direto, tratá-las de uma forma diferente e atribuir-lhes outros objetivos. Só assim será possível compreender noções abstratas a partir de noções concretas.

A nossa principal pretensão consiste em facultar aos alunos uma aprendizagem natural, partindo sempre da prática para a teoria, e permitir-lhes o fluir de ideias para que não sintam, de forma explícita, o processo de ensino-aprendizagem.

Assim, em traços gerais, importa-nos partilhar que apostamos em aulas que reúnam as seguintes características: diversidade de tarefas; participação constante dos alunos – a base fundamental do projeto comum¹⁸ –; partilha e fluidez natural de ideias, vivências pessoais, sociais e culturais; levantamento de interesses e expetativas para que sejam engendradas atividades que vão ao encontro dos gostos atuais dos alunos; diálogo constante sobre o funcionamento da aula; recurso, sempre que possível, ao uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e a outros recursos que revelem a inovação; bem como a adoção de aulas performativas.

Do nosso ponto de vista, uma aula completa é aquela que permite aos alunos sentir que estão em Espanha, a partir do momento em que entram na sala de aula, e que oferece uma panóplia de atividades que se realizam de forma natural e que abrangem todas as destrezas: expressão e compreensão, nos domínios oral e escrito, funcionamento da língua, audiovisual e cultural. Sublinhamos a constante identificação da cultura portuguesa e da espanhola visto que fazemos questão que a cultura esteja sempre presente nas aulas, uma vez que a língua é o

¹⁸ Entenda-se, processo de ensino-aprendizagem que envolve professores e alunos.

veículo condutor da mesma e vice-versa, não esquecendo que todos nós, professores e alunos, também somos cultura.

Fazendo-nos valer ainda dos métodos de ensino a que diariamente recorremos, há que referir a forma como motivamos os nossos alunos para a aprendizagem do ELE e como introduzimos o humor. Dependendo do nível de escolaridade, criamos situações linguísticas que tenham que ver com os gostos e interesses dos alunos; demonstramos e damos exemplos consoante as vivências e as experiências; averiguamos o que querem aprender e como, selecionando temas e atividades que sejam do seu interesse; fazemos um acompanhamento individual e manifestamos sempre o nosso *feedback* perante o seu progresso; valorizamos o aluno e a sua participação; e, num ambiente ameno, entendemos e fazemos entender as dificuldades como naturais e positivas.

Como referido anteriormente, o humor deve ser também uma constante até porque somos da opinião que «a brincar», se aprende melhor. Não obstante, o humor tem que estar justificado e relacionado com os temas, podendo ajudar-nos na apresentação dos conteúdos, funcionando como desinibidor, motivador e relaxante. O humor nas aulas de ELE ganha presença a partir dos falsos cognatos¹⁹, dos *chistes*²⁰, dos choques culturais, de equívocos comunicacionais ou, pura e simplesmente, a partir de uma imagem ou desenho, ou até de um sorriso nosso ou de uma deixa de um aprendiz.

Como estratégia não adotada, destacamos o castigo. Os alunos castigados começam a odiar as aulas e não estão bem, a nível psicológico, para aprender. Assim, em detrimento dos castigos, acreditamos que os professores têm que motivar os seus alunos para o processo de ensino-aprendizagem e considerar o ritmo de aprendizagem, valorizando a progressão e a consolidação dos diversos conteúdos. Hoje em dia, graças às mudanças significativas no papel do professor e até do aluno, não punimos os nossos alunos no decorrer das aulas. Estamos em consonância com as novas metodologias e pedagogias que sustentam que o aluno desmotivado não aprende e que as matérias devem ser de forma permanente revistas e consolidadas. É nossa preocupação, pois, proporcionar aulas de LE essencialmente práticas nas quais os alunos desenvolvam a sua competência comunicativa, num ambiente francamente propício à aprendizagem.

¹⁹ Comumente designados de «falsos amigos».

²⁰ Gracejos, intervenções humorísticas.

Na nossa opinião, a tradução, como método, não é um meio eficaz na aprendizagem do vocabulário de uma LE embora nos seja bastante útil, por vezes, recorrer à tradução de palavras isoladas quando pensamos ser benéfico para os alunos criar uma correspondência direta entre a L1 e a LE. O método da tradução apresenta alguns problemas e, se nos reportarmos ao caso das línguas românicas e mais especificamente ao Espanhol, o que vai diferir entre elas será mais o vocabulário e não tanto as marcas e as estruturas dos enunciados. Neste contexto, deparamo-nos com problemas na tradução de expressões idiomáticas ou «falsos amigos».

Por outro lado, rejeitamos a tradução de enunciados escritos de Espanhol para Português, uma vez que o principal problema do uso didático da tradução reside na falta da competência oral; além disso, os alunos não se desapegam das estruturas gramaticais da sua L1, impedindo-os de compreender e aceitar as mesmas na LE. Assim a tradução só tem uso meramente pontual, servindo de apoio aos aprendentes.

As nossas aulas de ELE combinam a tecnologia e a pedagogia porque valorizamos a sua relação concomitante, potenciando a dinâmica na sala de aula. Assim, passamos a descrever algumas das estratégias de ensino, que envolvem os alunos em atividades abertas, aplicadas ao 3.º CIEB.

No 7.º ano de escolaridade, recorremos ao jogo didático *En mi casa hay...* Cada aluno participa referindo um objeto ou um móvel da casa. Mediante a nossa instrução, vamos mudando a frase, nós ou os próprios alunos: «En mi salón hay...», «En mi garaje hay...». A abordagem é essencialmente comunicativa e serve para corrigir e consolidar vocabulário respeitante ao tema da casa e ainda para aperfeiçoar a pronúncia; além do mais, também se pretende reforçar os artigos indefinidos e o género das palavras. Neste jogo didático, todos estão atentos porque não se podem repetir palavras. Promovendo a divisão da turma em equipas, o *Monopolio de Cultura* também agrada aos alunos porque todos querem mostrar que já sabem muito sobre Espanha e sobre os espanhóis. Neste jogo, há um aluno que lê as perguntas e que sabe as respostas, decidindo para que equipa vai o ponto. Nós ajudamos a verificar qual a equipa que levantou primeiro o braço para responder. O objetivo deste jogo é precisamente desenvolver a competência comunicativa e cultural. Outro jogo é o de *Adivinanzas: ¿De quién se trata?* Os alunos, em pequenos grupos recebem, num papel, o nome de um colega que têm de descrever para que os colegas adivinhem de quem se trata. Este jogo é feito faseadamente mediante as nossas indicações: primeiro os grupos descrevem

o colega a nível pessoal, depois física e psicologicamente e, por fim, descrevem o vestuário. As adivinhas servem para acionar a produção textual, desenvolver o vocabulário e a gramática, a competência criativa e a expressão oral. Quem adivinha também coloca questões, às quais, quem produziu a adivinha, tem de responder. As adivinhas são recolhidas no fim para a produção textual ser devidamente corrigida. Ainda sobre as apresentações, distribuímos a todos os alunos um esquema²¹ para preencher sobre a apresentação. Já preenchidos os esquemas, recolhemo-los e voltamos a distribui-los aleatoriamente. Quem recebe o esquema, é convidado a apresentar o colega. Este esquema também pode ser preenchido através da técnica da entrevista: em pares, entrevistam o colega e completam o esquema.

Passando ao 8.º ano de escolaridade, mostramos um vídeo que contempla uma notícia e a respetiva reportagem sobre as tapas. Os alunos, em pares, preenchem uma ficha audiovisual²² e comentam o vídeo, desenvolvendo a competência comunicativa, audiovisual, cultural e discursiva porque consolidam vocabulário e reveem estruturas gramaticais. Uma outra atividade consiste na entrega de papéis que contêm instruções para fazer uma *tortilla*. Os alunos, reunidos em pequenos grupos, resolvem o *puzzle*²³ e confrontam a ordem com a receita, a partir da qual se ensina a preparar um dos pratos típicos de Espanha. Em seguida, os grupos têm que sublinhar no *puzzle* todas as formas verbais para assim se estudar o imperativo, nas formas negativa e afirmativa. Esta atividade mobiliza os conhecimentos lexicais, gramaticais e promove o espírito em equipa. Para desenvolver a expressão oral com o objetivo de consolidar o pretérito imperfeito e o presente do indicativo, os alunos recebem fotografias de famosos: como eram antes e como são na atualidade²⁴. Em pequenos grupos, registam as diferenças, sequencialmente, apresentam-nas oralmente à turma e entregam-nos o texto para que seja corrigido.

Já no terceiro nível de Espanhol, propomos a interpretação criativa e livre de um poema. A nossa motivação vai no sentido de permitir aos alunos completar o poema livremente, discutir opiniões e ideias, a partir da expressão oral e compreensão escrita. Já para desenvolver a produção textual, pedimos-lhes que façam um desenho livre, de forma anónima. Num segundo momento, recolhemos os desenhos e redistribuímo-los de forma aleatória para que procedam à sua descrição. Uma vez concluídas as descrições, voltamos a

²¹ Consultar Apêndice I: Esquema de Apresentação.

²² Consultar Apêndice J: Ficha de Compreensão Audiovisual.

²³ Consultar Apêndice K: Puzzle.

²⁴ Consultar Apêndice L: Famosos: antes e agora.

recolhê-las para que outros alunos recebam a descrição e façam o desenho de acordo com o texto. No fim, os alunos levantam-se e procuram o colega que fez o desenho original para confrontar com o último desenho. O objetivo é estudar a descrição, a partir da motivação e da competência textual. Alguns alunos podem ler as descrições, antes de no-las entregarem, para desenvolver a competência leitora. Um jogo que entusiasma os alunos é a produção oral de uma história: nós damos o mote com a expressão sobejamente conhecida Érase una vez... para que cada aluno continue a história mediante as nossas indicações, uma vez que há que dar pistas para que tenha coerência e coesão, alertando-se para a estrutura formal da história. À medida que os alunos vão construindo a história, vamos registando-a no quadro para que todos, no fim, a possam copiar. Por último, um aluno lê a história completa. Esta atividade apela à criatividade dos alunos e serve-nos para trabalhar várias competências: expressão e compreensão oral, vocabulário, gramática, expressão e compreensão escrita. Uma outra atividade é a construção coletiva de dois poemas, atendendo ao número de alunos. Numa folha branca, o primeiro aluno escreve um verso livre e depois esconde-o, dobrando a folha e passando-a a outro colega que, por sua vez, repete a tarefa. O último aluno recebe o papel dobrado em forma de leque e desdobra-o para ler o poema criado por todos. Nós registamo-lo no quadro para trabalhar os aspetos textuais com o grupo-turma. Atendendo ao facto de que os jovens precisam de ler, temos ainda o cuidado de inserir atividades que avaliam a competência leitora e interpretativa²⁵.

Todos os métodos e estratégias, que aqui compartilhamos, têm em conta, para além da faixa etária dos alunos, as suas capacidades e motivações, as vantagens e as desvantagens em aprender ELE. Isto é, se num primeiro momento fazemos questão de debater com os alunos as diversas razões para estudar a LE, também somos sabedores que há vantagens em ensinar Espanhol a luso falantes mas, de igual modo, existem inconvenientes, pelo que esta situação vai influenciar-nos no momento em que elegemos métodos e traçamos estratégias.

O conhecido ditado *caminhante não há caminho, o caminho faz-se ao andar*²⁶ ilustra precisamente a necessidade constante de rever e atualizar métodos, fazendo com que, desta forma, o nosso perfil vá sendo construído, alicerçado no perfil do aluno que, do mesmo modo, está em constante mutação.

25

²⁵ Consultar Apêndice M: Ficha de Compreensão Leitora.

²⁶ Autor: Antonio Machado y Ruiz.

2. Preparação das aulas

Todos os professores, no CRDL, participam ativamente na programação do ano escolar e na planificação das atividades letivas. A planificação das aulas compreende duas fases: as PLA e as PMP, elaboradas em grupo disciplinar²⁷ para serem apresentadas em Departamento e aprovadas pela Direção Pedagógica (DP), e as Planificações de Aula, elaboradas somente a partir da calendarização das Aulas Assistidas²⁸ (AA), com cariz pessoal.

Todas estas planificações obedecem a orientações curriculares, que não decidem de todo como vamos ensinar, dos documentos reguladores tratados no capítulo I, subcapítulo 1²⁹, e à análise cuidada dos recursos que suportam a preparação das nossas aulas.

As PLA informam sobre o número de aulas previstas para cada período letivo e sobre o plano global de atividades, estimando o número de aulas previstas, designadamente: Apresentação e Avaliação Diagnóstica, Conteúdos Programáticos, Avaliação de Conhecimentos, Auto e Heteroavaliação e Outras. As PMP³⁰, no total de três, uma para cada período letivo, fornecem indicações sobre: Conteúdos e Competências Essenciais, Estratégias de Desenvolvimento e Instrumentos de Avaliação.

No que concerne à planificação da aula, interessa-nos primeiramente abordar a forma como concebemos as aulas, uma vez que o Plano de Aula (PA) resulta dessa preparação. Assim, começamos pela análise global dos recursos de que dispomos: manual, caderno de atividades, páginas *web* destinadas a professores de ELE, gramáticas, aulas digitais, jogos pedagógicos, audições, vídeos, entre outros, explorando o «saber» que temos sobre estes mesmos recursos e a «ação», isto é, como os usamos em sala de aula, depois de selecionados e adaptados, com os aprendentes.

Neste momento, dedicamo-nos à seleção e preparação do material tendo bem presentes os conceitos que vêm plasmados no QECR: competências gerais, competência comunicativa, atividades de língua específicas e não nos demarcamos do âmbito, das

.

²⁷ No caso do Espanhol, apenas por nós, visto sermos o único professor de ELE.

²⁸ No CRDL, a Direção Pedagógica elabora um calendário para as Aulas Assistidas. Estas aulas consistem na observação e avaliação de todos os professores/observados ou pela Direção Pedagógica ou por um colega/observador. Esta avaliação enquadra-se na Avaliação de Desempenho Docente.

²⁹ Designadamente a LBSE, o POCE, o QECR, o PCIC e o CNEB.

³⁰ Consultar Apêndices D, E e F.

estratégias ou das tarefas. O QECR explana que os programas de ensino, que podem ser de variada tipologia, poderão apresentar propostas tendo em conta alguns aspetos parciais, com a finalidade de garantir que os objetivos vinculam e integram a competência global. Sobre os fundamentos, podemos ler no documento que todas as propostas devem ser fundamentadas de forma clara e analisadas com atenção. Para refletir sobre o processo de ensino-aprendizagem, relevamos as categorias de uso e aprendizagem da língua em conformidade com o QECR: o desenvolvimento das competências gerais como «saber», «saber fazer», «saber ser» e «saber aprender»; a vasta competência comunicativa da língua e respetiva diversidade; a melhor atuação em atividades específicas; um *modus operandi* funcional em determinado contexto; o enriquecimento e diversificação de estratégias no momento em que os nossos alunos cumprem as tarefas.

Aludindo aos processos de aprendizagem, também nos guiamos pelos princípios frisados no QECR: eficácia, fundamentação firme, transparência, integração e coerência.

Num segundo momento, deparamo-nos com a necessidade de conhecer as categorias da língua que vamos utilizar em sala, refletindo sobre conceitos enunciados no QECR como contextos, atividades, processos, estratégias, temas, âmbitos, textos e coerência. Ou seja, escolhemos os aspetos da comunicação que desejamos que os nossos alunos apliquem na realização das tarefas que lhes propomos. Esta escolha refletida assenta no enfoque centrado na ação enaltecido no QECR.

Para proceder à elaboração dos PA temos em consideração a situação atual e real da turma: o comportamento, os conteúdos, o ritmo e os estilos de aprendizagem, as dificuldades, o nível de participação, os resultados até então conseguidos e a turma enquanto grupo. A principal vantagem do PA é definir objetivos concretos para o processo de ensino-aprendizagem e ajudar-nos a melhorar e a redefinir estratégias para alcançar o êxito expetável, isto é, o PA é elaborado antes da aula, seguido durante a aula mas, principalmente analisado com o propósito de retirar conclusões e definir estratégias de melhoria, depois da aula. Os PA são diferentes uns dos outros na medida em que cada um oferece sempre algo de novo, isto é, permitem ao aluno aprender algo que antes não sabia, sendo nosso objetivo transformar comunicativamente, a nível linguístico e cultural, o aprendente de ELE.

No CRDL, elaboramos os PA para as AA. Se, por um lado, somos conhecedores dos conteúdos das unidades didáticas porque estamos diretamente envolvidos no projeto comum,

achamos imprescindível, por outro lado, proceder à contextualização das aulas para que o observador³¹ possa fazer um acompanhamento e avaliação³² mais adequados e reais da aula, pelo que entregamos o PA com antecedência, a PMP e os recursos utilizados em aulas anteriores.

O PA³³ que elaboramos no CRDL está estruturado em oito partes: 1) identificação geral (ano letivo, disciplina, turma, unidade didática) e identificação específica (número da lição, data, sala, duração, professor e objetivos específicos); 2) conteúdos: lexicais, gramaticais e comunicativos; 3) destrezas linguísticas: compreensão e expressão oral ou escrita, vocabulário, gramática e cultura; 4) materiais e recursos; 5) avaliação; 6) sumário; 7) desenvolvimento da aula: antecipação, procedimento e consolidação; 8) bibliografia e/ou webgrafia. Todos os PA são elaborados na LE mas, quando o colega observador não pertence ao grupo disciplinar, facultamos uma versão em português, bem como de todos os recursos necessários, para que possa acompanhar a aula e envolver-se nas tarefas conjuntamente com os alunos.

No que diz respeito ao sumário, acreditamos que é uma mais-valia os alunos procederem ao seu registo no caderno diário pois pode servir de índice das matérias estudadas e fornecer informação, ajudando os alunos que, por vários motivos podem faltar, a acompanhar a matéria. O registo do sumário inclusivamente assume um carácter pedagógico e didático porque "é um segmento discursivo [...] que se elabora, em contexto de ensinoaprendizagem, para, [...] se fazer registo sintético e estruturado daquilo que nela se realizou, respondendo a finalidades informativas, formativas, educativas e institucionais" (Mira & Silva, 2007, p. 297). Por outro lado, usamos o sumário como resumo da aula anterior visto que "o sumário não poderá ser elaborado apressadamente no final da aula" (Mira & Silva, 2007, p. 303) nem no início da aula visada sob pena de "que a tónica, que deveria ser colocada nas aprendizagens referidas, seja desviada para o cumprimento sacralizado dos programas e das planificações" (Mira & Silva, 2007, p. 303). Assim sendo, no início de cada aula, logo após o *Ice Breaker*, pedimos a um aluno que se refira à aula precedente e a outro que o registe no quadro e abra a lição. Graças a este resumo, é-nos possível detetar conteúdos menos bem consolidados pelo que acionamos de imediato medidas que passam, por exemplo,

 ³¹ Entenda-se, o colega ou os membros da Direção Pedagógica.
 ³² Consultar Anexo H: Grelha de Observação de Aulas.

³³ Consultar Apêndice N: Plano de Aula Assistida.

pela reexplicação do conteúdo e/ou pela realização de mais exercícios práticos, escritos ou orais.

A cada tarefa que selecionamos para os diferentes momentos da aula, atribuímos uma ou mais destrezas podendo-se fazer esta leitura no PA, mais concretamente, no campo destinado às destrezas linguísticas. Optamos por este procedimento, atendendo ao facto de tratar-se de uma LE e de os alunos, que participam ativamente e que são envolvidos nas tarefas, poderem evidenciar sempre as suas *skills*. A discriminação das tarefas pode ser acompanhada no PA, no campo respeitante ao desenvolvimento das aulas.

Relativamente aos materiais e recursos que sustentam as nossas aulas, sublinhamos a preferência pelo uso das TIC, elegendo também o quadro branco e os marcadores, o manual, o material escolar, as colunas, o Projetor de Vídeo e o computador como o equipamento mais utilizado. Frequentemente também recorremos à *Internet*, à Aula Digital, a fichas de trabalho e informativas e a jogos variados, habitualmente criados por nós ou simplesmente adaptados às nossas turmas.

Apostando numa aprendizagem colaborativa e contornando o número elevado de alunos por turma, permitimos aos alunos trabalhar mais em grupo do que individualmente por três grandes motivos: em primeiro lugar, o trabalho individual pode ser feito em casa, em horas livres no CRDL ou em apoios e/ou tutorias e ainda nos momentos de avaliação formal da aula – exercícios, textos para entregar; em segundo lugar, por uma questão de gestão do escasso tempo de que dispomos para lecionar os conteúdos³⁴; e, sobretudo, em terceiro lugar, para dar voz aos nossos alunos já que apostamos fortemente na expressão oral em todas as aulas. Por tudo o que acabamos de explicar, escolhemos trabalhar em grande grupo quando mediamos a aula para que os alunos intervenham de forma ativa; em pequenos grupos de 4 ou 3 elementos; e em pares. Graças a estas formas de trabalho, conseguimos que todos os alunos ganhem autonomia, superem a timidez e, o mais importante, que se envolvam e participem todos em todas as aulas.

Consideramos que os professores são incapazes de gerir com precisão os tempos letivos, ou seja, a operacionalização de determinada tarefa dependerá sempre do grupo de alunos, dos seus conhecimentos prévios, pois a aprendizagem é sempre um ato contínuo, constante e em evolução, que resulta da partilha de ideias de alunos que denunciam as suas

³⁴ Duas aulas por semana, cada uma com a duração de 60'.

vivências sociais e culturais. Desta feita, defendemos que uma temática proposta pelo professor nunca é apresentada de forma forçada ou limitada, sem lhes dar a oportunidade de fazer parte integrante da aula. O aluno deve sentir sempre que as aulas partem dele e nunca do professor pois só assim será possível que os alunos conduzam a aula e o professor deve entender que a planificação de uma aula "no supone que nos tengamos que remitir a lo que hemos planificado. Nuestros alumnos y sus necesidades son lo más importante. Por ello, si la clase empieza a llevar otra trayectoria, tendremos que olvidarnos del plan de clase y seguirlas" (Alonso, 1998, p. 176).

3. Condução das aulas

No CRDL cabe-nos a nós, professores, ir ao encontro dos alunos no átrio e conduzilos à sala de aula. Não se ouve o som tradicional da campainha mas, professores e alunos, sabemos que uns minutos antes da hora há que estar no "poste da turma" para formar fila e, de forma ordeira, nos dirigirmos à sala. Uma vez ao pé da sala da turma, abrimos a porta, damos a saudação e as boas-vindas, já na LE, aos nossos alunos que entram e começam a acomodar-se nos seus lugares. Nós somos e devemos ser os últimos a entrar na sala. Os primeiros minutos, enquanto todos preparam os materiais necessários para a disciplina, são sempre de *Ice Breaker*: aproveita-se para perguntar aos alunos como foi o intervalo, que disciplina tiveram anteriormente ou o que fizeram no dia anterior. Estes momentos são importantes visto que o uso da LE é indicador de que a aula já começou para os nossos alunos.

As aulas têm início com o resumo da aula anterior, que é feito por um aluno, e pelo registo do sumário, dessa mesma aula, por outro aluno que também procede à abertura da lição.

O decorrer das aulas pauta-se pela diversidade de tarefas, ou seja, os nossos alunos estão sempre ocupados com a realização de atividades que evidenciam os processos de comunicação. Estas atividades são organizadas e apresentam sequências lógicas para que os aprendentes as concretizem sob a nossa orientação efetiva. Cada tarefa obedece a objetivos,

³⁵ A cada turma do Ensino Básico corresponde um poste no átrio. Cada poste tem uma cor diferente, o que permite distinguir as turmas.

contém conteúdos, respeita metodologias e corresponde a um momento de avaliação formativo; envolve todos os alunos; é orientada para desenvolver, aprofundar ou consolidar a competência comunicativa.

As tarefas podem centrar-se na expressão e na compreensão oral através da solicitação direta à participação, de perguntas eco³⁶, de revezamento³⁷ ou de espelho³⁸, do relançamento de perguntas para que os alunos tentem dar uma resposta ou ainda a partir de leituras; na competência audiovisual, por meio de audições ou pequenos vídeos; na expressão escrita quando os alunos escrevem textos ou pequenas frases; no funcionamento da língua com o desenvolvimento das destrezas do vocabulário e da gramática em produções escritas e orais ou na resolução de fichas; e na competência cultural que está sempre presente na expressão e na compreensão, tanto escrita como oral. Os jogos permitem-nos trabalhar várias competências e, em cada aula, realizamos, pelo menos, um jogo que pode ser tão simples como o "palavra-puxa-palavra" para rever vocabulário ou gramática. Por exemplo, quando dizemos *Si yo digo fontanero, tú, ¿qué dices?*, cada aluno indica uma profissão na sua vez, e assim, reativa-se o campo lexical do tema das profissões.

Na condução das aulas, como professora, temos ainda que perpassar aos nossos alunos valores de cidadania e respeito pelo Outro pelo que a rotina vivida nas nossas aulas de LE assenta em alguns princípios básicos bem definidos desde o início do ano letivo: levantase o braço para falar, aguardando-se indicações porque só fala uma pessoa de cada vez; se há deslocações de mesas, repomo-las no devido lugar no fim da aula; só se sai da aula mediante a nossa indicação, sendo que as saídas por vezes podem ser faseadas, ou seja, por filas; as deslocações pelos corredores, em entradas e saídas de aulas, são tranquilas e organizadas visto que há muitos alunos a fazer o mesmo percurso ao mesmo tempo; cada aluno é e deve ser primoroso na limpeza da sua mesa e espaço; o Delegado de Turma deve registar no quadro as presenças e ausências³⁹.

Para além destes princípios cívicos, achamos importante que os alunos partilhem os materiais pois julgamos antipedagógico penalizar um aluno que se tenha esquecido do livro, do caderno ou do que quer que seja. Quando a falta de material do aluno é sistemática, é nossa

³⁸ O professor repete a pergunta de um aluno para que o grupo-turma possa encontrar a resposta.

-

 $^{^{36}}$ Um aluno coloca uma questão ao professor, que a devolve para que o aluno dê a resposta.

³⁷ O professor repete a pergunta de um aluno para que outro aluno responda.

³⁹ É regra no CRDL registar no quadro o número de professores e o número de alunos presentes e ausentes. Para além de servir de informação aos professores e à turma, obedece às normas de Segurança.

função averiguar a causa junto do aluno, do Diretor de Turma (DT) ou do Encarregado de Educação (EE), através, a título de exemplo, da Caderneta do Aluno para solucionar o problema.

No que diz respeito às condições físicas das salas de aula, reportamos que não estão dispostas em 'U', como desejaríamos, mas antes em seis filas com mesas individuais. A vantagem de uma sala disposta em 'U' é a facilidade na interação do grupo-turma pois verifica-se uma maior aproximação entre todos os envolventes no ensino-aprendizagem. No entanto, tentamos gerir o espaço da melhor forma, percorrendo os pequenos corredores das salas quando os alunos estão a trabalhar individualmente, em pares ou em grupo. Durante as aulas, não concebemos a ideia de nos sentarmos e fazemos por nos movimentar aproveitando o espaço de que dispomos.

Cada turma, constituída por 28 a 30 alunos, tem a sua própria sala de aula, uma vez que o CRDL não oferece cacifos aos alunos para guardarem os seus pertences como se verifica em algumas instituições escolares. Achamos importante que cada turma tenha a sua sala pois os alunos reconhecem com maior facilidade um espaço que vão personalizando e recriando ao longo do ano, proporcionando-se assim um ambiente mais propício para o desenrolar do processo de ensino-aprendizagem. Cada aula tem a duração de 60' pelo que sempre consideramos 50' de tempo útil de aula, já que os primeiros 5' são despendidos na acomodação dos alunos e os últimos 5' servem para guardar os materiais da disciplina e para os alunos se prepararem para a aula seguinte.

As salas de aula estão todas equipadas com quadro branco magnético, apagador, mesas, cadeiras, uma estante e *placards* de cortiça. Os marcadores são da responsabilidade dos professores que os devem solicitar na papelaria antes das aulas começarem. Algumas salas de aula estão ainda equipadas com Projetor de Vídeo e quadros interativos. Os nossos alunos também contribuem com recursos que muitas vezes são fotografias ou objetos que têm que ver com a língua ou com a cultura.

Reunidas as condições físicas num colégio moderno com características bastante atrativas para os alunos⁴⁰, a nossa missão passa por proporcionar aulas sustentadas, em primeira instância, na relação pedagógica e, também, na gestão dos conflitos. A nossa relação pedagógica assenta na consideração e na valorização do aluno, que ocupa o lugar central do

⁴⁰ Consultar Anexo I: Imagens do CRDL.

processo de ensino-aprendizagem, na interação permanente com os alunos, na promoção da aprendizagem colaborativa e, sobretudo, na negociação e no diálogo com os alunos das distintas turmas.

Como professora, apostamos numa relação honesta, direta e transparente, isto é, somente temos uma palavra e somente uma cara, promovendo-se assim a construção das relações entre professor-aluno e aluno-aluno, assentes na segurança e na confiança.

Enquanto líder, tentamos sempre adotar as atitudes certas, conjugar a liderança com o sentido de humor, valorizar as capacidades e as potencialidades dos nossos aprendentes para obter resultados. No entanto, como refere William Arthur Wood, "A liderança é baseada na inspiração, não no domínio; na cooperação, não na intimidação" (citado em Tralhão, n.d., p. 3) pelo que acreditamos ser fundamental liderar a partir sempre das necessidades dos alunos e negociar com eles todo o processo de ensino-aprendizagem.

Esta relação pedagógica permite construções de personalidade baseadas em autonomia, confiança, justiça, valores cívicos e respeito que se vão perpetuar ao longo da vida. Certamente, estamos a construir mais líderes que se vão fazer notar "não tanto pelas palavras mas pelas atitudes e ações" como refere Harold Geneen (citado em Tralhão, n.d., p. 4).

Atentos à prática, somos da opinião que antes de pensarmos nos resultados das aprendizagens, é fulcral estabelecer uma relação com todos os alunos de todas as turmas, visto que estamos conscientes de que a aprendizagem e o desempenho dos alunos estão condicionados sobremaneira à interação professor-aluno e vice-versa. Também tomamos em consideração, para além dos materiais e dos recursos, as nossas expressões corporais, o tom de voz, o sentido de humor, os exemplos e as analogias e, desde a segunda semana da atividade letiva, o tratamento de todos os nossos alunos pelo nome próprio.

Aludindo à gestão de conflitos, adotamos a perspetiva behaviorista que "considera que o conflito é inevitável e que deve ser aceite como parte da vida em grupo" (Tralhão, n.d., p. 38) contra uma perspetiva tradicionalista que analisa o conflito como negativo e destrutivo. Os conflitos que surgem nas aulas são de ordem intrapessoal ou interpessoal e estamos inteirados de que as crianças e os adolescentes não se comportam mal, apenas tentam satisfazer as suas necessidades de se insurgirem contra uma regra ou uma opinião. Ora, temos que gerir as situações que vão surgindo, sem tolerar comportamentos inaceitáveis connosco

ou entre os alunos, designadamente má educação ou desrespeito pelo Outro, adotando o método de Thomas Gordon que defende que "a disciplina não pode ser alcançada através de um sistema de recompensas e punições mas desenvolvida dentro do carácter da própria criança ou adolescente" (Tralhão, n.d., p. 43). De facto, demarcamo-nos da autoridade em sala de aula em detrimento da resolução dos problemas através da identificação e compreensão dos conflitos, da escuta e do diálogo com os nossos alunos.

No que concerne à língua que usamos para comunicar e fazer comunicar, optamos sempre pela LE recorrendo a gestos se for necessário para ilustrar algum conceito ou a sinónimos para clarificar alguma definição; no entanto, registamos no quadro, na parte do «rincón del vocabulario» as palavras que surgem soltas do tema mas que consideramos importantes para o «lexicón» dos nossos aprendizes. Pedimos e insistimos sempre para que os nossos alunos também usem a LE, não só connosco mas também com os colegas, inclusivamente quando estão a trabalhar em pares ou em pequenos grupos.

Partindo da crença pessoal que as aulas são 'desenhadas' para os alunos e 'coloridas' por eles, defendemos que a participação de todos numa aula de ELE é possível e essencial para que todos se sintam envolvidos em todas as atividades. Esta participação pode manifestar-se através da expressão oral e escrita, da realização das distintas tarefas, da partilha de experiências e opiniões ou da ajuda aos colegas na realização de tarefas específicas.

A participação acontece de forma espontânea e dinâmica. Todas as opiniões são valorizadas e a participação é uma mais-valia pois defendemos que a aula faz-se pelos alunos e para eles. No entanto, por vezes, há que limitar esta participação quando não é coesa ou coerente com o contexto.

Para conduzirmos a bom porto as nossas aulas, fazemo-nos acompanhar da nossa 'cábula' comumente conhecida pelo PA. Este plano, mais ou menos detalhado, inspira-nos confiança, permite-nos apresentar coesão e coerência nos conteúdos, ajuda-nos a seguir de forma ordenada os vários momentos da aula, prévia e cuidadosamente planificada e, sobretudo, faz-nos regressar ao fio condutor quando se registam afastamentos ou desvios naturais, ou não fosse a aula de LE propícia ao 'palavra-puxa-palavra'.

As reformulações dos PA são constantes e essenciais pois traduzem a nossa preocupação pelo grupo-turma. Por mais que tenhamos as aulas planeadas com pormenor, entendemos que temos que ser flexíveis e contornar os PA atendendo aos mais diversos

aspetos: ao ritmo da execução dos exercícios e aos estilos de aprendizagem, à participação dos alunos, às condicionantes físicas e emocionais, à hora da aula, ao calendário de testes ou à calendarização das atividades extraletivas. Todavia, as reformulações registam-se a nível do procedimento da aula mantendo-se o respeito pelos objetivos específicos, pelos conteúdos selecionados e pelo uso das destrezas linguísticas.

Acreditamos que a conclusão de uma aula é fundamental pelo que guardamos sempre os últimos minutos úteis para, de forma breve, salientar os conteúdos importantes, resumir a aula e convidar os alunos a comentá-la, o que pode ser através de uma dúvida que tenha surgido até porque "As palavras finais são, sem dúvida, as que se recordam por mais tempo, devendo incitar os presentes à ação" (Ferro, 2003, p. 11).

4. Avaliação das aprendizagens

Entendemos a avaliação das aprendizagens como um processo contínuo e gradual que consiste na recolha sistemática de informação sobre o progresso dos nossos alunos, o que nos permite ir reajustando as nossas práticas pedagógicas e acionar medidas mais eficazes que visam o sucesso pleno dos protagonistas de todo o processo de ensino-aprendizagem: os nossos alunos.

A avaliação passa por três momentos: a avaliação diagnóstica, a formativa e a sumativa. A recolha da primeira avaliação faz-se no início do ano letivo com «atividades de diagnóstico», escritas ou orais, e ao longo de todo o ano, com o intuito de recuperar e consolidar conteúdos; a «formativa» acontece em todas as aulas, de forma permanente e total, contemplando todas as competências da LE; e, por último, a sumativa concretiza-se nos «Testes de Avaliação de Conhecimentos» e na «Avaliação da Expressão Oral».

A primeira serve-nos para caracterizar os alunos relativamente às suas capacidades e interesses e funciona como um meio de motivação para o estudo da disciplina. Mesmo no 7.º ano de escolaridade, ano de introdução à LE2, os alunos já trazem pré-requisitos da língua porque, como já expusemos, os portugueses são falsos aprendizes da língua espanhola. Desta feita, ser-nos-á possível avaliar as experiências anteriores com o ELE e as aptidões que nos

permitem eleger as metodologias para ensinar. Esta avaliação é aplicada ora sob o código oral, ora sob o código escrito⁴¹.

A avaliação formativa⁴² acontece ao logo de todo o processo de ensino-aprendizagem e obriga a um *feedback* permanente do professor ao aluno. Ao longo do ano letivo preocupamo-nos e estamos atentos à aprendizagem: será que os nossos alunos estão realmente a aprender? Também nos é possível acompanhar o progresso dos alunos no que diz respeito ao Saber, ao Saber Fazer e ao Saber Ser, bem como o grau de envolvimento e de interesse que têm pela disciplina. Atendendo aos critérios de avaliação contínua da disciplina, o campo da 'Observação Direta' traduz o desempenho permanente dos alunos.

Por último, a avaliação sumativa⁴³ permite-nos responder à pergunta 'O que é que os nossos alunos aprenderam?'. Com a aplicação desta avaliação, pretendemos verificar em que medida se registam alterações a nível dos conhecimentos.

O registo do progresso dos alunos é um instrumento essencial que funciona também como o histórico do progresso dos alunos ao longo do ano letivo ou até do ciclo de estudos. Na grelha de avaliação contínua *Excel*⁴⁴, entenda-se a formativa e a sumativa, podem ser contemplados os critérios de avaliação de todas as disciplinas, tal como os dados que os professores do CT vão inserindo ao longo do ano letivo. Considerando as disciplinas de LE, os alunos realizam dois testes escritos por período, uma avaliação formal da expressão oral e são avaliados através da Observação Direta. Esta mesma grelha *Excel* informa ainda o CT das metas a atingir em cada disciplina. Cada turma tem delineada a sua meta uma vez que consideramos os ritmos diferentes de aprendizagem e as características de cada grupo-turma. As metas são definidas em Departamento para cada período e não podem ser inferiores ao estabelecido; quando a meta é atingida, é, obrigatoriamente, aumentada em CT.

Para além das grelhas *Excel*, temos as nossas grelhas pessoais onde registamos sobretudo todos os elementos que contemplam a Observação Direta: pontualidade, assiduidade, atitudes e valores, motivação, participação e empenho, descrição das tarefas realizadas em sala de aula e em casa.

.

⁴¹ Consultar Apêndice O: Avaliação Diagnóstica (código escrito) – 7.° ano de escolaridade.

⁴² Consultar Apêndice P: Avaliação Formativa - 8.º ano de escolaridade.

⁴³ Consultar Apêndice Q: Prova Escrita de Avaliação 9.º ano.

⁴⁴ Consultar Anexo J: Grelha de Avaliação Contínua.

Conforme as informações que vamos obtendo dos alunos ao longo do ano, vamos acionando mecanismos que visam o progresso de todos os alunos, ou seja, tanto para alunos de nível 2, 3, 4 como de nível 5, porque, não esqueçamos que os bons alunos também precisam de medidas que os ajudem a manter os resultados. Destacamos assim os Planos de Recuperação (PR) para os alunos com dificuldades, a adequação dos instrumentos de avaliação para os alunos com NEE, a elaboração do Plano Individual de Trabalho (PIT) aplicado aos alunos que ultrapassam o dobro do número de horas semanais da disciplina em faltas injustificadas e a "abertura de ação" em CT, caso a nossa disciplina tenha uma taxa maior ou igual a 20% de insucesso. Para além destas estratégias, os nossos alunos podem frequentar durante a semana os Apoios que disponibilizamos, realizar as Fichas de Apoio ao Estudo (FAE) com carácter semanal. Quando um aluno apresenta resultados menos bons no final dos períodos letivos, são preparadas as FAE para que sejam reforçados e consolidados conteúdos. É do nosso interesse referir que também prestamos apoio individualizado a um aluno do 1.º ciclo⁴⁵ e tutoria⁴⁶ a alunos que necessitam de um acompanhamento escolar. De igual modo, convidamos todos os nossos alunos a criar também os seus próprios registos de avaliação que evidenciam o seu desenvolvimento e progresso. Todas as turmas na sua sala têm, no placard de cortiça, a informação facultada pelo DT da evolução sentida em cada disciplina comparativamente a outras turmas do mesmo ano de escolaridade; no mesmo placard, está também disponível a informação relativa a exercícios de preparação para os testes aos quais designamos de 'Meta', exercícios que servem para preparar os alunos para os testes, informá-los do seu progresso e situá-los numa determinada média. Na nossa disciplina em particular, os alunos fazem reflexões permanentes de auto e heteroavaliação, tanto a partir de tarefas desenvolvidas individualmente como em grupo; os alunos, por vezes, rececionam grelhas de autoavaliação que preenchem à medida que realizam determinada tarefa. No fim de cada período letivo, os alunos podem expressar-se também em relação à avaliação do professor. Por fim, acrescentamos o preenchimento do Passaporte das Línguas (PL) incluído no Portefólio Europeu de Línguas (PEL) para a Educação Básica.

Continuamente com a preocupação de aprimorar metodologias, rever métodos para melhorar e atualizar o processo de ensino-aprendizagem na nossa sala de aula, queremos estar atentos e acompanhar os novos progressos pedagógicos que se têm verificado nos últimos

-

⁴⁵ No presente ano letivo, prestamos apoio individualizado a um aluno do 4.º ano, todas as semanas durante 3 horas, que sofre de paralisia cerebral.

⁴⁶ A tutoria consiste em acompanhar o aluno em todas as atividades escolares e ajudá-lo na reorganização dos métodos de estudo e aprendizagem.

anos no que diz respeito ao "erro". A nova postura pedagógica surge como uma alternativa à análise contrastiva: a análise dos "erros" e, com esta, os conceitos de *interlíngua* e de *aquisição de línguas segundas*. No *Diccionario de términos clave de ELE* esta análise decorre de uma investigação levada a cabo nos anos 70 do séc. XX e propõe "el estudio y análisis de los errores cometidos por los aprendientes de segundas lenguas para descubrir sus causas y conocer las estrategias que utilizan los alumnos en el proceso de aprendizaje" (Peris et al., 2008, p. 33).

A análise dos "erros" já não estabelece a comparação entre a L1 e a LE mas, ao contrário, tem em conta as produções reais do aprendente na LE; assim, é-nos possível entender aquelas produções que não são mais que destrezas como um ponto de partida para os seguintes passos identificados por S. P. Corder (citado em Peris et al., 2008):

identificación de los errores en su contexto; clasificación y descripción de los mismos; explicación de su origen, buscando los mecanismos o estrategias psicolingüísticas y las fuentes de cada error: en este punto entra la posible interferencia de la lengua materna, como una estrategia más; evaluación de la gravedad del error y búsqueda de un posible tratamiento. (p. 33)

Mas afinal o que é um "erro"? O que é a *Interlíngua*? Haverá alguma tipologia de erros?

Como explica Fernández no *Diccionario de términos clave de ELE* (citado em Peris et al., 2008), "Los errores son pasos obligados en el proceso de todo aprendizaje y constituyen la forma que tiene el aprendiz de ensayar las hipótesis que va construyendo sobre el funcionamiento de la lengua" (p. 182).

Nós defendemos a pedagogia do erro porque acreditamos que o "erro" aparece naturalmente como resultado do uso das várias competências — expressão e compreensão (escrita e oral), funcionamento da língua (vocabulário e gramática) e componente cultural. Além disso, a nossa experiência permite-nos ir identificando as dificuldades. Sabendo que não há métodos definitivos ou soluções que sirvam em todos os contextos, a nossa prática letiva seguirá sempre o seu caminho procurando a melhoria, até porque temos claramente definido o nosso papel:

el profesor deja de ser la enciclopedia, el controlador, el juez para ser la persona que está atenta a las necesidades de sus alumnos, que motiva, que suscita, da pistas; observa los procesos, negocia y es capaz de adaptarse a nuevas soluciones, despegándose del libro de texto y de sus prácticas habituales, lo que supone, eso sí, una mayor preparación profesional. (Fernández, 2003, p. 22)

De todas as formas, não somos só nós a participar mas também o aprendente, protagonista do processo ensino-aprendizagem:

que deja de esperar a que le den consignas de lo que hay que hacer, cómo y cuándo y, por el contrario, propone, se esfuerza, valora sus propias dificultades, solicita ayuda, evalúa los diferentes recursos, asume la responsabilidad de su propio aprendizaje, desarrolla confianza en sí mismo y ensaya la mejor forma de aprender. (Fernández, 2003, p. 22)

Somos claramente defensores da pedagogia do erro, apostando na análise do "erro" porque assim podemos conhecer muito melhor o processo de ensino-aprendizagem, os processos psicológicos que dele resultam, como é que o aluno aprende e qual é o seu nível e, logicamente, permite-nos interligar o processo de ensinar ao de aprender, pensar e elaborar atividades, reunir recursos didáticos que facilitem o nosso trabalho e, sobretudo, conhecer os nossos alunos.

Estamos certos de que há que motivar os nossos alunos para que percam o medo de escrever e acima de tudo de falar já que, como costumamos dizer-lhes, quantos mais "erros" cometem, mais podem aprender! Com os nossos alunos não utilizamos sequer o conceito "erro" visto que pode causar mal-estar para além da sua relatividade. Será um erro ou um lapso? Um equívoco ou falta de memória? Trata-se de interferência de outras línguas? E o que não está correto, está muito incorreto ou quase correto? De facto, a relatividade do "erro" é um tema multidisciplinar que se trata assumindo o seu lado criativo e construtivo. No nosso processo de ensino-aprendizagem, falantes portugueses que aprendem o ELE, podemos refletir sobre a sua criatividade, ou seja, se adotarmos uma postura de intransigência face ao "erro", o aluno sentir-se-á limitado e, por conseguinte, não estará livre para criar os seus enunciados escritos e orais. Desta feita, a nossa postura é sempre a de «Eso es normal», «Sabemos por qué lo has dicho / has escrito así; vamos a ver...»

Por tudo isto, salientamos a pedagogia do erro visto que tem um carácter didático. O "erro" analisa-se como algo que difere da norma; algo atual e inovador que nos permite ir construindo o nosso perfil de professor; é uma consequência natural da aprendizagem e se, enquanto professores, aceitarmos que também na L1 nem sempre escrevemos ou falamos de forma perfeita, vamos poder encarar o "erro" com maior facilidade e naturalidade; o "erro" comum pode servir inclusivamente para fazer o diagnóstico do processo de ensino-aprendizagem, queremos com isto dizer que nós, os professores, podemos diagnosticar níveis,

incorreções e assim preparar e adaptar distintas tarefas para propor em aula. Entendemos que os professores devem ser flexíveis ante estas situações que acabamos de descrever e servir-se delas para aproximar-se do aluno e do grupo, podendo a incorreção de um ser a incorreção de todos, defendendo a ideia de que ninguém pode sentir-se inferior ou menos capaz por ter escrito ou dito algo menos bem. Importa-nos pois questionarmo-nos: porque é que as incorreções acontecem?

O nosso contacto diário com aprendentes do ELE, permite-nos vislumbrar a L1 nas suas produções⁴⁷. A aquisição de segundas línguas segundo o *Diccionario de términos clave de ELE* (Peris et al., 2008) designa un "conjunto de procesos conscientes e inconscientes mediante los cuales una persona alcanza un determinado nivel de competencia en una segunda lengua. Consigue este propósito ejercitando las distintas destrezas lingüísticas en la realización de actividades de diverso tipo" (p. 26).

Ora quando se exercitam as diversas 'destrezas linguísticas', verificam-se as transferências de um idioma para o outro e aqui deparamo-nos com o conceito de *interlengua* proposto por Selinker, conforme o mesmo dicionário (citado em Peris et al., 2008) para referir-se a um sistema linguístico que não é nativo, diferenciando-o do sistema da L1 e do sistema da LE. Segundo o mesmo autor, é necessário comparar os enunciados produzidos por um aprendente da LE com os enunciados produzidos por um falante nativo da mesma língua; como resultado, obter-se-á um novo sistema linguístico que reúne todas as tentativas do aluno. A estas tentativas/motivações válidas dos alunos, Selinker designa-as de "Interlengua". Como o "erro" resulta naturalmente de estratégias e tarefas, começa-se a aceitá-lo como algo de útil e de proveitoso no processo de ensino-aprendizagem, isto é, verifica-se uma mudança porque os erros "constituyen un paso ineludible en el camino de apropiación de la nueva lengua y son valorados como índices de los diversos estadios que el aprendiente atraviesa durante el proceso de aprendizaje. De esta última asunción se pasa al concepto de interlengua" (Peris et al., 2008, p. 33).

_

⁴⁷ Recorde-se o levantamento de "erros" mais comuns dos alunos de ELE, Capítulo I, 3 – Conhecimento dos alunos.

III - Análise da prática de ensino

Procedendo à recolha das memórias da nossa prática de ensino, apresentamos, neste capítulo, a análise do nosso desempenho dentro da sala de aula, não descurando a preparação do ensino antes da aula, nem a continuação da aprendizagem, depois da aula.

Sobre a preparação do processo de ensino partilhamos alguns cuidados que transparecem na nossa prática, a saber: 1) à luz do nosso traquejo profissional, enquanto professora de ELE, antecipamos as dificuldades⁴⁸ que os alunos podem sentir em aula e preparamos estratégias que pretendem contorná-las e superá-las; 2) atendendo à nossa experiência de outrora como aprendentes de outras línguas na escola, entendemos as expetativas dos alunos: o que esperam de nós, o que querem aprender e como aprender; 3) motivamos os alunos com metodologias atuais, métodos claros e eficazes, estratégias que vão ao encontro dos seus interesses para ensinar vocabulário, gramática, estruturas de comunicação funcional e recursos variados; 4) propomos tarefas para que as turmas desenvolvam destrezas interpretativas, expressivas e linguísticas; 5) somos sérios na pesquisa e na seleção de recursos que suportam a nossa prática de ensino; 6) acompanhamos os trabalhos da Real Academia Espanhola (RAE) e seguimos o Acordo Ortográfico (AO), tanto do Espanhol (AOE) como o AOP; 7) levamos para as aulas a diversidade linguística e cultural; 8) somos coerentes no uso de apenas um estândar de língua; 9) preparamos materiais que contêm temas ou situações que envolvem diretamente aos alunos de cada turma, respeitando, por exemplo, a diversidade cultural que muitas vezes existe; 10) adaptamos todos os recursos às necessidades dos nossos alunos, inclusivamente o manual; 11) pedimos aos alunos contributos para a aula: ideias para atividades, recursos, entre outros.

No decorrer das aulas preocupamo-nos por mostrar: 1) clareza e objetidade nas instruções das variadas tarefas em todos os momentos da aula; 2) entendimento da falha ou do lapso, comumente designado de «erro» como algo natural que deve ser aproveitado positivamente, por todos, para ensinar e aprender; 3) predileção pelo uso da expressão 'intenção comunicativa' em detrimento de «gramática»; 4) correção da pronúncia e da entoação; 5) respeito pelas características individuais dos alunos e dos grupos-turma; 6) atribuição de responsabilidades aos alunos; 7) escolha de formas de trabalho distintas; 8) uso

⁴⁸ Tema tratado no Capítulo I, subcapítulo 4 "A avaliação das aprendizagens".

organizado do quadro; 9) incentivo à participação constante dos alunos; 10) entendimento dos silêncios como necessários para desenvolver determinadas tarefas; 11) uso da LE adequada ao nível das turmas; 12) preferência pelo tratamento informal: professor – aluno, aluno – aluno e aluno – professor; 13) uso correto da terminologia linguística e, quando necessário, comparação com a L1; 14) preocupação por encarar os alunos nos olhos, mantendo contacto visual com todos; 15) conhecimento de todos os alunos de todas as turmas e tratamento pelo nome próprio; 16) registo no quadro com caligrafia legível e exposição da informação de forma organizada e clara; 17) manutenção e atualização do 'rincón del vocabulario' no quadro; 18) informação permanente dos progressos aos alunos, a partir do feedback das tarefas que realizam; 19) adequação do espaço físico às atividades que se desenrolam na sala de aula; 20) adaptação do PA aos interesses, ao ritmo e aos estilos de aprendizagem, às reações dos grupos-turma; 21) criação de ambiente propício à aprendizagem; 22) respeito pelos alunos, pelas suas opiniões, motivações e consideração pelas suas vivências e experiências anteriores; 23) estímulo, motivação e recurso ao reforço positivo; 24) promoção e respeito pelos valores cívicos, pelas regras da sala de aula, pelo Regulamento Interno e pela participação em atividades extraletivas; 25) clareza da linguagem e adoção de um discurso coeso e coerente; 26) uso de um tom de voz adequado que chega a todos os alunos da sala e boa dicção; 27) disposição do equipamento para facilitar a aprendizagem⁴⁹; 28) implementação de estratégias que visam recordar e consolidar vocabulário e estruturas; 29) equilíbrio na distribuição do tempo atribuído às tarefas; 30) preocupação pela realização de resumos, sínteses e conclusões da matéria; 31) respeito pelo perfil do professor⁵⁰, que vamos traçando, e pelo perfil do aluno.

Pretendemos, de igual modo, potenciar a aprendizagem fora da sala de aula pelo que, para além das fichas de trabalho, informativas ou de apoio ao estudo, dos *PowerPoint*, dos vídeos, das audições ou da *webgrafia* e/ou bibliografia que disponibilizamos através do *e-mail* da turma ou do *Dropbox*, apelamos e incentivamos os alunos a ouvir música, a ver filmes ou canais espanhóis, a estar atentos aos rótulos dos produtos que compram ou que têm em casa, a ir à Biblioteca do colégio onde podem ler livros, revistas ou jornais⁵¹, jogar⁵² ou usar os

⁴⁹ Por exemplo, as colunas estão sempre dispostas no meio da sala; independentemente de algumas salas terem Projetor de Vídeo, que projeta no lado esquerdo, levamos o nosso para projetar no quadro que se situa no centro, desde o meio da sala.

⁵⁰ Perfil do professor tratado no Capítulo II, subcapítulo 1.

⁵¹ Temos sempre a preocupação de comprar e disponibilizar na Biblioteca jornais e revistas espanholas.

⁵² À medida que vamos produzindo jogos para a sala de aula, também os disponibilizamos na Biblioteca.

computadores para aceder às redes sociais: *Facebook*, fóruns, salas de *chat* ou, principalmente os alunos rapazes, jogar videojogos.

Se a análise até aqui apresentada assume uma vertente menos formal, no CRDL a avaliação da prática letiva opera-se formal e documentalmente a partir da Reflexão da AA⁵³ pelo professor, que é observado, e da avaliação da AA realizada pelo colega, que observa a aula.

A Reflexão da AA engloba os seguintes parâmetros: preparação da aula, condução da aula, a aprendizagem dos alunos na sala de aula, a aprendizagem como professor. A avaliação resulta da verificação das seguintes competências para lecionar: conhecimentos científicos e didáticos, promoção da aprendizagem pela motivação e responsabilização dos alunos, plasticidade no que diz respeito à flexibilidade e capacidade de adaptação, identificação e vivência do projeto educativo, comunicação, planeamento, procura de informação, atualização de conhecimentos e avaliação.

Recordando o PA⁵⁴ da AA, a preparação da aula respeita, em primeiro lugar, a PMP que, por sua vez, obedece aos documentos que suportam o processo de ensino-aprendizagem do ELE, e a unidade didática ¿El hábito hace al monje? do manual adotado⁵⁵. Em segundo lugar, consideramos a aula anterior, na qual se introduziu a unidade, se reviu e se atualizou o vocabulário relacionado com o vestuário, se discutiu o tema da moda e os estilos e ainda se partilharam gostos e interesses pessoais. Seguidamente, para responder às motivações próprias do grupo-turma, pesquisamos desfiles de moda no *YouTube* da conhecida, e muitas vezes idolatrada, *designer* Agatha Ruiz de la Prada. Depois de termos decidido que a aula centrar-se-ia na *designer*, passamos a preocuparmo-nos com a competência comunicativa, pelo que elaboramos uma ficha de trabalho⁵⁶ orientada por tarefas que visa combinar todas as competências: expressão e compreensão nas suas dimensões escrita e oral, funcionamento da língua - vocabulário, gramática – e competência leitora e cultural.

Sobre a condução da aula, há que referir que os 60' decorreram de forma espontânea e bastante dinâmica. O grupo-turma ficou bastante motivado com a «visita» de Agatha Ruiz de la Prada e apreciou o desfile de moda, o que quer dizer que desenvolvemos não só o aspeto

⁵⁵ Español 3 – Nivel Elemental III (B1).

⁵³ Consultar Anexo K: Reflexão de Aula Assistida.

⁵⁴ Consultar Apêndice N: Plano de Aula.

⁵⁶ Consultar Apêndice R: Ficha de Compreensão Audiovisual.

cognitivo mas também afetivo dos alunos. Os alunos foram valorizados quando lhes foi pedida a opinião e lhes foi dado espaço para participar em todos os momentos da aula. No que disse respeito à aprendizagem dos alunos, a inovação da aula prendeu-se com o visionamento do desfile de moda, proporcionando novos conhecimentos sobre alguém que já fazia parte do seu quotidiano⁵⁷. Para desenvolver a competência cultural explicámos o que é o grupo *Inditex* e reatualizámos os conhecimentos que dizem respeito aos pronomes interrogativos.

A informação que levamos até aos nossos alunos é precisa e atualizada e, com a escolha do vídeo, procuramos conhecimentos sobre o pensamento, tendências e práticas inovadoras na prática pedagógica. O grupo-turma foi ainda informado de como podia aceder, com recurso às TIC, a mais informação sobre a *designer*.

Na reflexão do último ponto sobre a aprendizagem, como professora de ELE, destacamos a necessidade de sermos mais eficazes na forma como chegamos aos alunos. De facto, nenhuma aula é igual a outra e sentimos que podemos sempre melhorar a forma como colocamos uma questão ou aprimorar as ilustrações que fazemos das situações. Urge ainda que continuemos a: 1) acompanhar as motivações dos alunos que mudam cada vez mais depressa; 2) procurar a melhoria para oferecer aos alunos abordagens que favoreçam o seu desenvolvimento na LE, integral e integrado; 3) promover sempre a autoestima com reforço positivo e *feedback* contínuo; 4) apresentar recursos variados e adequados para aperfeiçoar o processo de ensino-aprendizagem; 5) demonstrar proficiência nas competências da comunicação na LE; 6) adaptar planificações com o objetivo de responder às necessidades dos alunos; 7) potenciar a autoavaliação dos alunos como estratégia reguladora do seu progresso na aprendizagem.

Graças à nossa reflexão e à avaliação do colega observador da AA, é possível analisar as necessidades e as alternativas que visam a consolidação, bem como a melhoria da nossa prática de ensino.

Por último, queremos ainda acrescentar que as avaliações que os alunos fazem do nosso desempenho são as que mais contribuem para o aperfeiçoamento da nossa conduta, por isso, jamais nos negamos a ouvir as suas sugestões e aceitamos as suas contribuições para o sucesso do processo de ensino-aprendizagem.

⁵⁷ Principalmente as adolescentes têm predileção pelo material escolar desenhado pela *designer*.

IV - Participação na escola

O grupo GPS é um grupo de ensino que detém vinte e seis colégios, entre eles, o CRDL situado na cidade termal de Caldas da Rainha. O CRDL está em funcionamento desde o ano letivo 2005/06, após a celebração de um contrato de associação com o MEC.

O colégio, com mais de mil alunos, integra os vários ciclos de ensino, compreendendo o Ensino Básico, o Ensino Articulado, o Ensino Secundário e o Ensino Profissional.

O CRDL é um estabelecimento de ensino particular e cooperativo, com oferta de ensino público e gratuito, à exceção do 1.º Ciclo onde o CRDL se assume como entidade privada, com contrato simples. Desde o ano letivo 2014/15, esta entidade também integra o Ensino Préescolar.

O colégio apresenta-se à comunidade como "uma Instituição ambiciosa, atenta, e que traça os seus objetivos de forma convicta, reajustando-se a cada passo almejando a excelência para os cidadãos que forma" (CRDL, 2015a). Estes cidadãos provêm de todas as classes sociais, verificando-se um acolhimento de todas as crianças, sem qualquer distinção; recordamos as nossas turmas com alunos estrangeiros, com NEE, um aluno com Currículo Específico Individual (CEI), alunos de alta competição⁵⁸, alunos do Ensino Articulado⁵⁹, alunos acompanhados pelo SPOE, alunos com antecedentes familiares ou comportamentais graves que obrigavam a uma cooperação forte entre os docentes do CT, o SPOE, a Proteção de Menores e, algumas vezes, a Polícia de Segurança Pública.

O CRDL também desafia constantemente a comunidade de Caldas da Rainha a fazer parte do Projeto Educativo (PE) que pretende ser de todos e para todos. Com efeito, os pais são parte integrante desta Instituição Escolar, "estabelecendo-se um compromisso de responsabilidade e de confiança entre estas duas entidades indissociáveis" (CRDL, 2015a). O PE caracteriza-se por ser:

o documento que reflecte a filosofia que está subjacente à dinâmica escolar, define os princípios e as linhas orientadoras gerais como as características da comunidade educativa e as orientações nacionais do MEC. Estabelece objetivos tendo em conta os recursos humanos e materiais da escola procurando constantemente a resposta educativa da instituição no meio onde se encontra inserida. (CRDL, 2015b)

⁵⁹ O CRDL tem protocolo com a Escola de Dança e com a Conservatória de Música.

⁵⁸ O CRDL tem protocolo com a Escola de Ténis.

Como docentes nesta instituição, podemos comprovar tanto a participação ativa da comunidade no CRDL como o empenhamento da comunidade educativa na sociedade caldense. Os EE e a comunidade em geral são convidados a participar em várias atividades que têm lugar no CRDL como os diversos Projetos Solidários, a Escola de Pais, a Assembleia de Pais, a Festa de Natal, o Dia Aberto no 1.º Ciclo, entre outras.

Por outro lado, alunos, professores e funcionários não docentes integram várias atividades da cidade como, por exemplo, o Carnaval, Projetos Solidários, $Caldas\ Late\ Nigth^{60}$.

Relativamente à organização interna do CRDL, apresentamos um organograma que compreende a DP, a Assessoria e o Departamento da Qualidade. Também existem cinco departamentos: o Departamento de Ciências Sociais e Humanas, o Departamento de Estudos Linguísticos e Literários (DELL), o Departamento de Ciências Exatas e Naturais, o Departamento de Artes e Expressões e o Departamento do 1.º Ciclo. O organograma estrutura ainda as Equipas Pedagógicas e os Serviços Administrativos. É do nosso interesse apresentar o organograma com detalhe uma vez que interagimos diretamente com todos os elementos que dele fazem parte, no decorrer do ano letivo, e entendemos que, realmente, não podia ser de outra forma quando o PE diz respeito a toda a comunidade do CRDL, que faz por cumprir e fazer cumprir também o Projeto Curricular (PC).

O PC define-se como o "documento instrumento de gestão pedagógica da escola, que reflecte os processos de ensinar e de fazer aprender e pauta o trabalho cooperativo entre os professores para gerar intervenções educativas de qualidade" (CRDL, 2015c).

Na qualidade de professora da disciplina de Espanhol, responsabilizamo-nos por todas as funções que estão inerentes à prática letiva mas somos responsáveis ainda por outras mais funções, entre as quais: informar o CT, o Grupo Disciplinar de Línguas (GDL) e o DELL dos resultados obtidos pelas turmas e das estratégias adotadas que visam o progresso escolar; atualizar a Grelha *Excel* correspondente à Avaliação Contínua para informar os DT das turmas que, semanalmente, recebem os EE e que procuram informações dos seus educandos a todas as disciplinas; adaptar e cumprir as adequações em Testes de Avaliação dos alunos com NEE; elaborar e facultar às turmas as matrizes de todas as avaliações; elaborar os critérios de correção de todas as avaliações; fazer o *update* de todos os recursos da

6

⁶⁰ Evento cultural e artístico organizado pelos alunos da Escola Superior de Artes e *Design* de Caldas da Rainha, que envolve toda a população da cidade e atrai muitos turistas.

disciplina na plataforma *moodle*; inventariar os recursos da disciplina na Biblioteca e na Sala dos Professores; fazer o levantamento da necessidade de formação e de recursos, entre outras. Também nos sentimos responsáveis por partilhar receios ou discórdias, sendo autónomos para dar sugestões em *prol* da melhoria. Por exemplo, defendemos que os alunos de LE têm muitos momentos de avaliação atendendo aos 120' de aulas por semana; a estrutura dos testes escritos ainda não está em conformidade com os exames do Instituto Cervantes ou com os Exames Nacionais. Principalmente discordamos do número excessivo de atividades que se desenvolvem no CRDL, que nos impelem a interromper a prática letiva e que fazem com que os alunos não assistam às aulas, porque estão envolvidos em atividades extraletivas; e ainda, somos adversos ao facto da análise dos resultados dos alunos por vezes atingir proporções desmedidas, tratando-se os alunos como números e vendo-os como um meio para atingir metas que transparecem em competições a níveis interno, interescolar ou nacional.

Atendendo às atividades, somos responsáveis pela celebração do Dia da Hispanidade e pela Academia de Espanhol.

O Dia da Hispanidade⁶¹ é celebrado no dia 12 de outubro. Esta atividade tem como objetivos essenciais a envolvência de todos os alunos que estudam Espanhol num projeto comum, a fomentação da cultura, a celebração da descoberta da América através da animação da Biblioteca e da decoração de locais de convívio, a promoção e o interesse pelo ELE e a sensibilização da comunidade escolar para a crescente importância da cultura hispânica na atualidade. O Dia da Hispanidade conta com várias atividades naquele espaço dinamizadas pelos alunos de Espanhol: músicas tocadas e coreografadas, leitura expressiva de poemas e apresentação de uma pequena peça de teatro pela Academia de Espanhol.

A Academia de Espanhol⁶² destina-se aos alunos do 2.º e 3.º CIEB, embora alunos do Secundário já tenham participado em anos transatos e feito a preparação para exames, visando a obtenção do Diploma de Espanhol como Língua Estrangeira (DELE). Com esta Academia divulga-se a cultura hispânica, motivam-se os alunos para a aprendizagem do ELE, promove-se o espírito crítico e a criatividade e fomenta-se a aceitação do Outro pela partilha intra e intercultural. Associada a este projeto, está a dinamização de uma vitrina num dos átrios do CRDL. Neste espaço, os participantes na Academia, conjuntamente com os alunos

⁶² Consultar Apêndice T: Relatório - Academia de Espanhol.

⁶¹ Consultar Apêndice S: Relatório - Dia da Hispanidade.

de Espanhol, expõem trabalhos relacionados com as mais variadas temáticas, apresentando a atualidade em Espanha e nos países da Latino América através de notícias.

Estas atividades, para além de serem planificadas e objeto de relatório, apresentam instrumentos de avaliação para posterior análise em DELL. De referir também que todos os docentes têm a preocupação de articular as atividades com o PE que visa o desenvolvimento integral do aluno, transformando-o num sujeito autónomo, responsável, dotado de espírito crítico, literato, competente, educado, sensível às diferentes expressões artísticas, informado e interessado pela realidade circundante.

O CRDL realiza muitas e diversificadas atividades o que, na nossa opinião, pode distrair os alunos das atividades letivas e obrigar os professores a lecionar as matérias, por vezes, de forma sintetizada ou a abdicar de atividades dentro da sala de aula. A Festa de Natal, o Carnaval, a Semana Cultural, a Feira do Livro, o Congresso de Ciências Sociais e Humanas, o Sarau de Poesia e o Baile de Gala constituem o grosso destas atividades.

No que nos diz diretamente respeito, isto é, ao GLE e ao DELL, destacamos o *Halloween*⁶³ que mobiliza toda a comunidade educativa no 1.º Período e a Semana das Línguas⁶⁴, no 2.º Período, integrada na Semana Cultural. Mas os nossos alunos participam ainda em atividades desportivas como o Torneio de Voleibol e o Corta-Mato no 1.º Período; em visitas e viagens de estudo durante a Semana Cultural, no 2.º Período; nas Olimpíadas de Matemática e/ou de Química. Este conjunto de atividades exige dos professores um maior acompanhamento aos seus alunos, nomeadamente, através da elaboração de Fichas de Reforço da matéria. No 3.º período letivo, destacam-se o Campo aventura do 9.º ano, o CRDL *Alive* ou o campeonato de cálculo mental *SuperTmatik*.

Não podemos deixar de referir também as atividades que mobilizam os professores do CRDL: o *Rally Paper* no início do ano letivo, o jantar de Natal e o Piquenique, no fim do ano letivo; e, ainda, as que mobilizam todos os docentes do grupo GPS como os Encontros de Formação e a festa de fim de ano. Estas atividades potenciam o convívio, a cooperação e a solidariedade, não só entre a comunidade do CRDL como intercolégios.

⁶³ Consultar Anexo L: Relatório *Halloween*.

⁶⁴ Consultar Anexo M: Relatório da Semana das Línguas.

V – Desenvolvimento profissional

Os professores vão descobrindo o seu caminho ao longo do seu desenvolvimento profissional. O perfil das crianças e dos adolescentes muda-nos, a era moderna e as novas pedagogias marcam-nos e as experiências profissionais e pessoais que vivemos, definem o nosso carácter enquanto agentes da educação. Um ano letivo é sempre único e caracteriza-se por novas responsabilidades, que têm que ser assumidas de forma séria, empenhada e profissional, pela atualização de conhecimentos, pela reflexão da prática letiva e de projetos educativos e, sobretudo, por pensamentos renovados e discussões idóneas.

No desempenho como profissionais autónomos, assumimos no CRDL algumas responsabilidades com o desígnio de melhorar os resultados escolares dos nossos alunos. Assim, desenvolvemos um Horário de Apoios para que os alunos alcancem resultados ou mantenham níveis francamente bons. Para dar resposta ao mesmo desafio, elaboramos as FAE, com carácter semanal, para consolidar o conhecimento de conteúdos. Para ajudar os alunos a alcançar as 'metas' nos testes, definidas em DEL, criamos fichas de trabalho designadas de 'Meta' para que os aprendizes resolvam exercícios e obtenham uma perceção quantitativa, para além de qualitativa, da sua situação escolar. Em outubro e abril, publicitamos junto das turmas de Espanhol as Convocatórias do Instituto Cervantes para os DELE⁶⁵, disponibilizando-nos, também, para preparar os alunos para estes exames.

Autonomamente, também procuramos a atualização do nosso conhecimento profissional na medida em que acompanhamos páginas web dedicadas aos professores de ELE⁶⁶ e participamos ativamente em fóruns que promovem a discussão de ideias e a partilha de experiências entre docentes.

De igual forma, as questões profissionais são discutidas com outros colegas, dentro e fora do colégio. No CRDL procura-se sempre dar resposta às situações educativas em CT, em GDL e em DELL e participa-se em ações de formação, como a sessão subordinada ao tema "Escola virtual". Com os colegas de outros colégios do grupo GPS, trabalha-se em uníssono, também através da discussão em fóruns⁶⁷. Diretamente com os colegas de Espanhol de outros

⁶⁵ Neste ano letivo não se registam participações, à dissemelhança de anos transatos.
⁶⁶ Por exemplo, a página www.todoele.net.

⁶⁷ Na ação de formação em *e-learning* de "Português Língua Não Materna – Avaliação Diagnóstica".

colégios, partilham-se questões através de *e-mail* e elabora-se em conjunto os Exames de Equivalência à Frequência⁶⁸ do 9.º ano.

Por último, e atendendo a tudo o que foi relatado, reavaliamos a nossa prática supervisionada considerando o nosso Relatório de Autoavaliação do Desempenho Docente⁶⁹.

Na evidência das nossas competências profissionais e de conduta, entendemos ser uma mais-valia trabalhar com colegas que ensinem a mesma disciplina que nós. Esta situação não se verifica no CRDL, o que nos incumbe de procurar outros meios para trocar conhecimentos científicos como os fóruns, como já mencionámos, ou do contacto, incipiente, com colegas de Espanhol de outras instituições. Todavia, consideramos bastante positivo o trabalho cooperativo com os colegas das outras áreas do saber para a resolução de questões relacionadas com os alunos, as aulas, a escola e a profissão. A nossa participação nos diversos trabalhos da escola, na comissão de matrículas, na consecução e vigilância de exames, na colaboração com a equipa de Segurança, na organização de eventos, entre outros, caracterizase como empreendedora e, ao mesmo tempo, enriquecedora. No CRDL, toda a comunidade é envolvida na dinamização de atividades lúdicas com carácter multidisciplinar e a nossa colaboração é total desde a preparação, passando pela realização até à avaliação.

Relativamente às competências sociais e de relacionamento com os alunos, estamos conscientes de que a nossa principal preocupação são os alunos pelo que sempre estamos disponíveis para eles, dentro e fora da aula, dentro e fora do CRDL. As interações com os grupos-turma pautam-se pela dinâmica e assentam sempre no respeito pelo Próprio e pelo Outro. De facto, defendemos que as regras, depois de discutidas e compreendidas, são para cumprir e não pode haver espaço para confrontos de personalidade, culturais ou sociais. A competição entre colegas ou entre turmas tem que ser saudável e o ditado «todos iguais, todos diferentes» deve ser seguido. Cremos que nem sempre somos eficazes na gestão de conflitos e, por isso, lidar com comportamentos menos próprios dos alunos é, e continuará a ser, uma aprendizagem. De igual forma, apesar de não sermos DT, sempre envolvemos os EE nas atividades de acompanhamento e apoio ao aluno e estabelecemos contacto de variadas formas: Caderneta do Aluno, presencialmente, por telefone e por *e-mail*. Além disso, envolvemo-nos diretamente com a comunidade caldense em atividades que têm lugar no CRDL e em atividades que animam a cidade. Relativamente à comunidade educativa,

⁶⁸ Consultar Apêndices U e V: Exames de Equivalência à Frequência.

⁶⁹ Consultar Anexo N: Autoavaliação do Desempenho Docente.

reforçamos a nossa total integração⁷⁰ sendo notória a naturalidade com que o nosso trabalho individual se funde no coletivo, num ambiente de cooperação.

Uma vez terminado o nosso relato, pretendemos realçar todas as situações, experiências e vivências durante o ano letivo 2012/13, que nos permitem crescer, enquanto Professora e como Pessoa, e continuar a traçar o nosso perfil profissional num projeto que também é de vida. Da nossa parte, vincamos o nosso contributo para o CRDL, na qualidade de professora de Espanhol, por meio da partilha de conhecimento do currículo, do conteúdo e dos alunos; da abordagem e da reflexão de perspetivas educativas atuais e inovadoras, metodologias e métodos; da troca de formas de preparação e condução de aulas; e da reflexão sobre a avaliação das aprendizagens. Realçamos, por último, a nossa envolvência empenhada na realização de todas as tarefas que, por sua vez, nos conduziram e conduzem à reflexão crítica.

 $^{^{70}}$ O ano letivo aqui relatado corresponde ao nosso último ano no CRDL, de quatro anos consecutivos.

Conclusões

A consecução deste trabalho, que resulta do relato crítico e reflexivo do nosso desempenho, na qualidade de professora de Espanhol durante o ano letivo de 2012/13 no CRDL, permite-nos reunir algumas conclusões sobre o professor, o aluno e o processo de ensino-aprendizagem a nível científico, pedagógico e didático.

Sobre os professores, na qualidade de professora de ELE:

- A nossa profissão não se limita à sala de aula e está em permanente transformação à luz dos progressos tecnológicos, dos novos *curricula* e de inovadoras teorias da educação;
- Rejeitamos paradigmas linguísticos tradicionais e optamos por reconhecer conceitos novos como a 'competência comunicativa';
- Estamos conscientes de que se exige de nós uma *gnosis* científica, pedagógica e didática bem como uma postura investigativa, analítica, crítica e reflexiva sobre todas as questões inerentes à prática profissional;
- Somos capazes de refletir sobre as metodologias que aplicamos, de adaptar e transformar abordagens pedagógicas, repensando constantemente o processo de ensino-aprendizagem;
- Não devemos impor modelos culturais mostrando-nos imparciais e respeitando a diversidade cultural:
- Conduzimos as aulas para além dos programas e, sobretudo, dos manuais apostando no ensino imediato, espontâneo e dinâmico potenciado pelos alunos;
- Esforçamo-nos por entender a forma como os nossos alunos aprendem para podermos repensar a forma como ensinamos, como podemos motivar e como podemos evitar condicionalismos ao processo de ensino-aprendizagem;

- Fazemos por detetar e antever dificuldades para acionar os mecanismos necessários e conduzir os alunos ao sucesso;
- Integramo-nos completa e totalmente na escola e na sociedade, participando em todas as atividades educativas;
- Aplicamos inquéritos para levantamento de interesses e expetativas, ouvimos os alunos e negociamos aprendizagens;
- Baseamo-nos numa perspetiva humanista e vamos construindo o nosso perfil através do aluno;
 - Rompemos com a perspetiva tradicional, tanto do professor como do aluno;
- Sabemos que o currículo deve estar adaptado ao ensino das LE mas as nossas práticas são convergentes e fundamentadas com os *curricula*;
- Entendemos os documentos como flexíveis, adaptáveis, reguladores e não ignoramos que existem documentos menos atuais, outros pouco inovadores, cabendo-nos a nós encontrar o caminho que queremos percorrer com os nossos alunos;
- Somos sabedores que é importante ter um conhecimento total e integral tanto dos curricula dos alunos como dos conteúdos programáticos dos diferentes níveis de proficiência da LE que ensinamos;
- O léxico, a gramática e a cultura representam preocupações para nós já que devemos ser criteriosos na eleição dos conteúdos, na seleção dos recursos a levar para a sala de aula, na distribuição das tarefas e na escolha da avaliação e, sobretudo, estar sempre alerta para dificuldades que, quando não detetadas e antevistas a tempo, se reiteram a nível linguístico e cultural;
- A nossa postura face ao "erro" é pedagógica e até didática na medida em que nos servimos dele para conhecermos melhor os alunos e alcançar o sucesso do ensino-aprendizagem com maior perspicácia;
 - Negamos o autoritarismo e refutamos o castigo;
- Evitamos recorrer à tradução quando os alunos não percebem alguma mensagem, procurando outras formas de chegar à intenção comunicativa;

- Procuramos sempre saber como podemos motivar os alunos que a cada dia vão mudando os seus interesses;
- As estratégias que se usam numa turma podem não funcionar na outra do mesmo nível, por isso, adaptamo-nos às diferentes circunstâncias;
- Mostramos destreza na introdução do humor e usamo-lo como uma mais-valia nas aulas de ELE;
 - Adequamos tarefas, atividades e a linguagem aos diferentes anos de escolaridade;
- Apostamos na diversidade e potenciamos o desenvolvimento em todas as competências da língua.

Sobre o aluno, nas nossas aulas de ELE:

- É protagonista do processo de ensino-aprendizagem, tem personalidade, opinião, julga e decide, intervindo diretamente no processo e tem conhecimentos linguísticos e culturais;
- Não se prepara apenas para a avaliação na disciplina mas para a sociedade cívica, linguística e cultural;
- Comprova o Saber Fazer mediante tarefas e autovalia o seu desempenho, dos colegas e do professor;
- Usa a língua, que está acima da disciplina, para comunicar linguística e culturalmente;
- O aluno procede à autovaliação, tornando-se consciente; à heteroavaliação, sabendo respeitar o colega e aprendendo a trabalhar em equipa para atingir os mesmos fins; e é capaz de avaliar o professor.

Sobre o processo de ensino-aprendizagem, níveis pedagógico e didático:

- Há que valorizar, promover e defender não só o ensino do Espanhol nas escolas como de todas as línguas estrangeiras, respeitando as intenções da UE;
- O ensino está orientado para a ação e não para a debitação de conhecimentos ou exposição de conteúdos;
 - O léxico não deve ser imposto e limitado mas antes ser útil e supervisionado;
- A gramática deve surgir de forma natural, contextualizada em tarefas; deve-se partir do mais simples para o mais complexo, do essencial para o secundário; deve-se apostar numa gramática comunicativa; os alunos devem analisar e indagar a gramática, refletindo sobre o funcionamento da língua, numa aprendizagem por descoberta, autónoma e interventiva;
- Os mal-entendidos culturais devem ser expostos, explicados e resolvidos; os estereótipos devem ser analisados e, muitas vezes, desfeitos;
- A cultura pode e deve ser usada como fator motivador para a aprendizagem da língua;
 - O recurso às TIC é essencial, fundamental, e serve para motivar os alunos;
- As aulas de ELE devem contemplar todas as competências da língua e proporcionar aos alunos um contacto mais próximo e real, tanto com a língua como com a cultura;
- Não há métodos ideais; a reflexão metodológica brota sempre a partir das necessidades dos alunos;
- O ensino quer-se natural, deixando os alunos intervir de forma espontânea e dinâmica, valorizando-os como pessoas autónomas e responsáveis;
 - A aprendizagem deve ser propícia num ambiente tranquilo e salutar;
- A avaliação no processo de ensino-aprendizagem permite reajustar práticas pedagógicas.

Estas nossas conclusões convidam-nos ainda a refletir sobre como podemos melhorar as nossas responsabilidades, como professora de Espanhol, profissional autónoma e empenhada, como podemos aperfeiçoar a nossa capacidade de discussão e reflexão sobre a profissão e sobre a planificação, a participação e a avaliação de projetos educativos. Ora a melhoria ganha-se nas iniciativas incansáveis tomadas com vista à atualização do nosso conhecimento profissional.

Assim, no que diz respeito à formação académica, o nosso investimento traduz-se na obtenção de títulos académicos como a Pós-Graduação em Culturas Clássicas, a Licenciatura em Línguas Modernas, o Mestrado em DIPLE – Diploma Internacional de Professor de Língua Espanhola e na frequência do Mestrado em Ensino do Português no 3.º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário e de Espanhol nos Ensinos Básico e Secundário. Relativamente à Formação Profissional e Contínua acompanhamos e atualizamos a nossa atividade profissional com a realização de cursos direcionados às TIC⁷¹, sessões técnicas⁷², de formações realizadas no CRDL como a de "Português Língua Não Materna – Avaliação Diagnóstica" ou a de "Metodologia de Trabalho de Projeto em Aula". Referimo-nos ainda à frequência de vários cursos que contemplam as componentes científicas do Espanhol⁷³ ou da área da pedagogia⁷⁴ e participações em jornadas⁷⁵ e encontros de formação.

Sabendo que esta era moderna e tecnológica está a revolucionar a História da Educação cabe-nos dizer, por fim, que não podemos abster-nos de investir na nossa formação e na atualização dos saberes, porque todos os dias vamos ser confrontados com novas autoridades e novos saberes. Estamos conscientes de que os professores do futuro são aqueles que apostam na diferença, que refletem, criticam, problematizam e apresentam soluções; os professores do futuro, somos líderes e não seguidores.

-

⁷¹ Construir o *e-Learning*; *Eformador*: os novos desafios.

⁷² Formação Profissional e legislação laboral – o código do trabalho; Gestão emocional e PNL como fatores de aprendizagem.

⁷³ Curso Intensivo de Língua Espanhola, em Málaga, pelo Instituto Cervantes; Cursos de Espanhol, nível II e III, em Coimbra, pelo *Fastaoestudo*.

⁷⁴ Curso de Liderança Pedagógica; Curso de Gestão de Conflitos em Aula.

⁷⁵ 1.ª Jornada Didática de Difusão para Professores de ELE; *Workshop* "Hablamos español – método de español para extranjeros".

Referências bibliográficas

- Alonso, E. (1998). ¿Cómo ser profesor/a y querer seguir siéndolo?. Madrid: Edelsa.
- Álvarez, M. (2014). El Aprovechamiento del Componente Cultural en las Clases de ELE.

 Diploma Internacional de Profesor de Lengua Española | Lengua y Cultura

 Españolas. Salamanca: Universidad Pontificia de Salamanca.
- Assembleia da República. (1986). Lei de bases do sistema educativo (Lei n.º46/86). *Diário da República I série*, (237), 3067-3081. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Assembleia da República | Ministério da Educação. (1989). Decreto-Lei n.º 286/89. *Diário da República I série*, (198), 3638-3644. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Assembleia da República. (1997). Alteração à Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro (Lei de bases do sistema educativo). *Diário da República I série* A, (217), 5082-5083. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Assembleia da República. (2005). Lei n.º 49/2005 de 30 de Agosto, segunda alteração à Lei de bases do sistema educativo e primeira alteração à Lei de Bases do Financiamento do Ensino Superior. *Diário da República I série A*, (166), 5122-5138. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Assembleia da República. (2009). Lei n.º 85/2009 de 27 de Agosto. *Diário da República 1.ª* série A, (166), 5635-5636. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Assembleia da República. (2011). Despacho n.º 17169/2011. *Diário da República*, 2.ª série, (245), 50080. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Assembleia da República. (2015). Lei n.º 65/2015 de 3 de julho. *Diário da República*, 1.ª série, (128), 4572. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Benedetti, A. M. (2001). Interferencias semánticas del portugués en el aprendizaje del español. In *Forma* | *Interferencias*, *cruces* y *errores*, (2), (9-24). Madrid: SGEL.

- Bergillos, F. J. L. (2004). La motivación y el aprendizaje de una L2/LE. In *Vademécum para la formación de profesores: Enseñar español como segunda lengua (L2) / lengua extranjera (LE)*, (pp. 305-328). Madrid: SGEL.
- Comissão das Comunidades Europeias. (2003). Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões Promover a aprendizagem das línguas e a diversidade linguística: Um Plano de Acção 2004-2006. Bruxelas: Autor.
- Conselho da Europa. (2001). Quadro europeu comum de referência para as línguas Aprendizagem, ensino e avaliação (M. Rosário, & N. Verdial, trad.). Porto: Edições Asa.
 - Título original: Common European Framework of Reference for languages: Learning, Teaching, Assessment.
- Costa, P., & Balça, Â. (2012). O Mestrado em Ensino do Português no 3.º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário e de Espanhol/Francês nos Ensinos Básico e Secundário da Universidade de Évora. *Tejuelo*, (14), 51-56. Trujillo-Miajadas: Consejería de Educación, Ciencia y Tecnología.
- Costa, P., & Mira, A. R. (2013). L'importance du compte-rendu dans la formation des professeurs de langue étrangère au Portugal. In *Rendre Compte de sa Pratique. Pour qui, Pourquoi, Comment ? | Actes du colloque 9 et 10 avril 2013* (pp. 37-48. França: AIFRISSS.
- CRDL. (2015a). *Escola | Apresentação*. Recuperado em 10 de maio de 2015, de www.crdl.pt/Escola/Apresentação/tabid/270/Default.aspx
- CRDL. (2015b). *Documentos Orientadores da Escola* | *Projecto Educativo*. Recuperado em 10 de maio de 2015, de
 - http://www.crdl.pt/DocumentosOrientadoresdaEscola/ProjectoEducativo/tabid/141/D efault.aspx
- CRDL. (2015c). Documentos Orientadores da Escola | Projecto Curricular de Escola.

 Recuperado em 16 de maio de 2015, de

- http://www.crdl.pt/DocumentosOrientadoresdaEscola/ProjectoCurriculardeEscola/tabid/142/Default.aspx
- CRDL. (2015d). *Documentos Orientadores da Escola* | *Regulamento Interno*. Recuperado em 16 de maio de 2015, de
 - http://www.crdl.pt/DocumentosOrientadoresdaEscola/RegulamentoInterno/tabid/140/Default.aspx
- Fernandes, C. A. C. (2013). As interferências lexicais entre o português e o espanhol: Os falsos amigos. (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2013).
- Fernández, F. M. (2004). El contexto social y el aprendizaje de una L2/LE. In *Vademécum* para la formación de profesores: Enseñar español como segunda lengua (L2) / lengua extranjera (LE) (pp. 287-304). Madrid: SGEL.
- Fernández, S. (1997). Interlengua y análisis de errores en el aprendizaje del español como lengua extranjera. Madrid: Edelsa.
- Fernández, S. (2001). *Programa de Espanhol nível de iniciação 10.º ano*. Portugal: Ministério da Educação | Departamento do Ensino Secundário.
- Fernández, S. (2002a). *Programa de Espanhol nível de iniciação 11.º ano*. Portugal: Ministério da Educação | Departamento do Ensino Secundário.
- Fernández, S. (2002b). *Programa de Espanhol nível de continuação 10.º ano*. Portugal: Ministério da Educação | Departamento do Ensino Secundário.
- Fernández, S. (2002c). *Programa de Espanhol nível de continuação 11.º ano*. Portugal: Ministério da Educação | Departamento do Ensino Secundário.
- Fernández, S. (2003). Propuesta curricular y Marco común europeo de referencia | Desarrollo por tareas. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte | Editorial Edinumen.

- Fernández, S. (2004a). Programa de Espanhol nível de iniciação 12.º ano. Portugal: Ministério da Educação | Departamento do Ensino Secundário.
- Fernández, S. (2004b). Programa de Espanhol nível de continuação 12.º ano. Portugal: Ministério da Educação | Departamento do Ensino Secundário.
- Fernández, S., Acosta, J. L., & Gil, M. B. (2005a). Programas de Espanhol 10.°, 11.° e 12.° anos | Introdução | Ensino Recorrente de nível Secundário. Portugal: Ministério da Educação | Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.
- Fernández, S., Acosta, J. L., & Gil, M. B. (2005b). *Programa de Espanhol 10.º, 11.º e 12.º anos* | *Nível de Iniciação* | *Ensino Recorrente de nível Secundário*. Portugal: Ministério da Educação | Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.
- Fernández, S., Acosta, J. L., & Gil, M. B. (2005c). *Programa de Espanhol 10.º e 11.º anos | Nível de Iniciação | Ensino Recorrente de nível Secundário*. Portugal: Ministério da Educação | Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.
- Fernández, S., Acosta, J. L., & Gil, M. B. (2005d). *Programa de Espanhol 10.º e 11.º anos | Nível de Continuação | Ensino Recorrente de nível Secundário*. Portugal: Ministério da Educação | Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.
- Fernández, S., Acosta, J. L., & Gil, M. B. (2006). Programa de Espanhol 10.°, 11.° e 12.° anos | Nível de Continuação | Ensino Recorrente de nível Secundário. Portugal: Ministério da Educação | Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.
- Ferro, M. (2003). Plano de Sessão. *Operacionalização da Formação*. Lisboa: Nova Etapa.
- Fialho, M., & Izco, T. M. (2008). *Programa de Espanhol Nível de Iniciação* | 5.º e 6.º anos de escolaridade. Portugal: Ministério da Educação | Direção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular.
- Fialho, M., & Izco, T. M. (2009). *Programa de Espanhol Nível de Continuação* | 7.°, 8.° e 9.° anos de escolaridade. Portugal: Ministério da Educação | Direção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular.

- Fuentes, C. N. (2014). La Gramática y la Pragmática en la Metodología de ELE. *Diploma Internacional de Profesor de Lengua Española* | *Lengua y Cultura Españolas*. Salamanca: Universidad Pontificia de Salamanca.
- Furtado, M. M. S. (2012). A Afinidade das línguas portuguesa e espanhola: Estratégias de ensino / aprendizagem dos falsos cognatos. (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012).
- García-Cervigón, A. H. (2002). Lengua y cultura en la enseñanza del español como lengua extranjera. *Forma* | *Interculturalidad*, (4), 9-26. Alcobendas (Madrid): SGEL.
- García, S. V. (2014). El Perfil del Profesor de Español como Lengua Extranjera. *Diploma Internacional de Profesor de Lengua Española* | *Lengua y Cultura Españolas*. Salamanca: Universidad Pontificia de Salamanca.
- Giovannini, A., Peris, E., Castilla, M., & Blanco, T. (1996). *Profesor en acción 2 | Áreas de trabajo*. Madrid: Edelsa.
- Giovannini, A., Peris, E., Castilla, M., & Blanco, T. (1996). *Profesor en acción 3 | Destrezas*. Madrid: Edelsa.
- Instituto Cervantes. (2006). Plan curricular del Instituto Cervantes | Niveles de referencia para el español | A1 | A2. Madrid: Biblioteca Nueva.
- Instituto Cervantes. (2006). *Plan curricular del Instituto Cervantes | Niveles de referencia para el español | B1 | B2*. Madrid: Biblioteca Nueva.
- Instituto Cervantes. (2006). *Plan curricular del Instituto Cervantes | Niveles de referencia para el español | C1 | C2*. Madrid: Biblioteca Nueva.
- Iragui, J. C. (2004). El concepto de competencia comunicativa. In *Vademécum para la formación de profesores: Enseñar español como segunda lengua (L2) / lengua extranjera (LE)* (pp. 449-466). Madrid: SGEL.
- Ministério da Educação Departamento da Educação Básica. (1997). *Programa Espanhol:**Programa e Organização curricular | Ensino Básico 3.º Ciclo. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

- Ministério da Educação Departamento da Educação Básica. (2001a). *Currículo Nacional do Ensino Básico: Competências Essenciais*. Portugal: Autor.
- Ministério da Educação. (2001b). *Portfolio Europeu de Línguas Educação Básica 10-15 anos*. Lisboa: Lisma.
 - Título original: Council of Europe. (2000). *European Language Portfolio Version* for Young people and adults. Strasbourg: Autor.
- Ministério da Educação Direção-Geral de Formação Vocacional. (2006). Programa

 Componente de Formação Sociocultural Disciplina de Espanhol | Cursos

 Profissionais de Nível Secundário. Portugal: Autor.
- Mira, A. R., & Mira, M. I. (2002). Programação dos Ensinos de Línguas Estrangeiras | Metodologias de Ensino-Aprendizagem de Línguas Estrangeiras Perspectiva Diacrónica. Évora: Departamento de Pedagogia e Educação.
- Mira, A. R., & Silva, L. (2007). Notas sobre o valor formativo do sumário, na aula. In Educação Temas e Problemas: Questões sobre o Ensino e a Aprendizagem da Leitura e da Escrita, nº4 (2), 295-307. Évora: Edições Colibri.
- Mira, A. R. (2012). La enseñanza de la lengua española en Portugal. *Tejuelo*, (14), 86-108. Trujillo-Miajadas: Consejería de Educación, Ciencia y Tecnología.
- Morgádez, M., Moreira, L., & Meira, S. (2009a). *Español 2 | Nivel elemental II* (1a ed., 2a reimpressão). Porto: Porto Editora.
- Morgádez, M., Moreira, L., & Meira, S. (2009b). *Español 3 | Nivel elemental III* (1a ed., 1a reimpressão). Porto: Porto Editora.
- Muñoz, N. H. (2014). La Enseñanza y Aprendizaje del Léxico: Aspectos Cognitivos y Metodológicos. *Diploma Internacional de Profesor de Lengua Española* | *Lengua y Cultura Españolas*. Salamanca: Universidad Pontificia de Salamanca.
- Nova Etapa. (2003a). Factores e Processos de Aprendizagem. Lisboa: Autor.
- Nova Etapa. (2003b). *Métodos e Técnicas Pedagógicas*. Lisboa: Autor.
- Nova Etapa. (2003c). Operacionalização da Formação. Lisboa: Autor.

- Nova Etapa. (2012). eFormador: Os novos Desafios. Lisboa: Autor.
- Nova Etapa. (2013). Construir o eLearning. Lisboa: Autor.
- Olivé, D. P. (2004). Los contenidos fonético-fonológicos. In *Vademécum para la formación* de profesores Enseñar español como segunda lengua (L2) / Lengua extranjera (LE) (pp. 753-65). Madrid: SGEL.
- Pacheco, L., & Barbosa, M. (2012). ¡Ahora Español! 1 | 7 .º ano | Livro do professor (1a ed., 1a tiragem). Porto: Areal Editores.
- Pérez, A. S. (2004). Metodología: Conceptos y Fundamentos. In *Vademécum para la formación de profesores Enseñar español como segunda lengua (L2) / Lengua extranjera (LE)* (pp. 665-688). Madrid: SGEL.
- Pérez, A. S. (2009). La Enseñanza de idiomas en los últimos cien años | Métodos y enfoques. Alcobendas (Madrid): SGEL.
- Peris, E., Cerezo, E., Moreno, M., Arguello, M., Ferrero, C., & Castells, S. (2008). Diccionario de términos clave de ELE. Madrid: SGEL.
- Rey, R. A. (2005). El mito de la facilidad en el estudio del proceso de enseñanza / aprendizaje de PLE-HE. *Estudios Portugueses: revista de filología portuguesa*, (4), 11-38. España: Luso-Española de Ediciones.
- Rivilla, R. G. (2004). Directrices del Consejo de Europa: el *Marco Común europeo de referencia*. In *Vademécum para la formación de profesores Enseñar español como segunda lengua (L2) / Lengua extranjera (LE)* (pp. 626-641). Madrid: SGEL.
- Rodríguez, J. S. (2001). Interferencias y dificultades en el aprendizaje del español de alumnos portugueses (Análisis y comparación de los niveles de aprendizaje). *Forma* | *Interferencias, cruces y errores,* (2), (25-47). Madrid: SGEL.
- Roldão, M., & Marques, R. (1999). Reorganização e gestão curricular no ensino básico: Reflexão participada. Porto: Porto Editora.
- Sánchez, O. J. M. (2013). Programación de Unidades Didácticas: Análisis y Desarrollo de Materiales Didácticos. *Diploma Internacional de Profesor de Lengua Española* | *Lengua y Cultura Españolas*. Salamanca: Universidad Pontificia de Salamanca.

- Santa-Cecilia, A. (1995). El currículo de español como lengua extranjera fundamentación metodológica planificación y aplicación. Madrid: Edelsa.
- Savater, F. (1997). *O valor de Educar* (1ª ed.) (M. Canelas, trad.). Lisboa: Editorial Presença.

 Título original: Savater, F. (1997). *El Valor de Educar*. Espanha: Editorial Ariel, S.A.
- Tralhão, A. C. (n.d.). Liderança Pedagógica. Coimbra: CECOA.

APÊNDICE A



Espanhol I 7.° Ano 2012.13

1. Aulas previstas

	Aulas (*)
1.º Período:	36
2.º Período:	27
3.º Período:	33

Total: 96

2. Plano Global

Atividades	1.º Período Aulas previstas	2.º Período Aulas previstas	3.º Período Aulas previstas
Apresentação e avaliação diagnóstica	2		
Conteúdos programáticos	25	19	25
Avaliação de conhecimentos	4	4	4
Auto e hetero avaliação	1	1	1
Outras	4	3	3

Sub-total:	36	27	33
Total:		96	

Observações:

O Coordenador de Departamento,	A Direção Pedagógica,	06.07.12
		Revisão: 0

IMP.DP.006-02 112

^(*) Tempos de [n.º] minutos



3. Plano Anual de Conteúdos

Conteúdos	Período	N.º de aulas	N.º de aulas indicadas pelo programa
Unidade 1 - A Espanha: cultura e língua	1º	6	
Unidade 2 - A identificação e a caracterização pessoal	1º	10	
Unidade 3 - A escola	1º	5	
Unidade 4 - As atividades do quotidiano	1º	4	
Unidade 5 - A família e os amigos	2°	6	
Unidade 6 - Os tempos livres	2°	6	
Unidade 7 - A alimentação e a saúde	2°	7	-
Unidade 8 – As lojas e os produtos	3°	8	-
Unidade 9 – A casa e a cidade	3°	6	-
Unidade 10 – As viagens e os transportes	3°	8	-
Unidade 11 – As férias	3°	3	

IMP.DP.006-02

APÊNDICE B



Espanhol II 8.º Ano 2012.13

1. Aulas previstas

	Aulas (*)
1.º Período:	36
2.º Período:	27
3.º Período:	33

Total: 96

2. Plano Global

Atividades	1.º Período Aulas previstas	2.º Período Aulas previstas	3.º Período Aulas previstas
Apresentação e avaliação diagnóstica	2		
Conteúdos programáticos	27	20	26
Avaliação de conhecimentos	4	4	4
Auto e hetero avaliação	1	1	1
Outras	2	2	2

Sub-total:	36	27	33
Total:		96	

Observações:

IMP.DP.006-02 1/2

^(*) Tempos de [n.º] minutos



3. Plano Anual de Conteúdos

Conteúdos	Período	N.º de aulas	N.º de aulas indicadas pelo programa
Unidade 1 – Aspetos culturais e civilizacionais de Espanha	1º	10	
Unidade 2 – A expressão de gosto e de opinião	1º	5	
Unidade 3 – A saúde e as doenças	1º	5	
Unidade 4 – As relações pessoais	1º	7	
Unidade 5 – As artes	2°	6	
Unidade 6 – O consumo	2°	6	
Unidade 7 – O mundo do trabalho	2°	8	
Unidade 8 – A educação e o ensino	3°	6	-
Unidade 9 – A cidade e os espaços	3°	10	
Unidade 10 – As viagens e os transportes	3°	4	
Unidade 11 – A preparação de uma viagem	3°	6	

IMP.DP.006-02

APÊNDICE C



Espanhol III 9.º Ano 2012.13

1. Aulas previstas

	Aulas (*)
1.º Período:	24
2.º Período:	18
3.º Período:	20

Total:	62

^(*) Tempos de [n.º] minutos

2. Plano Global

Atividades	1.º Período Aulas previstas	2.º Período Aulas previstas	3.º Período Aulas previstas
Apresentação e avaliação diagnóstica	2		
Conteúdos programáticos	15	11	13
Avaliação de conhecimentos	4	4	4
Auto e hetero avaliação	1	1	1
Outras	2	2	2

Sub-total:	24	18	20
Total:		62	

Observações:

IMP.DP.006-02 1/2



3. Plano Anual de Conteúdos

Conteúdos	Período	N.º de aulas	N.º de aulas indicadas pelo programa
Unidade 1 – As realidades socioculturais do mundo hispânico	1º	4	
Unidade 2 – As relações pessoais	1º	3	
Unidade 3 – O mundo do trabalho	1º	5	
Unidade 4 – A moda e as tendências	1º	3	-
Unidade 5 – Os problemas sociais	2°	6	
Unidade 6 – A saúde	2°	5	
Unidade 7 – Os países da Latino América	3°	4	
Unidade 8 – A literatura hispânica	3°	9	

IMP.DP.006-02

APÊNDICE D



PLANIFICAÇÃO A MÉDIO PRAZO

Espanhol 9.º Ano 2012/2013

Observações:	
Primeiro Período	

Conteúdos/Competências

Conteúdos

1. As realidades socioculturais do mundo hispânico

- □ Enumeração e delimitação no mapa dos países da Latino américa
- □ Conhecimento das diferenças culturais e civilizacionais dos vários países hispânicos
- □ Redação de correios eletrónicos
- ☐ As personalidades hispanofalantes
- ☐ Redação de correios eletrónicos
- □ Expressões básicas de comunicação revisão e aplicação

2. As relações pessoais

- □ Reconhecimento das personalidades hispânicas
- □ Elaboração da bibliografia de Pedro Almodóvar
- □ Comentário ao filme *Diarios de motocicleta*
- □ Conhecimento das técnicas da conversação telefónica

3. O mundo do trabalho

- ☐ O trabalho, as ocupações e as profissões
- ☐ Contraste das características pessoais e profissionais
- □ Reconhecimento de anúncios-oferta
- □ Criação de Curricula
- □ Redacção de Cartas de Candidatura e Espontâneas
- □ Preparação para uma entrevista de trabalho

4. A moda e as tendências

- □ O vestuário
- ☐ As tendências de moda e os grupos

Competências Essenciais

Partilhar e compreender a diversidade cultural e social

Conhecer os países hispano-americanos

Reconhecer as individualidades da diáspora espanhola

Analisar os problemas educacionais e laborais

Debater ideias, fomentando o espírito de partilha de opiniões

Respeitar as diferenças e distinguir várias modas

Comparar as tendências na moda entre Portugal e Espanha

Estratégias de Desenvolvimento:

Realização das atividades dispostas no manual

Audição, leitura e interpretação de textos ilustrativos sobre as temáticas

Apresentações Orais Formais: apresentação de países e suas características fundamentais (Panamá, Uruguay, Equador,

Argentina, México, Colombia, Cuba, Venezuela, Chile, Perú)

O Dia da Hispanidade

Apresentação de personalidades hispano-americanas

Elaboração de bibliografias e sua apresentação

Construção de um pequeno dicionário relacionado com o mundo do trabalho

A Professora, Celina Martins Santos	O Coordenador de Departamento,	29.08.2012
Cenna martins Santos		

IMP.DP.007-01 1/2



PLANIFICAÇÃO A MÉDIO PRAZO

Simulação de candidaturas a anúncios de trabalho
Criação de Curricula e de Cartas de Candidatura em resposta a anúncios de trabalho
Contato com o modelo EuroPass
Criação do Currículo de Vida
Leitura de textos e resolução de exercícios do manual
Organização de debates sobre as temáticas
Visionamento de notícias e de documentários
Contato com documentos reais
Definição e cumprimento de metas de aprendizagem

Instrumentos de Avaliação:

- observação direta da realização das atividades propostas nas aulas;
- apresentação oral formal;
- atividade de interpretação oral ou audiovisual;
- dois Testes Escritos de Avaliação de Conhecimentos.

A Professora, Celina Martins Santos	O Coordenador de Departamento,	29.08.2012
Cellia Martins Santos		

IMP.DP.007-01 2/2

APÊNDICE E



PLANIFICAÇÃO A MÉDIO PRAZO

Espanhol 9.º Ano 2012/2013

Observações:	
Segundo Período	

Conteúdos/Competências

Conteúdos

5. Os problemas sociais

- □ Conhecimento das campanhas de solidariedade
- □ Denúncia por telefone e por carta
- □ O Pretérito Imperfeito do Conjuntivo

6. A saúde

- □ Os cuidados de higiene
- ☐ As doenças, os sintomas e os tratamentos
- □ O discurso indireto

Competências Essenciais

Reconhecer os problemas sociais Apresentar estratégias de melhoria

Estratégias de Desenvolvimento:

Trabalhos de Grupo: seleção e exposição de informação

Resolução de Fichas de Apoio e de Trabalho

Visionamento de imagens e respetivos comentários

Exposições Orais sobre os temas

Organização de debates mediados sobre os problemas sociais

Visionamento e análise de imagens e fotografias

Resolução e correção de fichas de trabalho e de apoio ao estudo do funcionamento da língua

Leitura e Interpretação de textos

Exercícios de compreensão oral e audiovisual

Simulação de situações reais

Redação de cartas formais e informais

Definição e cumprimento de metas de aprendizagem

Instrumentos de Avaliação:

- observação direta da realização das atividades propostas nas aulas;
- apresentação oral formal;
- atividade de interpretação oral ou audiovisual;
- dois Testes Escritos de Avaliação de Conhecimentos.

A Professora, Celina Martins Santos	O Coordenador de Departamento,	29.08.12

IMP.DP.007-01 1/1

APÊNDICE F



PLANIFICAÇÃO A MÉDIO PRAZO

Espanhol 9.º Ano 2012/2013

Observações:		
3º Período		

Conteúdos/Competências

Conteúdos

7. Os países da Latino América

- □ Conhecimento de algumas cidades hispânicas
- □ Localização no mapa das capitais
- ☐ Reconhecimento da vida cultural de algumas capitais
- □ Preparação de uma visita a uma capital

8. A literatura

- ☐ Leitura e análise de pequenos textos literários
- □ Elaboração de guiões de leitura
- ☐ Enumeração e reconhecimento dos principais escritores

Competências Essenciais

Interiorizar aspetos relacionados com a cultura e a língua

Conhecer os costumes e as tradições dos espanhóis

Contactar com as características culturais e sociais das comunidades espanholas

Respeitar a diferença cultural e receber o Outro

Partilhar e compreender a diversidade cultural e social

Conhecer os países hispano-americanos

Fomentar o interesse pela literatura espanhola

Conhecer e delimitar os países latinos da América

Reconhecer as individualidades da diáspora espanhola

Estratégias de Desenvolvimento:

Seleção de textos literários

Leitura individual e coletiva de pequenos textos

Elaboração de resumos-esquema

Elaboração de guiões de leitura

Criação e apresentação de biografias

Visionamento de documentários de autores

Organização da Biblioteca de Turma

Pesquisa, selecção e tratamento de informação

Elaboração de projetos comuns à turma

Exercícios de interpretação oral e audiovisual

Resolução de fichas de trabalho

Definição e cumprimento de metas de aprendizagem

A Professora,	O Coordenador de Departamento,	29.08.12
Celina Martins Santos		

IMP.DP.007-01 1/2



PLANIFICAÇÃO A MÉDIO PRAZO

Instrumentos de Avaliação:

- observação direta da realização das atividades propostas nas aulas;
- apresentação oral formal;
- atividade de interpretação oral ou audiovisual;
- dois Testes Escritos de Avaliação de Conhecimentos

A Professora,	O Coordenador de Departamento,	29.08.12
Celina Martins Santos		

IMP.DP.007-01 2/2

APÊNDICE G



1.	Tra	aduce al portugués las frases siguientes.
	a)	Ellas están yendo al cine que está cerca del museo.
	b)	¿No te gusta leer novelas? A mí tampoco.
	c)	Juan es más bajo que su hermano.
	d)	Buenas tardes, ¿cómo está usted?
	e)	Si hiciese calor, iría a la playa.
	f)	Nuria está muy contenta porque lleva una nueva falda.
	g)	¿Dónde está la farmacia?
	h)	Me echan de menos mis amigos.
	i)	¿Tienes ganas de viajar adónde?
	j)	Seguro que me he roto mi brazo.
2.		cribe en español las frases presentadas a continuación.
	a)	Ela tem muitos livros muito interessantes.
	b)	O Pedro telefona todos os dias ao meu irmão.
	c)	Eu pareço-me com a minha mãe.

IMP.CRDL.012-00



	d)	Não conheço o teu primo. Mas gostava de conhecê-lo.
	e)	Temos a certeza que vamos jantar contigo.
	f)	Os meus vizinhos andam frequentemente de avião.
	g)	Nesta paisagem vejo muitas árvores.
	h)	Não te preocupes com ela!
	i)	Se pagares, também vou!
	j)	Precisamos de melhorar o nosso espanhol.
3.	Ide	entifica los errores en las frases y corrígetelos.
	a) 	Ella sacó 90% en el examen y el Paco no aprobó.
	b)	La semana pasada hemos sufrido un accidente y tu no dijiste nada.
	c)	A vezes estoy muy triste comigo.
	d)	El dicho, dicho está, ¿verdade?
	u)	

IMP.CRDL.012-00 2/2

APÊNDICE H



Análisis de las necesidades de comunicación y aprendizaje

A - Identificación

(Marca con una cruz (X) la opción que mejor corresponde a tu caso.)						
¹ Soy: Chico Chica						
² Tengo: años						
³ Frecuento el: 7.º curso lectivo 8.º curso lectivo 9.º curso lectivo						
⁴Ya has estudiado lenguas extranjeras? Sí No						
⁵ En caso positivo, refiérete a esas lenguas de la más a la menos importante para ti.						
⁶ ¿Qué otras lenguas te gustaría estudiar? Enuméralas, ordenándolas de forma decreciente según la importancia que les atribuyes.						
B – Mis actividades de ocio 1. Indica con qué frecuencia practicas las siguientes actividades, a través de una X:						
Frecuencia	Todos los días	A veces	Raramente	Nunca		
Ver la tele						
Leer						
Ir a la biblioteca						
Ir al teatro						
Ir al cine						
Visitar museos						
 ¿Considera Refiérete a la importan ∘ viajes _ 	cia que atribuyes y tu	udiar español, ord	_No lenando de 1 (-) a 8 (+) l · curiosidad · proximidad geográfica	, ,		
∘ cultura			∘ cuestiones profesionales			

IMP.CRDL.012-00 1/3



	• enriquecer el Currículo		∘ familia e/o amigos		
3.	¿Consideras importante estu	ıdiar cultura? Sí	No		
4.	Pon una X en la opción que consideras apropiada a tu situación:				
	o promueves la cultura		∘ no te interesa la cultura		
	 aprecias la cultura eres indiferente a la cultura 	a	∘ eres un agente cultural		
5.	¿Alguna vez has estado en España? Sí No				
6.	. Para aprender español consideras importante estudiar:				
	∘ historia	∘ economía	∘ gramática		
	∘ política	∘ cultura	∘ vocabulario		
7.	7. Define qué es para ti cultura a través de una X.				
	∘ ciudades	∘ arte	∘ festividades		
	∘ teatro	∘ literatura	∘ personalidades		
	∘ cine	∘ música	∘ geografía y civilización		
	∘ prensa	· monumentos	y museos		
8.	Exprésate sobre cómo debe	ser tratada la cul	tura en clase, poniendo una X.		
O.	∘ de forma aislada		n algunas sesiones		
	∘ de forma permanente	° e i	n todas las sesiones		
	• nunca				
0		r on aloos			
9.	Indica cómo te gusta trabaja	r en ciase.			
	∘ solo	° eı	n equipos		
	∘ en parejas	∘ to	da la clase con el formador		
	∘ en pequeños grupos				
10. Refiérete a la forma cómo debe ser trabajada la cultura en clase, a partir de una X.					
	∘ juegos didácticos	• audiciones _	∘ vídeos o documentales		
	∘ textos	∘ tests	∘ fichas formativas		

IMP.CRDL.012-00 2/3

experiencias reales ___

• actividades para compartir



11. Completa el cuadro con adjetivos.

Para mí, los españoles son	
Para mí, España es	
Para los españoles, nosotros somos	
Para los españoles, Portugal es	

IMP.CRDL.012-00 3/3

APÊNDICE I

Conoce a tu compañero

■ Rellena el esquema que vas a recibir siguiendo las instrucciones presentadas a continuación. Acto seguido, cambia de esquema con un compañero tuyo y luego preséntalo al grupo.

Instrucciones:

ESQUEMA

- 1. En la esquina derecha de abajo, escribe el nombre de tu animal favorito.
- 2. En la esquina izquierda de arriba, escribe algo que te encanta hacer.
- 3. En el rectángulo de abajo, escribe el nombre de tu cantante/grupo preferido.
- 4. En el círculo de la derecha, escribe lo que más te gusta de España.
- 5. En el centro de la hoja, escribe el nombre de la ciudad española que más deseas visitar.
- 6. En el rectángulo de arriba, escribe tres cosas que te encantaba hacer de pequeño.
- 7. En la esquina derecha de arriba, escribe el nombre de tu color favorito.
- 8. En la esquina izquierda de abajo, escribe tres cosas que no te gusta nada hacer
- 9. En el círculo de la izquierda, escribe lo más difícil del español.

APÊNDICE J



Avaliação da Compreensão Audiovisual Espanhol, 8.º Ano

Duração da Prova: 15 minutos novembro de 2012

Apellid Númer	os:	Fecha :		N Clasific	lombre: ación:				
► Ve			taje "Ir de tap						
	1. Di si las afirmaciones son verdaderas (V) o falsas (F).								
	a) Los guías eligieron el Museo del Jamón y un bar gallego para presentar a los jóvenes extranjeros								
	, .	-	ros fue a Madı enseña al gr	-	•				
	d) El voca de beber.	-	os extranjeros	mejor ap	orenden es e	l de com	er y el		
		•	ere a las corrid el jamón es co				n pan.		
- !	g) Los ex	tranjeros com	pran siempre	mucho ja	món				
1	h) El grup	oo estaba cons	stituido por 23	jóvenes.					
	2. Conto presenta		rma directa	a las	preguntas	que te	son		
	2.1. Ident Madrid.	ifica la asigna	tura que más	interesa a	al grupo de e	extranjero	s en		
-	2.2. Refie	ere el verbo qu	ue María ense	ña a los e	extranjeros.				
-	2.3. Di de	dónde es la j	joven que prue	eba la em	panada galle	ega.			

IMP.CRDL.012-00 1/2

COLÉGIO BRIDHA D. LEODOR

FICHA DE TRABALHO

2.4. Enumera las tres palabras que los jóvenes mejor aprenden cuando están en Madrid.

2.5. Indica el monumento que aparece en el reportaje, identificado por una extranjera.



A Professora: Celina Martins Santos

IMP.CRDL.012-00 2/2

APÊNDICE K

Corta media cebolla en trozos pequeños.

Asa la cebolla.

Corta las patatas en rodajas y échales sal.

Bate los huevos en un bol.

Cuando las patatas estén fritas, mézclalas con el huevo.

Pela las patatas.

Pon aceite en la sartén.

Cuando el huevo esté bien cuajado por el fondo, gira la tortilla con la ayuda de un plato.

Euando el aceite esté caliente, echa las patatas.

Retira el aceite de la sartén.

19 Buen provecho!

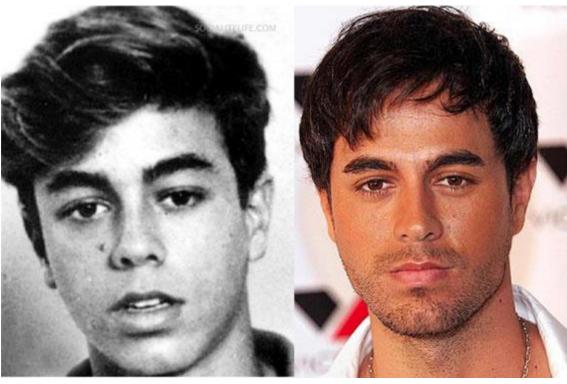
Con la sartén bien caliente, vierte el contenido del bol.

Hñade la cebolla asada a la mezcla.

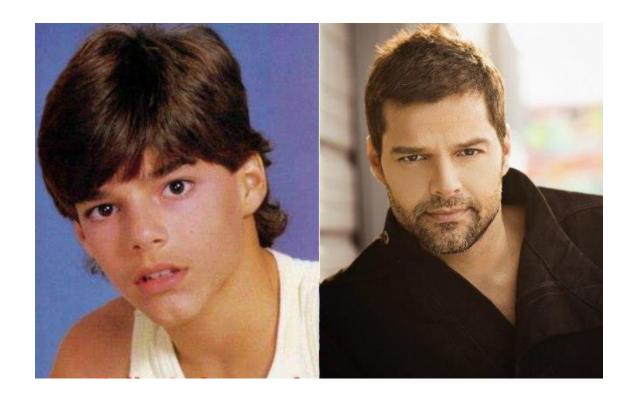
Deja la sartén a fuego lento para que la tortilla se haga por dentro.

APÊNDICE L









APÊNDICE M



"Una llave no es suficiente" de Agustín Fernández Paz

- ► A medida que lees el cuento, subraya las ideas fundamentales y escribe al lado las notas que quieras.
- ▶ Después de una lectura del cuento, haz esta ficha de trabajo.

1. Ordena la historia (1 – 13).
El cerrajero recibe en su oficina al chico.
Llamó a quien había escrito el anuncio.
La chica rubia era la salida para buscar la cerradura.
Él no sabía si se trataba de una buena pista para lo que buscaba.
El anuncio no volvía a aparecer.
El protagonista lleva la llave con él.
El protagonista lee un anuncio en un periódico.
Él buscaba una gran oportunidad hacía mucho tiempo.
Consultó todos los ejemplares de las dos semanas anteriores.
Él no ha encontrado a la chica pero no va a desistir de conseguir la
felicidad.
Él concierta una cita a fin de hacer un encargo muy difícil.
El cerrajero busca la llave de la felicidad.
Sin una cerradura la llave no servía para nada.
2. Di si las afirmaciones son verdaderas (V) o falsas (F).
a) El protagonista lee un anuncio en una revista
b) El chico buscaba la salud
c) Casi todos los grandes almacenes tenían una sección de duplicado de
llaves
d) El mismo anuncio apareció en varios periódicos.
e) Después de concertar una cita, el chico va al encuentro del cerrajero
f) El cerrajero se quedó sorprendido con la petición del chico
g) Una chica rubia ya había buscado allí la llave de la felicidad
h) El cerrajero entregó una caja con una copia de la llave al chico
i) Cuando se dio cuenta de que no tenía cerradura para su llave, el chico
desistió de su misión
j) El chico sigue buscando a una chica rubia por las calles

IMP.CRDL.012-00 1/3



3. Completa los huecos con las palabras a	decuadas.
El, día de sus	, el chico leyó un anuncio de una
oficina que publicitaba la duplicación de	Era su gran oportunidad
para encontrar la llave de la	Como no encontró ningún
anuncio más en otros	decidió coger el y
marcar el número que aparecía en el anuncio	
	, se fue al encuentro del
Hacía unos meses que una	rubia le había pedido la misma cosa. El
cerrajero había hecho unas copias de reserv	a de la llave de la chica y entregó una al
chico dentro de un	
Como no había p	para la llave, el chico decidió buscar a la
por las calles. ¡Hasta ahora ad	ún no la ha encontrado!
4. Contesta a las siguientes preguntas.	
a) ¿Qué ocurrió el 29 de mayo?	
b) ¿Por qué el chico se desanimó despoportunidad?	pués de pensar que se trataba de su gran
c) ¿Qué hizo el chico antes de irse a la	a cerrajería?
d) ¿Cuál es la dirección y el horario de	e la cerrajería?
e) ¿Cómo era el cerrajero?	
f) ¿Cómo reaccionó el cerrajero cuand	lo el chico le dijo lo que quería?
g) ¿Por qué quería el chico la llave de	la felicidad?

IMP.CRDL.012-00 2/3



h) ¿Por qué el cerrajero tenía copias de reserva de tales llaves?
i) ¿Adónde se fue el chico cuando recibió la llave?
j) ¿Cómo era la llave?
k) ¿Por qué se sintió angustiado de nuevo?
l) ¿Qué decidió hacer para solucionar su problema?
m) ¿Qué piensa él sobre conseguir la felicidad?
n) Desde tu punto de vista, ¿cuál es la moraleja del cuento?

IMP.CRDL.012-00 3/3

APÊNDICE N



FICHA INFORMATIVA

Plan de clase								
Asignatura: Español, nivel III	Grupo: 9ºB	Curso lectivo: 2012/2013						
Unidad Didáctica: "¿El hábito hace al monje?"								

Lección nº 30	Fecha: 14 de enero	Aula: 13	Duración: 60 minutos	Profesora: Celina Martins Santos				
Objetivos específicos:								
Repasar las	Repasar las prendas de vestir y las tribus urbanas de la clase anterior							
Conocer a Agatha Ruiz de la Prada: biobibliografía Repasar los pronombres interrogativos								

	Lexicales	Gramaticales	Comunicativos
Contenidos	Las tribus urbanas Las prendas de vestir	Los interrogativos	Hablar sobre las tribus urbanas y las prendas de vestir Escribir y hablar sobre Agatha Ruiz de la Prada Asistir, analizar y escribir sobre un visionado de un desfile de Agatha Ruiz de la Prada

Destrezas Lingüísticas	Tarea A – Expresión oral Tarea B – Expresión oral Tarea C – Comprensión oral; comprensión escrita; expresión oral; expresión escrita Tarea D – Comprensión audiovisual; comprensión escrita; expresión oral expresión oral Tarea E – Comprensión escrita; expresión oral Tarea F – Comprensión escrita; expresión escrita; expresión oral Consolidación: Expresión oral
---------------------------	---

Materiales/Recursos:

Pizarra, bolígrafo, manual, altavoces, vídeo proyector, ordenador y ficha de trabajo.

Evaluación:

Observación directa: puntualidad, participación oral, trabajos individuales y en parejas, ficha audiovisual, actitudes comportamentales.

Sumario:

Repaso de las tribus urbanas estudiadas en la clase anterior.

Realización y corrección de una ficha de comprensión audiovisual: comprensión oral de la biobibliografía de Agatha Ruiz de la Prada, visionado de un desfile de moda, el grupo Inditex y repaso de los interrogativos.

IMP.CRDL.013-00 1/2

COLÉGIO

FICHA INFORMATIVA

Desarrollo de la clase:

Anticipación:

La profesora pide a un alumno que haga el resumen de la clase anterior; enseguida otro alumno registra el sumario en la pizarra de la clase anterior y abre la lección.

Procedimiento:

- La profesora pide a los alumnos que abran el manual en la página 59 y les dirige las preguntas del ejercicio cuatro para que le contesten oralmente.
- ■Enseguida la profesora pregunta a los alumnos si conocen a diseñadores, maniquíes o modistas españoles.
- ■Después dos alumnos entregan a sus compañeros una ficha de comprensión audiovisual:
 - La profesora lee dos veces un texto informativo sobre la biobibliografía de Agatha Ruiz de la Prada mientras el grupo completa la actividad A de forma individual de la ficha. Al final los alumnos hacen la corrección oral y la profesora la registra en la pizarra;
 - Los alumnos asisten dos veces al desfile de moda de Agatha Ruiz de la Prada e individualmente realizan la tarea de producción textual de la actividad B. Al final la profesora reúne las ideas de sus alumnos que las comparten oralmente;
 - La profesora pide a un alumno que lea en voz alta la actividad C de la ficha;
 - El grupo realiza con la profesora la actividad D.

Consolidación:

La profesora pide a algunos alumnos que caractericen a los compañeros indicando las prendas de vestir.

Webgrafía:

http://www.youtube.com/watch?v=jBQknhXGj6Q

A Professora: Celina Martins Santos

IMP.CRDL.013-00 2/2

APÊNDICE O



PROVA ESCRITA DE AVALIAÇÃO

Prova de Diagnóstico Espanhol, 7.º Ano Duração da Prova: 50 minutos Setembro de 2012

Grupo I - Cultura

1. ¿Consigues identificar las imágenes bajo presentadas? Escribe un subtítulo para cada una de ellas.





1		2		3	
4	5		6		7

2. Di si las afirmaciones son verdaderas (V) o falsas (F).

a)	España	hace frontera	con Francia	. y F	Portugal.	
----	--------	---------------	-------------	-------	-----------	--

- b) En España hay tres lenguas oficiales. _____
- c) En España hay quince comunidades. _____
- d) Los colores de la bandera española son el rojo y el amarillo.
- e) Madrid está en el sur de España.
- f) El bable, la fabla aragonesa y el aranés son dialectos.
- g) España vive una democracia.
- h) El himno español no tiene letra.
- i) El Museo Nacional de Arte Reina Sofía está en Granada.
- j) El Estadio Santiago Bernabéu está en Madrid. _____

IMP.DP.008-00 1/2



A Professora: Celina Martins Santos

PROVA ESCRITA DE AVALIAÇÃO

k) El Instit	uto Cervantes es una Unive	ersidad	
I) Miguel o	le Cervantes fue un pintor.		
m) Las Fa	llas se celebran en Sevilla.		
n) Los Sai	nfermines se celebran en P	amplona	
o) El Día d	de la Hispanidad se celebra	el 12 de octubre	
p) "Tapea	r" significa beber mucho		
q) El cuad	ro "Las señoritas de Avigno	on" es de Salvador Dalí	
r) Hay cate	orce países donde se habla	a oficialmente español	_
	Grupo II	Vocabulario	
	-	Vocabulario	
1. Establece la d	correspondencia entre los	s elementos de las dos co	lumnas.
			1
		ice	
	en portugués	en español	
	a. acordar	□ pila	
	b. almofada	☐ despertarse	
	c. apenas	☐ ratón	
	d. cola	□ pegamento	
	e. prenda	□ almohada	
	f. salada	□ sólo	
	g. rato	□ ensalada	
	h. pilha	□ regalo	
			ı
2. Escribe cinco	palabras que conozcas e	en español.	

IMP.DP.008-00 2/2

APÊNDICE P



Spot A

FICHA DE TRABALHO

Turespaña – Anuncios publicitarios Espanhol – 8.º Ano

■ Vas a ver cuatro spots publicitarios que tienen como eslogan "I need Spain – Necesito España". Haz el visionado con atención y luego contesta a las cuestiones que te son propuestas.

1. Completa la frase.							Ša.
"Cuantas menosvivencias."	pongas en tu		más _	V/II	*##(31)	queda	para tus
2. Explica la siguiente e	xpresión: "No necesito	fast, nece	sito food."				
3. Indica tres paisajes qu	ue aparecen a lo largo o	del spot.					
4. Completa:							
			necesito			no , no	necesito
Necesito que					_, necesito	o Espai	ňa.
Spot B							
1. Identifica la primera p	alabra que el joven ha	aprendido	en España.				
2. Escribe el nombre de	los deportes que apare	ecen en el	spot.				
3. El joven necesita volv	er a España. Indica la f	finalidad.					
Spot C							
1. Indica el tema fundam	nental tratado, justificar	ndo.					

IMP.CRDL.012-00 1/2



2. Completa el recuadro según el spot que acabaste de ver.

Danza

	Pintura					
	Deporte					
3. Indica la a	ctividad de placer que surg	je en el spo	ot.			
Spot D						
1. Identifica	el tema, justificando.					
2. Explica po	or qué "a veces es necesari	o irse leios	,,,			
3. Refiérete a	al monumento que aparece	en este sp	ot.			
4. Completa	las frases:					
a) "No	o necesito un	,				
b) "No	o necesito cuatro			_"; 🚜		
c) "No	o necesito dormir para		,			
d) "No	o necesito saber		;			
e) "Ne	ecesito que mi vida		31			
				<i>-</i>	- 1	A
) #ANF	j
					TILLI	

A Professora: Celina Martins Santos

IMP.CRDL.012-00 2/2

APÊNDICE Q





Prova Escrita de Avaliação Espanhol, 9.º Ano Duração da Prova: 90 minutos outubro de 2012

Grupo I – Comprensión e Interpretación Textuales

► Estas son las historias de tres jóvenes que llegaron a España por diferentes razones. Léetelas con mucha atención.

Liam Cunningham Un irlandés con acento andaluz

Liam Cunningham. 36 años. Soltero. Cork (Irlanda). Llegó a España hace seis años. Habla español e inglés. Actualmente trabaja como director de producción en cine y televisión.



Liam es un apasionado de la cultura española y por eso decidió irse a vivir a España. Cuando llegó a Málaga, empezó a trabajar como camarero en un bar. Le gustaba bastante, pero sentía que esa no era su vocación: quería trabajar en el campo audiovisual. Hace dos años, finalmente, lo consiguió. Gracias a un amigo suyo, encontró un trabajo como auxiliar de producción en una productora de televisión. El año pasado firmó el contracto de alquiler de un piso en el barrio de Pedregalejo y encontró novia: su primera novia española. En los poquísimos ratos libres que le quedan, le gusta leer a Machado y escuchar flamenco, jazz y merengues.

Zhang Lee Un chino aventurero



Zhang Lee. 28 años. Soltero. Guilin (China). En España desde hace cinco años. Habla chino, alemán y español. Actualmente, trabaja de mediador social en Valencia.

Zhang Lee nació en una familia pobre de China para la cual la emigración a Europa y a Estados Unidos es casi una tradición: tiene parientes en Nueva York y en casi toda Europa. En 1992, un pariente suyo que vivía en Alemania le ofreció un trabajo en una fábrica metalúrgica de Frankfurt v Zhang no lo dudó ni un instante. En Alemania tenía que trabajar muchas horas y disponía de poquísimo tiempo libre. A finales de los 90, decidió irse a Valencia. Al principio, trabajaba más de 12 horas al día en la cocina de un restaurante hasta que decidió proponerse al Ayuntamiento como mediador comunidades de extranjeros. Le dieron el trabajo v ahora es un hombre feliz. Zhang está convencido de que ninguna cultura es superior a otra y de que la vida armónica en una sociedad multicultural se consigue eliminando todos los prejuicios.

Indira Niang Una senegalesa en Valladolid

Indira Niang. 26 años. Soltera. Dakar (Senegal). Llegó a España hace tres años. Habla wolof, francés y español. Trabaja en una ONG.



La vida en Senegal era muy dura. Vivía con sus padres, sus 8 hermanos pequeños y con otra familia en una casa de 70 m², sin luz eléctrica ni agua corriente. Indira decidió estudiar Filología Hispánica en la Universidad de Dakar. El último año de carrera se murió su padre y pocos días después le concedieron **una beca de posgrado** de un año en Valladolid. Decidió aceptarla y vino a España. Además de estudiar, trabajaba de asistenta en una casa y **nunca tenía un duro**. Luego, las cosas mejoraron: empezó a trabajar en una academia y más tarde en una ONG. Su sueño es quedarse en España y encontrar un trabajo interesante en alguna ciudad costera, ya que para Indira es vital vivir cerca del mar.

IMP.DP.008-00 1/4



PROVA ESCRITA DE AVALIAÇÃO

▶ Lee las veces que te sean necesarias el texto y contesta a las cuestiones bajo presentadas.

 Responde de forma completa a las preg

- 1.1. ¿Cómo ocupa Liam sus tiempos libres?
- 1.2. ¿Dónde ambicionaba Liam trabajar y cómo lo consiguió?
- 1.3. ¿Cómo era el trabajo de Zhang Lee en Frankfurt?
- 1.4. ¿Dónde trabaja actualmente Lee?
- 1.5. ¿Cómo era la vida de Indira en Senegal? ¿Por qué?
- 1.6. ¿Cuál es el sueño de Indira Niang?

2. Completa los espacios con las palabras adecuadas.

- 2.1. A Liam le gusta la __a)__ española y el año pasado encontró a una __b)__ española.
- 2.2. Zhang Lee nació en una __a)__ pobre de China; él trabajó en una fábrica metalúrgica en Alemania gracias a un __b)__ suyo.
- 2.3. Indira estudió __a)__ en la Universidad de __b)__.

3. Di si las frases son verdaderas (V) o falsas (F).

- a) Liam no tenía vocación para trabajar de camarero.
- b) Indira fue a España gracias a una oferta de trabajo.
- c) Zhang Lee cree que no hay culturas superiores.
- d) Los primeros tiempos de Indira en España fueron muy buenos.
- e) Liam empezó a trabajar en una productora de televisión hace cuatro años.
- f) Zhang Lee habla dos idiomas.

4. Explica por palabras tuyas el significado de las dos expresiones que aparecen a negrita en el testigo de Indira Niang.

Grupo II – Funcionamiento de la Lengua

1. Completa el texto en pretérito.

De niño yo1 (soñar) con una carrera importante. Siempre les2_ (decir) a mis padres que3
(ir) a ser alguien importante. Mis padres me4_ (apoyar) y cuando yo y mis amigos a veces5_
(meterse) en líos en la escuela ellos me6_ (recordar) de mi meta. No7_ (saber, yo) exactamente
qué8_ (querer) hacer pero9_ (estar) seguro que tenía que ser una carrera interesante. Cuando
estaba en el décimo grado10 (recibir) una clase sobre el medio ambiente. Durante el semestre
estudiamos de la contaminación, de los problemas de los residuos de las fábricas y del desperdicio11
(darse, nosotros) cuenta de que vivíamos en un mundo moderno pero que las condiciones empeoraban más
cada año12 (saber , yo) que iba a continuar mis estudios en la universidad e13 (ir) a estudiar el
medio ambiente14 (conocer, yo) a varios expertos que me ayudaban y me guiaban en mis estudios.
Cuando15 (terminar) mis estudios,16 (empezar) a buscar trabajo. Mientras buscaba trabajo en

IMP.DP.008-00 2/4

COLÉGIO BAINHA D. LEONOR

PROVA ESCRITA DE AVALIAÇÃO

mi especialización, me __17__ (**Ilegar**) una oportunidad increíble: ir a las Amazonas para unos meses a estudiar el medio ambiente de los bosques tropicales que iban desapareciéndose. __18__ (aprovechar) la ocasión y cuando __19__ (**volver**) a mi país, agregué otra preocupación con el medio ambiente: los indígenas que vivían en las selvas vivían en condiciones graves de pobreza y __20__ (tener) que hacer algo para mejorar la vida de ellos. Ahora trabajo con una organización internacional que defiende los derechos de los indígenas y tratamos de establecer tratados para cuidar el medio ambiente también.

2. Transforma los infinitivos a negrita del ejercicio anterior al imperativo, <u>segunda persona del</u> plural.

3. Escribe en español.

- a) Se estiver com atenção terei boas notas.
- b) Se fizer bom tempo iremos à praia.
- c) Se eles quiserem estudaremos juntos para a prova escrita.
- d) Se tu conseguires cantar todos dançaremos.

4. Acentúa las palabras siguientes.

- a) tabu; b) pantalla; c) conjugacion; d) cuentamelo; e) geografia; f) aleman; g) sumario;h) democracia; i) hoja; j) estanteria; k) avion; l) tio; m) policia; n) juventud; o) raton.
- 5. Clasifica las palabras del ejercicio anterior cuanto a su acentuación.

Grupo III – Producción Textual

■ Imagínate que tienes un amigo que va a ir a estudiar a España. Como ya sabes bastante sobre España, escribe un texto explicándole todo lo que él necesita saber antes de marcharse. No pases las ciento veinte palabras, ¿vale?



IMP.DP.008-00 3/4

COLÉGIO RAINHA D. LEONOR

PROVA ESCRITA DE AVALIAÇÃO

Hoja en blanco que te servirá para bosquejo.

A Professora: Celina Martins Santos ¡Qué te vaya bien!

IMP.DP.008-00 4/4

APÊNDICE R



Ficha de Comprensión Audiovisual Espanhol – 9.º Ano

Actividad A - ¿Quién es Agatha Ruiz de la Prada?

▶ ¿Conoces a Agatha Ruiz de la Prada? Realiza las tareas que te son propuestas.

Comenzó a los años a traba	ijar como ayudante en e	el estudio	del modisto Pepe
ubio. Un año después, realizó su pr	imer	_ en un centro de	de
ladrid y participó en un desfile colec	tivo en el museo de Arte	Contemporáneo de la c	apital."
)			
Su es inm	ensa: no le bastó con d	rear líneas de	que volcó todo
u talento para crear también	líneas masculinas,	infantiles,	, perfumes
, re	evestimientos cerámicos	s, ropa para el	, papelería y
uebles decorados, vestuario	teatral, ropa para	,	uniformes, medias
, tapicería, disf	fraces y hasta etiquetas	para	de vino."
2.1. ¿Cuándo y dónde nació Agat 2.2. ¿De quién es hija?			
2.3. ¿ <u>Dónde</u> estudió?			
2.4. ¿Quién es Pedro Ramírez?			
	?		

- <u>Cuáles</u> son los colores predominantes
- Qué llevan en común todas las maniquíes
- Qué representan las maniquíes
- Cuál es tu opinión sobre el desfile



IMP.CRDL.012-00 1/3

COLÉGIO RAINHA D. LEONOR Erismo shelico e secundino

FICHA DE TRABALHO

 	 	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
 	 	·····
 	 	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·

Actividade C - El grupo Inditex

- ▶ Seguro que te has dado cuenta que aparecía en el desfile la referencia al grupo Inditex. ¿Sabes qué grupo es?
 - 1. Lee la pequeña información a continuación sobre el grupo Inditex.

El grupo Inditex es uno de los principales distribuidores de moda del mundo con ocho formatos comerciales: Zara, Pull & Bear, Massimo Dutti, Bershka, Stradivarius, Oysho, Zara Home y Uterqüe. El grupo tiene 5 887 establecimientos en 87 mercados.



IMP.CRDL.012-00 2/3



Actividad D - Funcionamiento de la Lengua

1.	-	ate en las palabras subrayadas a lo largo de la ficha. Identifica a qué clase de palabras rtenecen.
2.	lde	ntifica la diferencia entre los interrogativos de las actividades A y B y C.
3.	¡Aŀ	nora te toca practicar!
3.1	.Co	mpleta las preguntas directas.
	a)	¿ hora es?
	b)	c) ¿ ha apagado la luz?
	c)	¿ has llegado hasta aquí?
	d)	d) ¿ está María?
3.2	.Es	cribe los interrogativos adecuados en las preguntas indirectas.
	a)	No recuerdo es tu apellido.
	b)	Dime hora es.
	c)	A ver si tú sabes solucionar el problema.
	d)	Me gustaría saber vaqueros te gustan más.
	e)	No estoy seguro sobre gorras me compraré.
3.3	.Ac	entúa los pronombres interrogativos en las frases.
	a)	Me preguntó cuando vas a verla. / Cuando estás aquí me siento feliz.
	b)	Porque te ríes bastante, por favor cuéntame por que.
	c)	Confiésame de quien estás enamorado. / ¿Será la persona en quien estoy pensando?

A Professora: Celina Martins Santos

IMP.CRDL.012-00 3/3

d) Como tú sabes todo me encantaría que me dijeras como aprobar en el examen.

APÊNDICE S



RELATÓRIO DE ATIVIDADE

Nome da Atividade: Dia da Hispanidade							
Data e Horário: 12 de outubro (10:30 às 11:00h; 12:00 às 14:00h; 15:00 às 15:30h) Local/Espaço: Biblioteca					Ano Letivo: 2012/2	J13	
Natureza da Atividade:							
Organização curricular Animação e com	plemento curricular X	Apoios Educativos	Pro Pro	jetos e Acad	lemias	Serviços de Psicologia e (Drientação
	Organização			Outros	colaboradores/inte	rvenientes:	
Departamento / CAD e Responsáveis (1)	Pro	oponentes e Responsáv	eis (2)	Docente	s do grupo ELL		
1 2 3 4 5 [X]	Responsável:	Celina Martins Santos		Comunic	dade Educativa		
(1) Aplicável às atividades de organização curricular. Deve(n (2) Aplicável às restantes atividades.	n) ser assinalado(s) com u	m X o(s) departamento(s) inte	erveniente(s) de acor	rdo com a lege	enda infra.		
Destinatários Descrição da Atividade Instrumentos de Avaliação							
Comunidade educativa programa da a No dia 12 de c - às 10:30 até - às 12:00 dois - às 12:30 e às - às 15:00 a Aı Três turmas dı	utividade a toda a como outubro decorreram na às 11:00 horas um gru grupos de alunos lera s 13:30 um grupo de al cademia de Espanhol e espanhol puderam ai	e a biblioteca no dia 11 c unidade escolar e afixaran biblioteca várias atividade upo de alunos coreografo. am expressivamente poem lunos tocou instrumentos – sessão dois – apresento inda realizar um Teste de a da hispanidade e os paí	n-se informações u uma música; nas; e outro grupo apr ou uma pequena Cultura na Biblio	alusivas à a esentou um peça de teat teca, depois	atividade. a coreografia; tro. de visionarem um	ler, escrever e funciona Testes do Concurso Cu Fomentação do civismo de solidariedade e de e dinamizadores da ativid Aplicação de um Inquér alunos dinamizadores Disposição de um liv	mpetências ouvir, falar, mento da língua; Itural; , do espírito quipa nos alunos ade ito de Satisfação aos ro, na Biblioteca, para de quem participou
AVALIAÇÃO							
Objetivos						Atingido	Não atingido
Envolver todos os alunos de Espanhol na conceção	de um projeto comum					X	
Fomentar a partilha de cultura							
Celebrar a descoberta da América através da dinami	la América através da dinamização da Biblioteca e da decoração dos espaços de convívio						
Promover o interesse pela língua estrangeira						Х	
Sensibilizar a Comunidade Escolar para a crescente	cultura e importância	hispânica na sociedade a	tual			Х	
Articulação Curricular						Concretizada	Não concretizada
Articulação com o Projeto Educativo		Concretizada Não concretizada					
	avorecer o desenvolvimento dos alunos de Espanhol, transformando-os em agentes autónomos, responsáveis, dotados de espírito crítico e riativo, promovendo a partilha de conhecimentos com a restante comunidade escolar bem como a aceitação cultural do Outro.						
EXECUÇÃO FINANCEIRA							
Custo global da atividade:	€ 0,00	Número de	e participantes:	+/- 300 alunos		Custo por parti	cipante: € [0,00]
Nível global de eficácia pedagógica	Muito Bom	Во	m	Х	Suficiente	Insufic	iente
Continuidade em anos letivos seguintes	Sim		Х		Não		
OBSERVAÇÕES / SUGESTÕES DE MELHORIA A atividade não decorreu da melhor forma uma vez o entrar no espaço para poder ver a exposição ou assi			ento e os alunos	da comunida	ade educativa depar	aram-se com a dificuldade	de circular nos átrios e
O Responsável pela atividade, Celina Martins Santos	S		A Direção,				
Caldas da Rainha, 08 de novembro de 2012					,	de	de

Legenda:

[eliminar as linhas e/ou tabelas que não se aplicam à escola]

IMP.DP.004.02 1/2



RELATÓRIO DE ATIVIDADE

[1] Departamento de Ciências Sociais e Humanas	[2] Departamento de Estudos Linguísticos e Literários		
[3] Departamento de Ciências Exatas e Naturais	[4] Departamento de Expressões e Artes		
[5] Departamento do 1.º Ciclo	[6] Departamento da Educação Pré-Escolar		

[1] Coordenação da Área Sociocultural
[2] Coordenação da Área Científica
[3] Coordenação da Área Técnica

IMP.DP.004.02 2/2

APÊNDICE T



PLANIFICAÇÃO DE ACADEMIA/PROJETO

Nome da Academia/Projeto: Espanhol	Responsável: Celina Martins Santos	Ano Letivo
		2012/2013

PARTE I

« El ingenio se viste de inteligencia por dentro y de creatividad y frescura por fuera » R. Sotillo

Introdução

A Academia visa permitir aos alunos que já escolheram a sua LE2 o contacto com outro idioma, reconhecendo-se assim a importância de todos fazermos parte do mundo e sermos abertos à língua, à história e à cultura do Outro. Esta atividade tem como finalidade promover a aquisição básica do Espanhol no que diz respeito à língua, à história e à cultura através de situações de comunicação básica que ambicionam fazer viajar os alunos por diferentes realidades.

Dinamizadores ✓ Celina Martins Santos

Destinatários

✓ Todos os alunos do CRDL.

Espaços

✓ Sala de aula; Sala de Recursos.

Competências propostas

Competências Gerais

- Divulgar a Cultura Hispânica;
- Motivar para a aprendizagem da Língua Espanhola;
- Promover o espírito crítico e a criatividade;
- Fomentar a aceitação do Outro e a partilha intra e intercultural.

Competências Específicas

- Dotar os alunos de ferramentas linguísticas de nível A2/B1;
- Desenvolver temáticas direcionadas para a comunicação diária;
- Visionar spots publicitários, documentários e filmes espanhóis;
- Ler revistas e jornais;
- Participar em visitas de estudo no âmbito da academia Visita ao Instituto Cervantes (Lisboa);
- Participar em atividades extralectivas do grupo de línguas estrangeiras;
- Comemorar dias festivos;
- Ouvir canções.

Projeto (Fases a desenvolver semanalmente)

- Semanalmente, os alunos irão trabalhar os conteúdos de língua e cultura espanhola em contexto situacional ou dependendo do grupo alvo através de materiais produzidos especificamente para os visados. Os alunos também produzirão materiais, recursos a expor esporadicamente na Biblioteca;
- ✓ Será também dinamizada uma vitrine "Las noticias al día" onde poder-se-á aceder ao que se passa em Espanha e nos países da Latino América:
- ✓ Serão abordados temas, designadamente:

IMP.DP.001-00 1/3



PLANIFICAÇÃO DE ACADEMIA/PROJETO

A cultura

- As razões para estudar Espanhol
- Espanha e o mundo hispânico
- As características de Espanha e dos espanhóis
- As principais celebridades

Dimensão pessoal – apresentar-se

- A identificação e a caracterização
- A expressão de gosto
- Apresentação e a partilha dos seus gostos e interesses
- As actividades de lazer

O Sistema Educativo em Espanha

- O quotidiano escolar
- A estatística das opções escolares

Vida em família

- A rotina diária
- A culinária típica regional
- As festividades em Espanha

Participação na vida social/cultural

- Aceitação e recusa de convites
- Pedido em diferentes superfícies comerciais ou serviços
- Redação de correios electrónicos e de cartas formais e informais
- Contacto com documentos autênticos dos media

A arte

- O cinema
- A música
- O teatro
- A literatura
- A pintura

Recursos Indispensáveis	Recursos de Enriquecimento
Fotocópias	
Cartolinas	CDs de música
Mapa mundi	Filmes e livros hispânicos
Radiogravador	Software interativo
Projetor	Sites de interesse
Sala de informática (pontualmente)	Jogos lúdico pedagógicos
Dicionários e livros da Biblioteca	
Revistas e jornais atualizados	

Objetivos	Métodos de Medida do Objetivo
 Dotar os alunos de uma boa proficiência linguística (níveis A2 e B1) na língua francesa em diferentes contextos comunicativos; Conhecer várias vertentes da cultura espanhola. 	Distribuição de um Inquérito para Levantamento de Interesses e Expetativas Aplicação de uma ficha formativa, com menção qualitativa, por período.
Fomentar nos alunos o gosto pela língua espanhola, obtendo grau de satisfação de 4,2.	Verificação do inquérito de satisfação.
Inscrição de, pelo menos, 8 alunos.	Listagem de alunos inscritos na academia.

Avaliação

✓ Medir a satisfação dos alunos, através de um inquérito de satisfação.

Calendarização/Horário/Local							
Dia da Semana	A definir	Hora	A definir	Local/Instalações	Sala de aula/recursos		

IMP.DP.001-00 2/3



PLANIFICAÇÃO DE ACADEMIA/PROJETO

	PARTE II
Regulamento	
A Academia irá funcionar uma vez por semana, num bloco de 90' e será da respons	sabilidade da professora Celina Martins Santos.
1.º - Todos os alunos podem participar na academia;	
2.º - É obrigatória a inscrição na Papelaria;	
3.º - A academia terá um custo de 5€/período;	
4.º - Os alunos devem efetuar o pagamento durante as duas primeiras semanas;	
5.º - Em caso de desistência, deverá ser preenchido o respetivo impresso, na Papel	aria;
Anexos	
✓ Lista dos alunos inscritos;	
✓ Registo de sumário e presenças (livro de ponto).	
Assinaturas	
O(A) Responsável da Academia/Projeto	A Direção Pedagógica
[Nome]	[Nome]
(Elaborado em/)	(Elaborado em/)

IMP.DP.001-00 3/3

APÊNDICE U

Espanhol – código 15 3.º ciclo Duração da Prova: 90 minutos Junho de 2013

Grupo I – Comprensión e interpretación textuales

Lee las preguntas de interpretación en primer lugar. Luego haz una lectura atenta del texto.

En la agencia de viajes Soltour...

Mujer: Hola, ¡Buenos días! **Hombre:** ¡Buenos días!

Mujer: Mire, es que he visto algunos anuncios de viajes para este verano y guería informarme

un poco para irme unos días en agosto.

Hombre: Muy bien, ¿adónde prefiere ir? Tenemos una oferta muy buena de playa.

Mujer: ¡Uf! Es que a la playa en agosto... está llena de gente y es todo muy caro. Prefiero otro

lugar.

Hombre: De acuerdo, déjeme ver... Tenemos dos opciones más. Puede ir a Paris a un hotel en el centro de la ciudad o si lo prefiere puede viajar a los Picos de Europa, a una casa rural en la montaña.

Mujer: Prefiero los Picos de Europa. ¿Qué fechas tienen?

Hombre: Bueno, puede usted salir cualquier día entre el 1 y el 31 de agosto. La oferta es de 300 euros por persona. Incluye el viaje y la estancia de una semana en la casa. Tiene la opción de tres excursiones con un guía, pero no están incluidas en el precio.

Mujer: Eso no es un problema. Preferimos organizar nuestras propias excursiones. ¿Y la casa es grande? Es que voy a ir con mi familia y somos cinco.

Hombre: Sí, sí, tienen espacio suficiente. Además está totalmente equipada. Tiene ropa de cama, toallas, platos... No tiene piscina, pero está al lado del río.

Mujer: ¿Y hay algún pueblo cerca?

Hombre: Sí, la casa está a 15 minutos andando de un pueblo donde tienen un supermercado, una farmacia... y todo lo que puedan necesitar.

Mujer: Perfecto. Sólo una última pregunta. Yo voy con mis tres hijos. ¿Los niños tienen algún descuento?

Hombre: Si son menores de 10 años no pagan.

Mujer: Vale, pues muchas gracias. Lo voy a consultar con mi familia.

Hombre: De acuerdo. ¡Hasta luego!

► Ahora, contesta a las preguntas presentadas.

- 1. Di si las afirmaciones son verdaderas (V) o falsas (F).
 - a) La Mujer quiere viajar sola en agosto.



- b) La Mujer ya había hecho búsquedas para ir a viajar.
- c) El Hombre preséntale tres ofertas.
- d) El Hombre propone como estancia una casa rural en los alrededores de Paris.
- e) La Mujer, al final, rechaza todas las propuestas del Hombre de la agencia.
- f) Los menores de 10 años tienen un descuento.
- 2. Contesta de forma completa a las siguientes cuestiones.
 - a) ¿Por qué la Mujer buscó una agencia de viajes?
 - b) ¿Por qué la Mujer rechazó la oferta de la playa?
 - c) ¿Cómo es la casa rural?
 - d) ¿Cuáles son las condiciones del viaje a los Picos de Europa?
 - e) Si la Mujer acepta el viaje, ¿cuánto va a pagar en total? Imagínate que tiene dos hijos menores de 10 años.
- 3. Busca en el texto expresiones:
 - a) una de saludob) una de despedidad) dos de agradoe) dos de acuerdo
 - c) una de agradecimiento f) tres de articulación del discurso

Grupo II - Funcionamiento de la lengua

1. Completa los diálogos con las palabras a negrita. ¡Te sobrarán cuatro!

hola – hasta mañana – buenas tardes – nos vemos luego – hasta ahora - ¿qué tal? - ¿cómo estás?

- A. ¡Hola! ___?__, ¿qué tal por aquí?
 - Pues bien, nos vamos ahora al cine, ¿vienes?
- **B.** Oye, me voy que es tarde, después vuelvo.
 - ¡Vale! __.?__
- C. Buenos días, profesora.
 - Hola Paco, __?__.
- 2. Pon el artículo donde sea necesario.

1 Pedro Almodóvar es un realizador del cine español.	
Portugal y España comparten2_ Tajo y3_ Guadiana.	
¡Hay que saber4_ que se dice!	- 8
5 Barcelona está en6 Cataluña.	//
A mí hermano le encanta7 fútbol.	-
8 lunes voy al teatro.	E



	n9 agosto hace mucho calor. o sé dónde he puesto10 pelota.
3. C	mpleta las frases con el monosílabo correcto.
	Yo no? la materia. /? fue del país. (se / sé) Los ingleses toman? / ¡No? lo creo! (te / té)
4. H	z frases teniendo en cuenta la <u>expresión de gusto</u> .
	Yo / gustar / las lenguas extranjeras. Nosotros / gustar / esta casa. Tú / encantar / las pastas. Mis amigos / gustar / las ciencias. Vosotros / molestar / el ruido. Profesor / no gustar / los alumnos poco aplicados.
	s amigas quedan por teléfono para ir al centro comercial. Completa el diálogo, uiendo las instrucciones.
	a) Teresa coge el teléfono. b) Teresa saluda a Merche. c) Merche invita a Teresa a ir al centro comercial. d) Teresa rechaza / tiene que hacer los deberes. erche: 5? erche: ½ Quedamos a las ocho? erche: ¿ Quedamos a las ocho, hasta luego.
	resa: Hasta luego.
	mpleta en pasado.
	os verbos entre paréntesis en el tiempo más apropiado: imperfecto, indefinido, to o pluscuamperfecto.
-	os no (ir)a) ayer al cine porque ellos ya (ver)b) la película.
	rañana (vo. pordor) c) la pulsora que él me (regalar) d) el año pasado

Com	ayer (llover)e) mucho, se (suspender)f) la excursión.
Cuar	do Maite (volver)g) a casa, se (encontrar)h) la puerta abierta.
Los 1	ıristas no (poder)i) ver ayer la exposición de Picasso porque (haber) j)mucha
gente	en la cola.
Esta	mañana nos (levantar)k) tarde porque no (oír)l) el despertador.
El do	mingo pasado nos (invitar)m) a cenar porque (tocarle)n) la lotería.
Cuar	do los bomberos (llegar)o), el edificio ya (quemarse)p)
Auno	ue esta tarde (hacer)q) muy mal tiempo, ellos (dar)r) un paseo por el parque.
Mien	ras Ud. ayer (hablar)s) sobre la situación económica, yo (pensar)t) en posibles
solud	ones.
7.	Escoge la opción correcta.
á	Todos los que estamos aquí? estudiantes de español. → estamos / somos / son / están
k	- Soy valenciana, pero no me gusta la paella. - A mí?
	→ también / no / tampoco / sí también
C	Se compró un apartamento en el? piso del palacio de las Damas. → tercero / primero / tres / tercer
C	He comprado flores para Clara? voy a llevar a casa. → se las / se los / las / les
€	 - ¿? alguna vez en el Instituto Cervantes? - Sí, lo conozco bien. Mira, la semana pasada? allí una película argentina muy interesante. → estuviste; he visto/ has estado; vi / has ido; vi / fuiste; he visto
f	Llegaré a la ciudad? lunes próximo. Nos encontraremos? estación. → en; a / el; en / por el; en / al; a
Q	Es un secreto, no se lo digas a?, por favor. → nadie / ningún / alguien / alguno
ł	Estoy tranquilo; espero que mañana mis hijos no? tarde al examen. → llegarán / llegan / lleguen / han llegado
i	Para recoger el visado, vuelva? dos semanas aproximadamente. → dentro / dentro de / desde / alrededor de
j	Yo ya? de la oficina cuando me? → he salido; llamaste / había salido; llamaste / había salido; habías llamado / salí; habías llamado

Grupo III – Producción Textual

► ¿Te gusta viajar? Escribe una carta postal a un amigo tuyo e invítalo a hacer un viaje de sueño contigo. No olvides de dar cuenta de todos los detalles de cómo va a ser el viaje.

Máximo: 100 palabras Mínimo: 90 palabras

O Grupo Disciplinar.

Puntos:

Grupo I > 40 puntos (25+12.5+2.5)

Grupo II > 40 puntos (7+10+12+5+6)

Grupo III > 20 puntos

APÊNDICE V

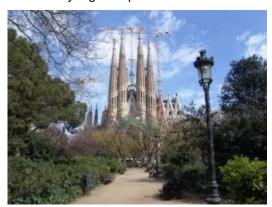
Espanhol – código 15 3.º ciclo Duração da Prova: 90 minutos Setembro de 2013

Grupo I – Comprensión e interpretación textuales

► Lee el texto con atención.

¿Dónde preferimos pasar las vacaciones?

Como en otros muchos países, en España las vacaciones generalmente coinciden con los meses de verano: julio y agosto. También son importantes las fiestas de Semana Santa, las de Navidad y algunos puentes.



La Sagrada Familia

La mayoría de los españoles se queda en el país durante la época de vacaciones. La principal meta turística es la playa: Islas Canarias, Islas Baleares, Costa Brava, Costa del Sol, Costa Cantábrica, Costa Atlántica y Costa de Levante. Quizás por eso los españoles no suelen ir al extranjero de vacaciones para disfrutar del mar, exceptuando el Caribe. Las costas españolas son mundialmente famosas.

Según los datos disponibles para el año 2010, Francia y EEUU serán los líderes indiscutibles a escala mundial en lo que a llegada de turistas se refiere. En este contexto, España se situará en cuarto lugar. En los últimos años muchas personas practican el llamado turismo rural en áreas tranquilas, alejadas de las grandes ciudades. En todas las regiones españolas encontramos casas y hoteles rurales en las que los turistas buscan el contacto con la naturaleza, la práctica de deportes como el senderismo o, simplemente, descansar. Ejemplo de turismo rural, espiritual y cultural es el camino de Santiago de Compostela que atrae cada vez a más gente.

Museo Guggenheim

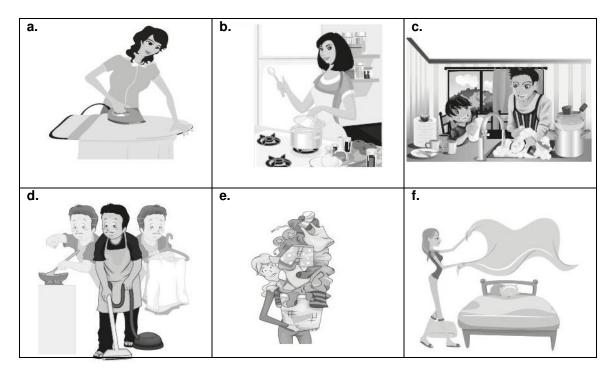
Por supuesto, el turismo cultural sigue siendo fundamental. Los españoles suelen quedarse en España para admirar su excelente patrimonio histórico-artístico – en España hay trece ciudades Patrimonio de la Humanidad -, pero cuando viajan fuera buscando disfrutar de la cultura los principales destinos son Roma, Paris, Venecia, Londres, Florencia, Praga, Lisboa o Estambul.

In *Mochila 7*, Espanhol Nível 1, Santillana Español, pág. 120

- ► Relee el texto una vez más y contesta con éxito a las cuestiones propuestas.
- 1. Responde de forma completa a las preguntas.
 - 1.1. ¿Por qué los españoles no acostumbran ir al extranjero de vacaciones?
 - 1.2. Según el texto, ¿cuáles son los lugares que reciben a más turistas?
 - 1.3. Además del rural, ¿qué otro tipo de turismo practican los españoles?
 - 1.4. ¿Cuándo toman vacaciones los españoles?
 - 1.5. ¿Cómo se llama el turismo que realiza la gente que prefiere el campo y la naturaleza a las grandes ciudades?
- 2. Di si las afirmaciones a continuación son falsas (F) o verdaderas (V).
 - a) Las vacaciones de los españoles son en verano.
 - b) En España no hay ciudades Patrimonio de la Humanidad.
 - c) Los españoles viajan a Caribe para disfrutar del turismo cultural.
 - d) El camino de Santiago de Compostela es considerado turismo radical.
 - e) El senderismo es considerado un deporte.
- 3. Seguro que te has dado cuenta de varios destinos en España referidos en el texto donde puedes tomar unas vacaciones. Pero antes que te vayas necesitas saber más sobre tu destino turístico. Acuérdate entonces de lo que aprendiste en clase sobre España y contesta directamente a las preguntas.
 - 2.1. Escribe los nombres de los reyes de España.
 - 2.2. Identifica las lenguas oficiales de España.
 - 2.3. Escribe el nombre de la ciudad donde está la Sagrada Familia.
 - 2.4. Escribe el nombre de tres países hispánicos que tienen como lengua oficial el español.
 - 2.5. Identifica la comunidad autónoma cuya capital es Pamplona.
 - 2.6. Escribe el nombre de una personalidad española que pertenezca al área del deporte.
 - 2.7. Identifica el sistema montañoso que separa Francia de España.
 - 2.8. Identifica la ciudad donde está el Museo Guggenheim.
 - 2.9. Escribe el nombre de dos inventos españoles.
 - 2.10. Identifica al autor que escribió D. Quijote de la Mancha.

Grupo II - Funcionamiento de la lengua

1. Indica qué hacen estas personas.



2. Relaciona los productos con las cantidades.

de croquetas - de atún - de azúcar - de aceite - de pan - de huevos

- a) una barra __?__
- b) un paquete ___?__
- c) una docena ___?__
- d) una botella __?__ e) una lata __?__

gripe malestar

náuseas

f) una bolsa ___?__

fiebre

3. Completa el diálogo con las palabras del recuadro.

líquidos respirar

Doctor: Pase por favor. ¿Qué le sucede? Paciente: Verá doctor, tengo un ¹ general. Doctor: ¿Tiene ² ?
Paciente: Verá doctor, tengo un ¹ general.
Postor: :Tiono ²
Doctor. 2 Helle:
Paciente: Sí, doctor, cerca de 40°C.
Doctor: ¿Le cuesta ³ ?
Paciente: Sí, parece que me falta el aire.
Doctor: ¿Siente ⁴ ?
Paciente: Sí, no consigo ver la comida.
Doctor: Usted lo que tiene es ⁵ . Guarde cama y beba much
6

- 4. Sustituye el COD y el COI en las frases por los pronombres adecuados.
 - a) Los niños prestan los juguetes a sus amigos.
 - b) Tere estudia la materia de historia y la resume a su mamá.
 - c) Concha cuenta a nosotros su mayor secreto.
 - d) ¿Tú ofreces tu reloj a mí?

- e) Nosotros cantamos una bella canción a vosotros.
- f) Yo sé las historias y las cuento a ellos.
- 5. Distingue las interrogativas directas de las indirectas, <u>rescribiendo las frases</u>. No olvides de poner la <u>acentuación</u> y la <u>puntuación</u> donde lo necesite.
 - a) Como sabes todo, me gustaría saber como voy a aprobar en el examen.
 - b) Por favor cuanto cuestan estos pantalones.
 - c) Necesito tanto saber que hora es.
 - d) La persona de quien te hablé está allí. Sabes quien es.
 - e) Que dices. No puedo creer en lo que estás diciendo.
 - f) Háblame de tu fiesta de cumpleaños: como va a ser y quienes vas a invitar.

6. Completa según el modelo:

Modelo: Debes despertarte antes de las nueve. Es importante que <u>te despiertes</u> antes de las nueve.

- 1.1. Debéis poner más atención a la clase. Es importante...
- 1.2. Para poder vencer, ese equipo debería cambiar al portero. Para poder vencer, es necesario...
- 1.3. Para ahorrar tiempo, debes ir a la universidad en metro. Para ahorrar tiempo, es mejor...
- 1.4. Tenemos que estar listos antes de las seis de la tarde. Es muy importante...
- 1.5. Debemos hacer proyectos hacia el bien de la colectividad. Es importante...
- 1.6. Debo ayudar a mis amigos. Esimportante...

7. Completa en imperfecto de subjuntivo.

- a) Le dije a Miguel que ___?__ (volver) un poco más tarde.
- b) Quería que nosotros ___?__ (irse) por la puerta trasera.
- c) Le dije que cuando yo lo __?__ (ver) de nuevo conversaríamos más.
- d) No era necesario que ustedes ___?__ (trabajar) tanto hoy.
- e) Él hablaba con ella como si la __?__ (conocer) de toda una vida.

8. ¿Qué le aconsejarías a estas personas? Usa el imperativo tú.







- 9. Rescribe las frases corrigiendo los errores. ¡Hay uno en cada!
 - a) Voy ha realizar un viaje.
 - b) Pintó el cuadro también que parecía el original.
 - c) Ella no lo quiere, tan poco yo.
 - d) A un libro ahí.
 - e) Nosotros gustamos mucho estudiar español.
 - f) Hay muchas perssonas en el aula.
 - g) Tú te entusiasmas con tu trabajo.
 - h) ¿Cómo vas a viajar? ¿De avión?
 - i) Nosotros queremos nos divertir.
 - j) Ayer él ha contado un secreto.
 - k) ¿Porqué dices eso?
 - I) Es importante que yo le de mi atención.
 - m) Vosotros vais viajar.
 - n) Ellas están a escribir un texto.
 - o) Mario tiene vente y cuatro años.
 - p) Hoy es el seis de Febrero de 2013.
 - q) Ella llamase Teresa.
 - r) Si fuera rico, poderia comprar muchas cosas.
 - s) ¡Tú es muy guapa!
 - t) ¿Quántos años tienes?

Grupo III – Producción Textual

▶ ¿Te gustan las vacaciones de verano? Pues imagínate que has viajado este verano a un país de Latinoamérica. Cuenta cómo todo pasó en un texto bien estructurado.

Mínimo: 90 palabras. Máximo: 100 palabras.

O Grupo Disciplinar.

PUNTOS:

Grupo I > 40 puntos (25+5+10)

Grupo II > 40 puntos (1.5+1.5+1.5+6+6+6+2.5+1.5+13.5) Grupo III > 20 puntos

ANEXO A

	Valores
9. Marco Olivério Esteves Pires	12,092
10. Liliana Ribeiro de Sá	11,6
11. Rita Arlete Oliveira de Amorim Castro	11,32
12. Fernanda Daniela Moura da Silva	11,154
13. Raquel Patrícia Alves do Couto Bessa	10,962
14. Paula Cristina da Silva Paiva	10,774
15. Marco Alexandre Marques Martins	10,406
16. Carla Filipa de Sousa Maia	10,098
17. Vânia Raquel Morais Fernandes	8,92
18. Paula Maria Cardoso	8,788
19. Susana Manuela Rosendo Ribeiro	8,118
20. Tiago Daniel de Almeida Lopes	6,6
21. Arlete Sofia Figueira dos Santos	6,1
22. Onélia Bernardete Almeida da Silva Ramos	5,742
23. Sara Catarina dos Santos Lima	5,452
24. Ricardo Filipe Borges Resende	4,24
25. Jorge Ângelo da Cunha Costa	3,28

Nos termos do n.º 1 do artigo 39 do Decreto-Lei n.º 437/91, de 8/11, o candidato dispõe de 10 dias úteis após a publicação da presente lista, para se assim o entender, interpor recurso para o membro do Governo competente.

16 de Dezembro de 2011. — O Presidente do Conselho Directivo do IDT, I. P., *João Castel-Branco Goulão*.

205483469

Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Despacho n.º 17168/2011

Termo de Período Experimental

Para efeitos do n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, conjugado com os artigos 73.º a 78.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, da Cláusula 6.ª do Acordo Colectivo de Trabalho n.º 1-A/2009, de 28 de Setembro, e do Regulamento de Extensão n.º 1-A/2010, de 1 de Março, declaro a conclusão com sucesso do período experimental da Assistente Técnica, Sónia Marcela do Nascimento Tiago Gomes, com a Avaliação Final de 14 (catorze) valores.

7 de Dezembro de 2011. — O Presidente do Conselho Directivo, João Castel-Branco Goulão.

205483428

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 17169/2011

O documento *Currículo Nacional do Ensino Básico — Competências Essenciais*, divulgado em 2001, foi assumido a partir do ano lectivo 2001/2002 como a referência central para o desenvolvimento do currículo e nos documentos orientadores do Ensino Básico.

O documento, contudo, continha uma série de insuficiências que na altura foram debatidas, mas não ultrapassadas, e que, ao longo dos anos, se vieram a revelar questionáveis ou mesmo prejudiciais na orientação do ensino.

Por um lado, o documento não é suficientemente claro nas recomendações que insere. Muitas das ideias nele defendidas são demasiado ambíguas para possibilitar uma orientação clara da aprendizagem. A própria extensão do texto, as repetições de ideias e a mistura de orientações gerais com determinações dispersas tornaram-no num documento curricular pouco útil.

Por outro lado, o documento insere uma série de recomendações pedagógicas que se vieram a revelar prejudiciais. Em primeiro lugar, erigindo a categoria de «competências» como orientadora de todo o ensino, menorizou o papel do conhecimento e da transmissão de conhecimentos, que é essencial a todo o ensino. Em segundo lugar, desprezou a importância da aquisição de informação, do desenvolvimento de automatismos e da memorização. Em terceiro lugar, substituiu objectivos claros, precisos e mensuráveis por objectivos aparentemente generosos, mas vagos e difíceis, quando não impossíveis de aferir. Dessa forma, dificultou a avaliação for-

mativa e sumativa da aprendizagem. As competências não devem ser apresentadas como categoria que engloba todos os objectivos de aprendizagem, devendo estes ser claramente decompostos em conhecimentos e capacidades. Os conhecimentos e a sua aquisição têm valor em si, independentemente de serem mobilizados para a aplicação imediata.

Em síntese, o referido documento aderiu a versões extremas de algumas orientações pedagógicas datadas e não fundamentadas cientificamente. E fê-lo pretendendo impor essas visões como orientadoras oficiais de toda a aprendizagem.

Sendo verdade que cabe às instituições oficiais ter em consideração a experiência educativa e os conhecimentos científicos relevantes para o ensino, também é verdade que não lhes cabe impor às escolas e aos professores orientações pedagógicas extremas, nem o currículo se deve tornar um veículo para a imposição do experimentalismo pedagógico.

O Ministério da Educação e Ciência pretende reduzir o controlo central de todo o sistema educativo, assim como o excesso de regulamentação e a burocracia. O currículo nacional deve definir os conhecimentos e as capacidades essenciais que todos os alunos devem adquirir e permitir aos professores decidir como ensinar de forma mais eficaz, gerindo o currículo e organizando da melhor forma a sua actividade lectiva. Assim, deverá dar-se aos professores uma maior liberdade profissional sobre a forma como organizam e ensinam o currículo. Em paralelo, deverá ser feita uma avaliação mais rigorosa sobre o resultado do seu trabalho e do da escola, primordialmente através da avaliação dos conhecimentos adquiridos pelos alunos.

Neste quadro, e no respeito pelas orientações decorrentes da Lei de Bases do Sistema Educativo e das grandes medidas para a educação anunciadas no programa do XIX Governo Constitucional, verifica-se que o documento *Currículo Nacional do Ensino Básico — Competências Essenciais* não reúne condições de ser orientador da política educativa preconizada para o Ensino Básico, pelo que se dá por finda a sua aplicação.

O currículo deverá incidir sobre conteúdos temáticos, destacando o conhecimento essencial e a compreensão da realidade que permita aos alunos tomarem o seu lugar como membros instruídos da sociedade.

É decisivo que, no futuro, não se desvie a atenção dos elementos essenciais, isto é, os conteúdos, e que estes se centrem nos aspectos fundamentais. Desta forma, o desenvolvimento do ensino em cada disciplina curricular será referenciado pelos objectivos curriculares e conteúdos de cada programa oficial e pelas metas de aprendizagem de cada disciplina.

Nestes termos, determino o seguinte:

- a) O documento Currículo Nacional do Ensino Básico Competências Essenciais deixa de constituir documento orientador do Ensino Básico em Portugal;
- b) As orientações curriculares desse documento deixam de constituir referência para os documentos oficiais do Ministério da Educação e Ciência, nomeadamente para os programas, metas de aprendizagem, provas e exames nacionais;
- c) Os programas existentes e os seus auxiliares constituem documentos orientadores do ensino, mas as referências que neles se encontram a conceitos do documento Currículo Nacional do Ensino Básico Competências Essenciais deixam de ser interpretados à luz do que nele é exposto:
- d) Os serviços competentes do Ministério de Educação e Ciência, através da Secretaria de Estado do Ensino Básico e Secundário, irão elaborar documentos clarificadores das prioridades nos conteúdos fundamentais dos programas; esses documentos constituirão metas curriculares a serem apresentadas à comunidade educativa, e serão objecto de discussão pública prévia à sua aprovação.

12 de Dezembro de 2011. — O Ministro da Educação e Ciência, *Nuno Paulo de Sousa Arrobas Crato*.

205480374

Direcção Regional de Educação do Norte

Declaração de rectificação n.º 1961/2011

Por o despacho n.º 16802/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 238, de 14 de Dezembro de 2011, conter uma inexactidão, rectifica-se o mesmo no sentido de no seu anexo 1 onde se lê «Escola Secundária de Caldas das Taipas, Vizela (401031)» dever ler-se «Escola Secundária de Caldas das Taipas, Guimarães (401031)».

14 de Dezembro de 2011. — O Director Regional, *João Henrique de Carvalho Dias Grancho*.

205483388

ANEXO B



DIÁRIO DA REPÚBLICA

PREÇO DESTE NÚMERO-112\$00

1 — A renovação das assinaturas ou a aceitação de novos assinantes para qualquer das publicações oficiais deverá efectuar-se até ao final do mês de Janeiro, no que se refere às assinaturas anuais ou para as do 1.º semestre, e até 31 de Julho, para as que corresponderem ao 2.º semestre.

2 — Preço de página para venda avulso, 3\$50; preço por linha de anúncio, 80\$.

3 — Para os novos assinantes do Diário da Assembleia da República, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa. 4 — Os prazos de reclamações de faitas do Diário da República para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

Toda a cerrespendência, quer eficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas de «Diário da República» e de «Diário da Assembleia da República», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1092 Lisboa Codex.

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao «Diário da República» desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

SUMÁRIO

Assembleia da República:

Lei n.º 46/86:

Lei de Bases do Sistema Educativo.

Ministério dos Negécios Estrangeiros:

Portaria n.º 600/86:

Estabelece a constituição do mapa do pessoal assalariado da Embaixada de Portugal em Luanda, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 1986.

Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação:

Decreto-Lei n.º 346/86:

Torna extensivo à glicose e ao xarope de glicose classificados na posição pautal 17.02, B, I, da Pauta dos Direitos de Importação o regime previsto no Decreto-Lei n.º 62/86, de 25 de Março.

Ministério da Educação • Cultura:

Portaria n.º 601/86:

Autoriza o Instituto Politécnico de Viana do Castelo, através da sua Escola Superior de Educação, a conferir o grau de bacharel em Educação Pré-Escolar e o diploma do curso de professores do ensino básico nas variantes de Português e Francês, Português e Inglês, Matemática e Ciências da Natureza, Educação Visual, Educação Musical e Trabalhos Manuais e aprova os respectivos planos de estudos.

Portaria n.º 602/86:

Autoriza a Escola Superior de Educação de Vila Real a conferir os graus de bacharel em Educação Pré-Escolar e em Ensino Primário e aprova os respectivos planos de estudos.

Declarações:

De terem sido autorizadas transferências de verbas no orçamento do Ministério no montante de 221 551 contos. De terem sido autorizadas transferências de verbas no orçamento do Ministério no montante de 359 013 contos.

Nota.—Foi publicado um suplemento ao Diá so da República, n.º 165, de 21 de Julho de 1986, inserindo o seguinte:

Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação:

Portaria n.º 374-A/86:

Aplica a legislação comunitária relativa ao sector do tabaco em rama na campanha de 1986-1987.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Lei n.º 46/86 de 14 de Outubro

Lei de Bases do Sistema Educativo

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 164.º e da alínea e) do artigo 167.º da Constituição, o seguinte:

LEI DE BASES DO SISTEMA EDUCATIVO

CAPITULO I

Ambito e princípios

Artigo 1.º

(Ambito e definição)

1 — A presente lei estabelece o quadro geral do sistema educativo.

2 — O sistema educativo é o conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação, que se exprime pela garantia de uma permanente acção formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade.

3 — O sistema educativo desenvolve-se segundo um conjunto organizado de estruturas e de acções diversificadas, por iniciativa e sob responsabilidade de diferentes instituições e entidades públicas, particulares e cooperativas.

4 — O sistema educativo tem por âmbito geográfico a totalidade do território português — continente e regiões autónomas —, mas deve ter uma expressão

suficientemente flexível e diversificada, de modo a abranger a generalidade dos países e dos locais em que vivam comunidades de portugueses ou em que se verifique acentuado interesse pelo desenvolvimento e divulgação da cultura portuguesa.

5 — A coordenação da política relativa ao sistema educativo, independentemente das instituições que o compõem, incumbe a um ministério especialmente

vocacionado para o efeito.

Artigo 2.º

(Princípios gerais)

- 1 Todos os portugueses têm direito à educação e à cultura, nos termos da Constituição da República.
- 2 É da especial responsabilidade do Estado promover a democratização do ensino, garantindo o direito a uma justa e efectiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares.
- 3 No acesso à educação e na sua prática é garantido a todos os portugueses o respeito pelo princípio da liberdade de aprender e de ensinar, com tolerância para com as escolhas possíveis, tendo em conta, designadamente, os seguintes princípios:
 - a) O Estado não pode atribuir-se o direito de programar a educação e a cultura segundo quaisquer directrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas;

b) O ensino público não será confessional;

- c) É garantido o direito de criação de escolas particulares e cooperativas.
- 4 O sistema educativo responde às necessidades resultantes da realidade social, contribuindo para o desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade dos indivíduos, incentivando a formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomos e solidários e valorizando a dimensão humana do trabalho.
- 5 A educação promove o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva.

Artigo 3.º

(Princípios organizativos)

O sistema educativo organiza-se de forma a:

- a) Contribuir para a defesa da identidade nacional e para o reforço da fidelidade à matriz histórica de Portugal, através da consciencialização relativamente ao património cultural do povo português, no quadro da tradição universalista europeia e da crescente interdependência e necessária solidariedade entre todos os povos do Mundo;
- b) Contribuir para a realização do educando, através do pleno desenvolvimento da personalidade, da formação do carácter e da cidadania, preparando-o para uma reflexão consciente sobre os valores espirituais, estéticos, morais e cívicos e proporcionando-lhe um equilibrado desenvolvimento físico;

- c) Assegurar a formação cívica e moral dos jovens:
- d) Assegurar o direito à diferença, mercê do respeito pelas personalidades e pelos projectos individuais da existência, bem como da consideração e valorização dos diferentes saberes e culturas;
- e) Desenvolver a capacidade para o trabalho e proporcionar, com base numa sólida formação geral, uma formação específica para a ocupação de um justo lugar na vida activa que permita ao indivíduo prestar o seu contributo ao progresso da sociedade em consonância com os seus interesses, capacidades e vocação;
- f) Contribuir para a realização pessoal e comunitária dos indivíduos, não só pela formação para o sistema de ocupações socialmente úteis, mas ainda pela prática e aprendizagem da utilização criativa dos tempos livres;
- g) Descentralizar, desconcentrar e diversificar as estruturas e acções educativas, de modo a proporcionar uma correcta adaptação às realidades, um elevado sentido de participação das populações, uma adequada inserção no meio comunitário e níveis de decisão eficientes:
- h) Contribuir para a correcção das assimetrias de desenvolvimento regional e local, devendo incrementar em todas as regiões do País a igualdade no acesso aos benefícios da educação, da cultura e da ciência;
- i) Assegurar uma escolaridade de segunda oportunidade aos que dela não usufruíram na idade própria, aos que procuram o sistema educativo por razões profissionais ou de promoção cultural, devidas, nomeadamente, a necessidades de reconversão ou aperfeiçoamento decorrentes da evolução dos conhecimentos científicos e tecnológicos;
- j) Assegurar a igualdade de oportunidade para ambos os sexos, nomeadamente através das práticas de coeducação e da orientação escolar e profissional, e sensibilizar, para o efeito, o conjunto dos intervenientes no processo educativo;
- I) Contribuir para desenvolver o espírito e a prática democráticos, através da adopção de estruturas e processos participativos na definição da política educativa, na administração e gestão do sistema escolar e na experiência pedagógica quotidiana, em que se integram todos os intervenientes no processo educativo, em especial os alunos, os docentes e as famílias.

CAPÍTULO II

Organização do sistema educativo

Artigo 4.º

(Organização geral do sistema educativo)

1 — O sistema educação compreende a educação pré-escolar, a educação escolar e a educação extra-escolar.

- 2 A educação pré-escolar, no seu aspecto formativo, é complementar e ou supletiva da acção educativa da família, com a qual estabelece estreita cooperação.
- 3 A educação escolar compreende os ensinos básico, secundário e superior, integra modalidades especiais e inclui actividades de ocupação de tempos livres.
- 4 A educação extra-escolar engloba actividades de alfabetização e de educação de base, de aperfeiçoamento e actualização cultural e científica e a iniciação, reconversão e aperfeiçoamento profissional e realiza-se num quadro aberto de iniciativas múltiplas, de natureza formal e não formal.

SECÇÃO I

Educação pré-escolar

Artigo 5.º

(Educação pré-escolar)

- 1 São objectivos da educação pré-escolar:
 - a) Estimular as capacidades de cada criança e favorecer a sua formação e o desenvolvimento equilibrado de todas as suas potencialidades;

b) Contribuir para a estabilidade e segurança

afectivas da criança;

c) Favorecer a observação e a compreensão do meio natural e humano para melhor integração e participação da criança;

d) Desenvolver a formação moral da criança e o sentido da responsabilidade, associado ao da

liberdade;

- e) Fomentar a integração da criança em grupos sociais diversos, complementares da família, tendo em vista o desenvolvimento da sociabilidade:
- f) Desenvolver as capacidades de expressão e comunicação da criança, assim como a imaginação criativa, e estimular a actividade lúdica:
- g) Incutir hábitos de higiene e de defesa da saúde pessoal e colectiva;
- h) Proceder à despistagem de inadaptações, deficiências ou precocidades e promover a melhor orientação e encaminhamento da criança.
- 2 A prossecução dos objectivos enunciados farse-á de acordo com conteúdos, métodos e técnicas apropriados, tendo em conta a articulação com o meio familiar.
- 3 A educação pré-escolar destina-se às crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico.
- 4 Incumbe ao Estado assegurar a existência de uma rede de educação pré-escolar.
- 5 A rede de educação pré-escolar é constituída por instituições próprias, de iniciativa do poder central, regional ou local e de outras entidades, colectivas ou individuais, designadamente associações de pais e de moradores, organizações cívicas e confessionais, organizações sindicais e de empresa e instituições de solidariedade social.

- 6 O Estado deve apoiar as instituições de educação pré-escolar integradas na rede pública, subvencionando, pelo menos, uma parte dos seus custos de funcionamento.
- 7 Ao ministério responsável pela coordenação da política educativa compete definir as normas gerais da educação pré-escolar, nomeadamente nos seus aspectos pedagógico e técnico, e apoiar e fiscalizar o seu cumprimento e aplicação.
- 8 A frequência da educação pré-escolar é facultativa, no reconhecimento de que à família cabe um papel essencial no processo da educação pré-escolar.

SECÇÃO II

Educação escolar

SUBSECÇÃO I

Ensino básico

Artigo 6.º

(Universalidade)

- 1 O ensino básico é universal, obrigatório e gratuito e tem a duração de nove anos.
- 2 Ingressam no ensino básico as crianças que completem 6 anos de idade até 15 de Setembro.
- 3 As crianças que completem os 6 anos de idade entre 16 de Setembro e 31 de Dezembro podem ingressar no ensino básico se tal for requerido pelo encarregado de educação, em termos a regulamentar.
- 4 A obrigatoriedade de frequência do ensino básico termina aos 15 anos de idade.
- 5 A gratuitidade no ensino básico abrange propinas, taxas e emolumentos relacionados com a matrícula, frequência e certificação, podendo ainda os alunos dispor gratuitamente do uso de livros e material escolar, bem como de transporte, alimentação e alojamento, quando necessários.

Artigo 7.º

(Objectivos)

São objectivos do ensino básico:

- a) Assegurar uma formação geral comum a todos os portugueses que lhes garanta a descoberta e o desenvolvimento dos seus interesses e aptidões, capacidade de raciocínio, memória e espírito crítico, criatividade, sentido moral e sensibilidade estética, promovendo a realização individual em harmonia com os valores da solidariedade social;
- b) Assegurar que nesta formação sejam equilibradamente inter-relacionados o saber e o saber fazer, a teoria e a prática, a cultura escolar e a cultura do quotidiano;
- c) Proporcionar o desenvolvimento físico e motor, valorizar as actividades manuais e promover a educação artística, de modo a sensibilizar para as diversas formas de expressão estética, detectando e estimulando aptidões nesses domínios;

 d) Proporcionar a aprendizagem de uma primeira língua estrangeira e a iniciação de uma se-

gunda;

 e) Proporcionar a aquisição dos conhecimentos basilares que permitam o prosseguimento de estudos ou a inserção do aluno em esquemas de formação profissional, bem como facilitar a aquisição e o desenvolvimento de métodos e instrumentos de trabalho pessoal e em grupo, valorizando a dimensão humana do trabalho;

f) Fomentar a consciência nacional aberta à realidade concreta numa perspectiva de humanismo universalista, de solidariedade e de

cooperação internacional;

g) Desenvolver o conhecimento e o apreço pelos valores característicos da identidade, língua,

história e cultura portuguesas:

- h) Proporcionar aos alunos experiências que favoreçam a sua maturidade cívica e sócio-afectiva, criando neles atitudes e hábitos positivos de relação e cooperação, quer no plano dos seus vínculos de família, quer no da intervenção consciente e responsável na realidade circundante;
- Proporcionar a aquisição de atitudes autónomas, visando a formação de cidadãos civicamente responsáveis e democraticamente intervenientes na vida comunitária;
- j) Assegurar às crianças com necessidades educativas específicas, devidas, designadamente, a deficiências físicas e mentais, condições adequadas ao seu desenvolvimento e pleno aproveitamento das suas capacidades;
- Fomentar o gosto por uma constante actualização de conhecimentos;
- m) Participar no processo de informaçãe e orientação educacionais em colaboração com as famílias;
- n) Proporcionar, em liberdade de consciência, a aquisição de noções de educação cívica e moral;
- O) Criar condições de promoção do sucesso escolar e educativo a todos os alunos.

Artigo 8.º

(Organização)

- 1 O ensino básico compreende três ciclos sequenciais, sendo o 1.º de quatro anos, o 2.º de dois anos e o 3.º de três anos, organizados nos seguintes termos:
 - a) No 1.º ciclo, o ensino é globalizante, da responsabilidade do um professor único, que pode ser coadjuvado em áreas especializadas;
 - b) No 2.º ciclo, o ensino organiza-se por áreas interdisciplinares de formação básica e desenvolve-se predominantemente em regime de professor por área;
 - c) No 3.º ciclo, o ensino organiza-se segundo um plano curricular unificado, integrando áreas vocacionais diversificadas, e desenvolve-se em regime de um professor por disciplina ou grupo de disciplinas.
- 2 A articulação entre os ciclos obedece a uma sequencialidade progressiva, conferindo a cada ciclo a função de completar, aprofundar e alargar o ciclo

anterior, numa perspectiva de unidade global do ensino básico.

- 3 Os objectivos específicos de cada ciclo integram-se nos objectivos gerais do ensino básico, nos termos dos números anteriores e de acordo com o desenvolvimento etário correspondente, tendo em atenção as seguintes particularidades:
 - a) Para o 1.º ciclo, o desenvolvimento da linguagem oral e a iniciação e progressivo domínio da leitura e da escrita, das noções essenciais da aritmética e do cálculo, do meio físico e social, das expressões plástica, dramática, musical e motora;
 - b) Para o 2.º ciclo, a formação humanística, artística, física e desportiva, científica e tecnológica e a educação moral e cívica, visando habilitar os alunos a assimilar e interpretar crítica e criativamente a informação, de modo a possibilitar a aquisição de métodos e instrumentos de trabalho e de conhecimento que permitam o prosseguimento da sua formação, numa perspectiva do desenvolvimento de atitudes activas e conscientes perante a comunidade e os seus problemas mais importantes;
 - c) Para o 3.º ciclo, a aquisição sistemática e diferenciada da cultura moderna, nas suas dimensões humanística, literária, artística, física e desportiva, científica e tecnológica, indispensável ao ingresso na vida activa e ao prosseguimento de estudos, bem como a orientação escolar e profissional que faculte a opção de formação subsequente ou de inserção na vida activa, com respeito pela realização autónoma da pessoa humana.
- 4 Em escolas especializadas do ensino básico podem ser reforçadas componentes de ensino artístico ou de educação física e desportiva, sem prejuizo da formação básica.
- 5 A conclusão com aproveitamento do ensino básico confere o direito à atribuição de um diploma, devendo igualmente ser certificado o aproveitamento de qualquer ano ou ciclo, quando solicitado.

SUBSECÇÃO II

Ensino secundário

Artigo 9.º

(Objectives)

- O ensino secundário tem por objectivos:
 - a) Assegurar o desenvolvimento do raciocínio, da reflexão e da curiosidade científica e o aprofundamento dos elementos fundamentais de uma cultura humanística, artística, científica e técnica que constituam suporte cognitivo e metodológico apropriado para o eventual prosseguimento de estudos e para a inserção na vida activa;
 - b) Facultar aos jovens conhecimentos necessários à compreensão das manifestações estéticas e culturais e possibilitar o aperfeiçoamento da sua expressão artística;

 c) Fomentar a aquisição e aplicação de um saber cada vez mais aprofundado assente no estudo, na reflexão crítica, na observação e

na experimentação;

d) Formar, a partir da realidade concreta da vida regional e nacional, e no apreço pelos valores permanentes da sociedade, em geral, e da cultura portuguesa, em particular, jovens interessados na resolução dos problemas do País e sensibilizados para os problemas da comunidade internacional;

e) Facultar contactos e experiências com o mundo do trabalho, fortalecendo os mecanismos de aproximação entre a escola, a vida activa e a comunidade e dinamizando a função ino-

vadora e interventora da escola;

 f) Favorecer a orientação e formação profissional dos jovens, através da preparação técnica e tecnológica, com vista à entrada no mundo do trabalho;

g) Criar hábitos de trabalho, individual e em grupo, e favorecer o desenvolvimento de atitudes de reflexão metódica, de abertura de espírito, de sensibilidade e de disponibilidade e adaptação à mudança.

Artigo 10.º

(Organização)

- 1 Têm acesso a qualquer curso do ensino secundário os que completarem com aproveitamento o ensino básico.
- 2 Os cursos do ensino secundário têm a duração de três anos.
- 3 O ensino secundário organiza-se segundo formas diferenciadas, contemplando a existência de cursos predominantemente orientados para a vida activa ou para o prosseguimento de estudos, contendo todas elas componentes de formação de sentido técnico, tecnológico e profissionalizante e de língua e cultura portuguesas adequadas à natureza dos diversos cursos.

4 — É garantida a permeabilidade entre os cursos predominantemente orientados para a vida activa e os cursos predominantemente orientados para o proscursos

seguimento de estudos.

5 — A conclusão com aproveitamento do ensino secundário confere direito à atribuição de um diploma, que certificará a formação adquirida e, nos casos dos cursos predominantemente orientados para a vida activa, a qualificação obtida para efeitos do exercício de actividades profissionais determinadas.

6 — No ensino secundário cada professor é respon-

sável, em princípio, por uma só disciplina.

7 — Podem ser criados estabelecimentos especializados destinados ao ensino e prática de cursos de natureza técnica e tecnológica ou de índole artística.

SUBSECCÃO III

Ensine superior

Artigo 11.º

(Ambito e objectivos)

1 — O ensino superior compreende o ensino universitário e o ensino politécnico.

- 2 São objectivos do ensino superior:
 - a) Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
 - b) Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em sectores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade portuguesa, e colaborar na sua formação contínua;
 - c) Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e a criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
 - d) Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem património da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
 - e) Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
 - f) Estimular o conhecimento dos problemas do mundo de hoje, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
 - g) Continuar a formação cultural e profissional dos cidadãos pela promoção de formas adequadas de extensão cultural.
- 3 O ensino universitário visa assegurar uma sólida preparação científica e cultural e proporcionar uma formação técnica que habilite para o exercício de actividades profissionais e culturais e fomente o desenvolvimento das capacidades de concepção, de inovação e de análise crítica.
- 4 O ensino politécnico visa proporcionar uma sólida formação cultural e técnica de nível superior, desenvolver a capacidade de inovação e de análise crítica e ministrar conhecimentos científicos de índole teórica e prática e as suas aplicações com vista ao exercício de actividades profissionais.

Artigo 12.º

(Acesso)

- i Têm acesso ao ensino superior:
 - a) Os indivíduos habilitados com um curso secundário, ou equivalente, que, cumulativamente, façam prova de capacidade para a sua frequência;
 - b) Os indivíduos maiores de 25 anos que, não possuindo aquela habilitação, façam prova especialmente adequada de capacidade para a sua frequência.
- 2 A prova ou provas de capacidade referidas no número anterior são de âmbito nacional e específicas para cada curso ou grupo de cursos afins.

3 — O acesso a cada curso do ensino superior deve ter em conta as necessidades em quadros qualificados e a elevação do nível educativo, cultural e científico do País, podendo ainda ser condicionado pela necessidade de garantir a qualidade do ensino.

4 — O Estado deve criar as condições que garantam aos cidadãos a possibilidade de frequentar o ensino superior, de forma a impedir os efeitos discriminatórios decorrentes das desigualdades económicas e regionais ou de desvantagens sociais prévias.

Artigo 13.º

(Graus e diplomas)

- 1 No ensino superior são conferidos os seguintes graus:
 - a) Bacharel:
 - b) Licenciado:
 - c) Mestre:
 - d) Doutor.

2 — No ensino superior podem ainda ser atribuídos diplomas de estudos superiores especializados, bem como outros certificados e diplomas para cursos de pequena duração.

3 — No ensino universitário são conferidos os graus de licenciado, mestre e doutor e são atribuídos outros certificados e diplomas, sem prejuízo do disposto na

alínea b) do n.º 1 do artigo 31.º

4 — No ensino politécnico é conferido o grau de bacharel e são atribuídos diplomas de estudos superiores especializados, bem como outros certificados e diplomas para cursos de pequena duração.

5 — Têm acesso aos cursos de estudos superiores especializados os indivíduos habilitados com o grau

de bacharel ou licenciado.

6 — O diploma de estudos superiores especializados é equivalente ao grau de licenciado para efeitos profissionais e académicos.

7 — Os cursos de estudos superiores especializados do ensino politécnico que formem um conjunto coerente com um curso de bacharelato precedente podem conduzir à obtenção do grau de licenciado.

8 — O ensino universitário e o ensino politécnico são articulados entre si pelo reconhecimento mútuo do valor da formação e competências adquiridás em cada unidade e ainda através de um sistema de créditos baseado na análise dos planos de estudo.

9 — A duração dos cursos superiores que conferem graus deve ser regulamentada de forma a garantir o

nível científico da formação adquirida.

Artigo 14.º

(Estabelecimentos)

- 1 O ensino universitário realiza-se em universidades e em escolas universitárias não integradas.
- 2 O ensino politécnico realiza-se em escolas superiores especializadas nos domínios da tecnologia, das artes e da educação, entre outros.
- 3 As universidades podem ser constituídas por escolas, institutos ou faculdades diferenciados e ou por departamentos ou outras unidades, podendo ainda integrar escolas superiores do ensino politécnico.

4 — As escolas superiores do ensino politécnico podem ser associadas em unidades mais amplas, com designações várias, segundo critérios de interesse regional e ou de natureza das escolas.

Artigo 15.º

(Investigação científica)

1 — O Estado deve assegurar as condições materiais e culturais de criação e investigação científicas.

2 — Nas instituições de ensino superior serão criadas as condições para a promoção da investigação científica e para a realização de actividades de investigação e desenvolvimento.

- 3 A investigação científica no ensino superior deve ter em conta os objectivos predominantes da instituição em que se insere, sem prejuízo da sua perspectivação em função do progresso, do saber e da resolução dos problemas postos pelo desenvolvimento social, económico e cultural do País.
- 4 Devem garantir-se as condições de publicação dos trabalhos científicos e facilitar-se a divulgação dos novos conhecimentos e perspectivas do pensamento científico, dos avanços tecnológicos e da criação cultural.
- 5 Compete ao Estado incentivar a colaboração entre as entidades públicas, privadas e cooperativas no sentido de fomentar o desenvolvimento da ciência. da tecnologia e da cultura, tendo particularmente em vista os interesses da colectividade.

SUBSECÇÃO IV

Modelidades especiais de educação escolar

Artigo 16.º

(Modalidades)

- 1 Constituem modalidades especiais de educação escolar:
 - a) A educação especial;
 - b) A formação profissional:
 - c) O ensino recorrente de adultos;
 - d) O ensino a distância:
 - e) O ensino português no estrangeiro.
- 2 Cada uma destas modalidades é parte integrante da educação escolar, mas rege-se por disposições especiais.

Artigo 17.º

(Âmbito e objectivos da educação especial)

- 1 A educação especial visa a recuperação e integração sócio-educativas dos indivíduos com necessidades educativas específicas devidas a deficiências físicas e mentais.
- 2 A educação especial integra actividades dirigidas aos educandos e acções dirigidas às famílias, aos educadores e às comunidades.
- 3 No âmbito dos objectivos do sistema educativo, em geral, assumem relevo na educação especial:
 - a) O desenvolvimento das potencialidades físicas e intelectuais:

- b) A ajuda na aquisição da estabilidade emocional;
- c) O desenvolvimento das possibilidades de comunicação;
- d) A redução das limitações provocadas pela deficiência;
- e) O apoio na inserção familiar, escolar e social de crianças e jovens deficientes;
- f) O desenvolvimento da independência a todos os níveis em que se possa processar;
- g) A preparação para uma adequada formação profissional e integração na vida activa.

Artigo 18.º

(Organização da educação especial)

- 1 A educação especial organiza-se preferencialmente segundo modelos diversificados de integração em estabelecimentos regulares de ensino, tendo em conta as necessidades de atendimento específico, e com apoios de educadores especializados.
- 2 A educação especial processar-se-á também em instituições específicas quando comprovadamente o exijam o tipo e o grau de deficiência do educando.
- 3 São também organizadas formas de educação especial visando a integração profissional do deficiente.
- 4 A escolaridade básica para crianças e jovens deficientes deve ter currículos e programas devidamente adaptados às características de cada tipo e grau de deficiência, assim como formas de avaliação adequadas às dificuldades específicas.
- 5 Incumbe ao Estado promover e apoiar a educação especial para deficientes.
- 6—As iniciativas de educação especial podem pertencer ao poder central, regional ou local ou a outras entidades colectivas, designadamente associações de pais e de moradores, organizações cívicas e confessionais, organizações sindicais e de empresa e instituições de solidariedade social.
- 7 Ao ministério responsável pela coordenação da política educativa compete definir as normas gerais da educação especial, nomeadamente nos seus aspectos pedagógicos e técnicos, e apoiar e fiscalizar o seu cumprimento e aplicação.
- 8 Ao Estado cabe promover, a nível nacional, acções que visem o esclarecimento, a prevenção e o tratamento precoce da deficiência.

Artigo 19.º

(Formação profissional)

- 1 A formação profissional, para além de complementar a preparação para a vida activa iniciada no ensino básico, visa uma integração dinâmica no mundo do trabalho pela aquisição de conhecimentos e de competências profissionais, por forma a responder às necessidades nacionais de desenvolvimento e à evolução tecnológica.
 - 2 Têm acesso à formação profissional:
 - a) Os que tenham concluído a escolaridade obrigatória;
 - b) Os que não concluíram a escolaridade obrigatória até à idade limite desta;
 - c) Os trabalhadores que pretendam o aperfeicoamento ou a reconversão profissionais.

- 3 A formação profissional estrutura-se segundo um modelo institucional e pedagógico suficientemente flexível que permita integrar os alunos com níveis de formação e características diferenciados.
- 4 A formação profissional estrutura-se por forma a desenvolver acções de:
 - a) Iniciação profissional;
 - b) Qualificação profissional;
 - c) Aperfeiçoamento profissional;
 - d) Reconversão profissional.
- 5 A organização dos cursos de formação profissional deve adequar-se às necessidades conjunturais nacionais e regionais de emprego, podendo integrar módulos de duração variável e combináveis entre si, com vista à obtenção de níveis profissionais sucessivamente mais elevados.
- 6 O funcionamento dos cursos e módulos pode ser realizado segundo formas institucionais diversificadas, designadamente:
 - a) Utilização de escolas de ensino básico e secundário;
 - b) Protocolos com empresas e autarquias;
 - c) Apoios a instituições e iniciativas estatais e não estatais;
 - d) Dinamização de acções comunitárias e de serviços à comunidade;
 - e) Criação de instituições específicas.
- 7 A conclusão com aproveitamento de um módulo ou curso de formação profissional confere direito à atribuição da correspondente certificação.
- 8 Serão estabelecidos processos que favoreçam a recorrência e a progressão no sistema de educação escolar dos que completarem cursos de formação profissional.

Artigo 20.º

(Ensino recorrente de adultos)

- 1 Para os indivíduos que já não se encontram na idade normal de frequência dos ensinos básico e secundário é organizado um ensino recorrente.
- 2 Este ensino é também destinado aos indivíduos que não tiveram oportunidade de se enquadrar no sistema de educação escolar na idade normal de formação, tendo em especial atenção a eliminação do analfabetiomo.
- 3 Têm acesso a esta modalidade de ensino os indivíduos:
 - a) Ao nível do ensino básico, a partir dos 15 anos:
 - b) Ao nível do ensino secundário, a partir dos 18 anos.
- 4 Este ensino atribui os mesmos diplomas e certificados que os conferidos pelo ensino regular, sendo as formas de acesso e os planos e métodos de estudos organizados de modo distinto, tendo em conta os grupos etários a que se destinam, a experiência de vida entretanto adquirida e o nível de conhecimentos demonstrados.
- 5 A formação profissional referida no artigo anterior pode ser também organizada de forma recorrente.

Artigo 21.º

(Ensino a distância)

1 — O ensino a distância, mediante o recurso aos multimedia e às novas tecnologias da informação, constitui não só uma forma complementar do ensino regular, mas pode constituir também uma modalidade alternativa da educação escolar.

2 — O ensino a distância terá particular incidência na educação recorrente e na formação contínua de pro-

essores.

3 — Dentro da modalidade de ensino a distância situa-se a universidade aberta.

Artigo 22.º

(Ensino português no estrangeiro)

1 — O Estado promoverá a divulgação e o estudo da língua e da cultura portuguesas no estrangeiro mediante acções e meios diversificados que visem, nomeadamente, a sua inclusão nos planos curriculares de outros países e a criação e a manutenção de leitorados de português, sob orientação de professores portugueses, em universidades estrangeiras.

2 — Será incentivada a criação de escolas portuguesas nos países de língua oficial portuguesa e junto das

comunidades de emigrantes portugueses.

- 3 O ensino da língua e da cultura portuguesas aos trabalhadores emigrantes e seus filhos será assegurado através de cursos e actividades promovidos nos países de imigração em regime de integração ou de complementaridade relativamente aos respectivos sistemas educativos.
- 4 Serão incentivadas e apoiadas pelo Estado as iniciativas de associações de portugueses e as de entidades estrangeiras, públicas e privadas, que contribuam para a prossecução dos objectivos enunciados neste artigo.

SECÇÃO III

Educação extra-escolar

Artigo 23.º

(Educação extra-escolar)

- 1 A educação extra-escolar tem como objectivo permitir a cada indivíduo aumentar os seus conhecimentos e desenvolver as suas potencialidades, em complemento da formação escolar ou em suprimento da sua carência.
- 2 A educação extra-escolar integra-se numa perspectiva de educação permanente e visa a globalidade e a continuidade da acção educativa.
- 3 São vectores fundamentais da educação extraescolar:
 - a) Eliminar o analfabetismo literal e funcional:
 - b) Contribuir para a efectiva igualdade de oportunidades educativas e profissionais dos que não frequentaram o sistema regular do ensino ou o abandonaram precocemente, designadamente através da alfabetização e da educação de base de adultos;
 - c) Favorecer atitudes de solidariedade social e de participação na vida da comunidade;

 d) Preparar para o emprego, mediante acções de reconversão e de aperfeiçoamento profissionais, os adultos cujas qualificações ou treino profissional se tornem inadequados face ao desenvolvimento tecnológico;

 e) Desenvolver as aptidões tecnológicas e o saber técnico que permitam ao adulto adaptar-se

à vida contemporânea;

f) Assegurar a ocupação criativa dos tempos livres de jovens e adultos com actividades de natureza cultural.

- 4 As actividades de educação extra-escolar podem realizar-se em estruturas de extensão cultural do sistema escolar, ou em sistemas abertos, com recurso a meios de comunicação social e a tecnologias educativas específicas e adequadas.
- 5—Compete ao Estado promover a realização de actividades extra-escolares e apoiar as que, neste domínio, sejam da iniciativa das autarquias, associações culturais e recreativas, associações de pais, associações de estudantes e organismos juvenis, associações de educação popular, organizações sindicais e comissões de trabalhadores, organizações cívicas e confessionais e outras.
- 6 O Estado, para além de atender à dimensão educativa da programação televisiva e radiofónica em geral, assegura a existência e funcionamento da rádio e da televisão educativas, numa perspectiva de pluralidade de programas, cobrindo tempos diários de emissão suficientemente alargados e em horários diversificados.

CAPITULO III

Apoios e complementos educativos

Artigo 24.º

(Promoção do sucesso escolar)

- 1 São estabelecidas e desenvolvidas actividades e medidas de apoio e complemento educativos visando contribuir para a igualdade de oportunidades de acesso e sucesso escolar.
- 2 Os apoios e complementos educativos são aplicados prioritariamente na escolaridade obrigatória.

Artigo 25.º

(Apoios a alunos com necessidades escolares específicas)

Nos estabelecimentos de ensino básico é assegurada a existência de actividades de acompanhamento e complemento pedagógicos, de modo positivamente diferenciado, a alunos com necessidades escolares específicas.

Artigo 26.º

(Apolo psicológico e orientação escolar e profissional)

O apoio ao desenvolvimento psicológico dos alunos e à sua orientação escolar e profissional, bem como o apoio psicopedagógico às actividades educativas e ao sistema de relações da comunidade escolar, são realizados por serviços de psicologia e orientação escolar profissional inseridos em estruturas regionais escolares.

Artigo 27.º

(Acção social escolar)

- 1 São desenvolvidos, no âmbito da educação préescolar e da educação escolar, serviços de acção social escolar, concretizados através da aplicação de critérios de discriminação positiva que visem a compensação social e educativa dos alunos economicamente mais carenciados.
- 2 Os serviços de acção social escolar são traduzidos por um conjunto diversificado de acções, em que avultam a comparticipação em refeições, serviços de cantina, transportes, alojamento, manuais e material escolar, e pela concessão de bolsas de estudo.

Artigo 28.º

(Apoio de saúde escolar)

Será realizado o acompanhamento do saudável crescimento e desenvolvimento dos alunos, o qual é assegurado, em princípio, por serviços especializados dos centros comunitários de saúde em articulação com as estruturas escolares.

Artigo 29.º

(Apolo a trabalhadores-estudantes)

Aos trabalhadores-estudantes será proporcionado um regime especial de estudos que tenha em consideração a sua situação de trabalhadores e de estudantes e que lhes permita a aquisição de conhecimentos, a progressão no sistema do ensino e a criação de oportunidades de formação profissional adequadas à sua valorização pessoal.

CAPITULO IV

Recursos humanos

Artigo 30.º

(Princípios gerais sobre a formação de educadores e professores)

- 1 A formação de educadores e professores assenta nos seguintes princípios:
 - a) Formação inicial de nível superior, proporcionando aos educadores e professores de todos os níveis de educação e ensino a informação, os métodos e as técnicas científicos e pedagógicos de base, bem como a formação pessoal e social adequadas ao exercício da função;
 - b) Formação contínua que complemente e actualize a formação inicial numa perspectiva de educação permanente;
 - c) Formação flexível que permita a reconversão e mobilidade dos educadores e professores dos diferentes níveis de educação e ensino, nomeadamente o necessário complemento de formação profissional;
 - d) Formação integrada quer no plano da preparação científico-pedagógica quer no da articulação teórico-prática;

- e) Formação assente em práticas metodológicas afins das que o educador e o professor vierem a utilizar na prática pedagógica;
- f) Formação que, em referência à realidade social, estimule uma atitude simultaneamente crítica e actuante;
- g) Formação que favoreça e estimule a inovação e a investigação, nomeadamente em relação com a actividade educativa;
- h) Formação participada que conduza a uma prática reflexiva e continuada de auto-informação e auto-aprendizagem.
- 2 A orientação e as actividades pedagógicas na educação pré-escolar são asseguradas por educadores de infância, sendo a docência em todos os níveis e ciclos de ensino assegurada por professores detentores de diploma que certifique a formação profissional específica com que se encontram devidamente habilitados para o efeito.

Artigo 31.º

(Formação inicial de educadores de infância e de professores dos ensinos básico e secundário)

- 1 Os educadores de infância e os docentes dos ensinos básico e secundário adquirem qualificação profissional em cursos específicos destinados à respectiva formação, de acordo com as necessidades curriculares do respectivo nível de educação e ensino, em escolas superiores de educação ou em universidades que disponham de unidades de formação próprias para o efeito, nos termos a seguir definidos:
 - a) A formação dos educadores de infância e dos professores do 1.º e 2.º ciclos do ensino básico realiza-se em escolas superiores de educação;
 - b) A formação dos educadores e dos professores referidos na alínea anterior pode ainda ser realizada em universidades, as quais, para o efeito, atribuem os mesmos diplomas que os das escolas superiores de educação;
 - c) A formação de professores do 3.º ciclo do ensino básico e de professores do ensino secundário realiza-se em universidades.
- 2 A formação dos professores de disciplinas de natureza profissional, vocacional ou artística dos ensinos básico ou secundário adquire-se em cursos profissionais adequados, que se ministram em escolas superiores, complementados por uma formação pedagógica.
- 3 Podem também adquirir qualificação profissional para professores do 3.º ciclo do ensino básico e para professores do ensino secundário os licenciados que, tendo as habilitações científicas requeridas para o acesso à profissionalização no ensino, obtenham a necessária formação pedagógica em curso adequado.
- 4 Os cursos de formação de professores do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e de professores do ensino secundário serão cursos de licenciatura.
- 5 Os cursos de licenciatura para formação de professores do 2.º ciclo do ensino básico realizados nas escolas superiores de educação organizam-se nos termos do n.º 7 do artigo 13.º

6 — As escolas superiores de educação e as instituições universitárias podem celebrar convénios entre si para a formação de educadores e professores.

Artigo 32.º

(Qualificação para professor do ensino superior)

- 1 Adquirem qualificação para a docência no ensino superior os habilitados com os graus de doutor ou de mestre, bem como os licenciados que tenham prestado provas de aptidão pedagógica e capacidade científica, podendo ainda exercer a docência outras individualidades reconhecidamente qualificadas.
- 2 Podem coadjuvar na docência do ensino superior os indivíduos habilitados com o grau de licenciado ou equivalente.

Artigo 33.º

(Qualificação para outras funções educativas)

- 1 Adquirem qualificação para a docência em educação especial os educadores de infância e os professores do ensino básico e secundário com prática de educação ou de ensino regular ou especial que obtenham aproveitamento em cursos especialmente vocacionados para o efeito realizados em escolas superiores que disponham de recursos próprios nesse domínio.
- 2 Nas instituições de formação referidas no n.º 1 do artigo 31.º podem ainda ser ministrados cursos especializados de administração e inspecção escolares, de animação sócio-cultural, de educação de base de adultos e outros necessários ao desenvolvimento do sistema educativo.
- 3 São qualificados para o exercício das actividades de apoio educativo os indivíduos habilitados com formação superior adequada.

Artigo 34.º

(Pessoal auxiliar de educação)

O pessoal auxiliar de educação deve possuir como habilitação mínima o ensino básico ou equivalente, devendo ser-lhe proporcionada uma formação complementar adequada.

Artigo 35.º

(Formação contínua)

- 1 A todos os educadores, professores e outros profissionais da educação é reconhecido o direito à formação contínua.
- 2 A formação contínua deve ser suficientemente diversificada, de modo a assegurar o complemento, aprofundamento e actualização de conhecimentos e de competências profissionais, bem como a possibilitar a mobilidade e a progressão na carreira.

3 — A formação contínua é assegurada predominantemente pelas respectivas instituições de formação inicial, em estreita cooperação com os estabelecimentos onde os educadores e professores trabalham.

4 — Serão atribuídos aos docentes períodos especialmente destinados à formação contínua, os quais poderão revestir a forma de anos sabáticos.

Artigo 36.º

(Princípios gerais das carreiras de possoal docente e de outros profissionais da educação)

1 — Os educadores, professores e outros profissionais da educação têm direito a retribuição e carreira compatíveis com as suas habilitações e responsabilidades profissionais, sociais e culturais.

2 — A progressão na carreira deve estar ligada à avaliação de toda a actividade desenvolvida, individualmente ou em grupo, na instituição educativa, no plano da educação e do ensino e da prestação de outros serviços à comunidade, bem como às qualificações profissionais, pedagógicas e científicas.

3 — Aos educadores, professores e outros profissionais da educação é reconhecido o direito de recurso das decisões da avaliação referida no número anterior.

CAPITULO V

Recursos materiais

Artigo 37.º

(Rede escolar)

1 — Compete ao Estado criar uma rede de estabelecimentos públicos de educação e ensino que cubra as necessidades de toda a população.

2—O planeamento da rede de estabelecimentos escolares deve contribuir para a eliminação de desigualdades e assimetrias locais e regionais, por forma a assegurar a igualdade de oportunidades de educação e ensino a todas as crianças e jovens.

Artigo 38.º

(Regionalização)

O planeamento e reorganização da rede escolar, assim como a construção e manutenção dos edifícios escolares e seu equipamento, devem assentar numa política de regionalização efectiva, com definição clara das competências dos intervenientes, que, para o efeito, devem contar com os recursos necessários.

Artigo 39.º

(Edifícios escolares)

- 1 Os edifícios escolares devem ser planeados na óptica de um equipamento integrado e ter suficiente flexibilidade para permitir, sempre que possível, a sua utilização em diferentes actividades da comunidade e a sua adaptação em função das alterações dos diferentes níveis de ensino, dos currículos e métodos educativos.
- 2 A estrutura dos edifícios escolares deve ter em conta, para além das actividades escolares, o desenvolvimento de actividades de ocupação de tempos livres e o envolvimento da escola em actividades extra-escolares.
- 3 A densidade da rede e as dimensões dos edifícios escolares devem ser ajustadas às características e necessidades regionais e à capacidade de acolhimento de um número equilibrado de alunos, de forma

- a garantir as condições de uma boa prática pedagógica e a realização de uma verdadeira comunidade escolar.
- 4 Na concepção dos edifícios e na escolha do equipamento devem ser tidas em conta as necessidades especiais dos deficientes.
- 5 A gestão dos espaços deve obedecer ao imperativo de, também por esta via, se contribuir para o sucesso educativo e escolar dos alunos.

Artigo 40.º

(Estabelecimentos de educação e de ensino)

- 1 A educação pré-escolar realiza-se em unidades distintas ou incluídas em unidades escolares onde também seja ministrado o 1.º ciclo do ensino básico ou ainda em edifícios onde se realizem outras actividades sociais, nomeadamente de educação extra-escolar.
- 2 O ensino básico é realizado em estabelecimentos com tipologias diversas que abarcam a totalidade ou parte dos ciclos que o constituem, podendo, por necessidade de racionalização de recursos, ser ainda realizado neles o ensino secundário.
- 3—O ensino secundário realiza-se em escolas secundárias pluricurriculares, sem prejuízo de, relativamente a certas matérias, se poder recorrer à utilização de instalações de entidades privadas ou de outras entidades públicas não responsáveis pela rede de ensino público para a realização de aulas ou outras accões de ensino e formação.
- 4 A rede escolar do ensino secundário deve ser organizada de modo que em cada região se garanta a maior diversidade possível de cursos, tendo em conta os interesses locais ou regionais.
- 5 O ensino secundário deve ser predominantemente realizado em estabelecimentos distintos, podendo, com o objectivo de racionalização dos respectivos recursos, ser aí realizados ciclos do ensino básico, especialmente o 3.º
- 6 As diversas unidades que integram a mesma instituição de ensino superior podem dispersar-se geograficamente, em função da sua adequação às necessidades de desenvolvimento da região em que se inserem.
- 7 A flexibilidade da utilização dos edifícios prevista neste artigo em caso algum se poderá concretizar em colisão com o n.º 3 do artigo anterior.

Artigo 41.º

(Recursos educativos)

- 1 Constituem recursos educativos todos os meios materiais utilizados para conveniente realização da actividade educativa.
- 2 São recursos educativos privilegiados, a exigirem especial atenção:
 - a) Os manuais escolares;
 - b) As bibliotecas e mediatecas escolares;
 - c) Os equipamentos laboratoriais e oficinais;
 - d) Os equipamentos para educação física e desportos;
 - e) Os equipamentos para educação musical e plástica;
 - f) Os centros regionais de recursos educativos.

3 — Para o apoio e complementaridade dos recursos educativos existentes nas escolas e ainda com o objectivo de racionalizar o uso dos meios disponíveis será incentivada a criação de centros regionais que disponham de recursos apropriados e de meios que permitam criar outros, de acordo com as necessidades de inovação educativa.

Artigo 42.º

(Financiamento da educação)

- 1 A educação será considerada, na elaboração do Plano e do Orçamento do Estado, como uma das prioridades nacionais.
- 2 As verbas destinadas à educação devem ser distribuídas em função das prioridades estratégicas do desenvolvimento do sistema educativo.

CAPITULO VI

Administração do sistema educativo

Artigo 43.º

(Princípios gerais)

- 1 A administração e gestão do sistema educativo devem assegurar o pleno respeito pelas regras de democraticidade e de participação que visem a consecução de objectivos pedagógicos e educativos, nomeadamente no domínio da formação social e cívica.
- 2 O sistema educativo deve ser dotado de estruturas administrativas de âmbito nacional, regional autónomo, regional e local, que assegurem a sua interligação com a comunidade mediante adequados graus de participação dos professores, dos alunos, das famílias, das autarquias, de entidades representativas das actividades sociais, económicas e culturais e ainda de instituições de carácter científico.
- 3 Para os efeitos do número anterior serão adoptadas orgânicas e formas de descentralização e de descentração dos serviços, cabendo ao Estado, através do ministério responsável pela coordenação da política educativa, garantir a necessária eficácia e unidade de acção.

Artigo 44.º

(Níveis de administração)

- 1 Leis especiais regulamentarão a delimitação e articulação de competências entre os diferentes níveis de administração, tendo em atenção que serão da responsabilidade da administração central, designadamente, as funções de:
 - a) Concepção, planeamento e definição normativa do sistema educativo, com vista a assegurar o seu sentido de unidade e de adequação aos objectivos de âmbito nacional;
 - b) Coordenação global e avaliação da execução das medidas da política educativa a desenvolver de forma descentralizada ou desconcentrada;

- c) Inspecção e tutela, em geral, com vista, designadamente, a garantir a necessária qualidade do ensino;
- d) Definição dos critérios gerais de implantação da rede escolar, da tipologia das escolas e seu apetrechamento, bem como das normas pedagógicas a que deve obedecer a construção de edifícios escolares;
- e) Garantia da qualidade pedagógica e técnica dos vários meios didácticos, incluindo os manuais escolares.
- 2 A nível regional, e com o objectivo de integrar, coordenar e acompanhar a actividade educativa, será criado em cada região um departamento regional de educação, em termos a regulamentar por decreto-lei.

Artigo 45.º

(Administração e gestão dos estabelecimentos de educação e ensino)

- 1 O funcionamento dos estabelecimentos de educação e ensino, nos diferentes níveis, orienta-se por uma perspectiva de integração comunitária, sendo, nesse sentido, favorecida a fixação local dos respectivos docentes.
- 2 Em cada estabelecimento ou grupo de estabelecimentos de educação e ensino a administração e gestão orientam-se por princípios de democraticidade e de participação de todos os implicados no processo educativo, tendo em atenção as características específicas de cada nível de educação e ensino.
- 3 Na administração e gestão dos estabelecimentos de educação e ensino devem prevalecer critérios de natureza pedagógica e científica sobre critérios de natureza administrativa.
- 4 A direcção de cada estabelecimento ou grupo de estabelecimentos dos ensinos básico e secundário é assegurada por órgãos próprios, para os quais são democraticamente eleitos os representantes de professores, alunos e pessoal não docente, e apoiada por órgãos consultivos e por serviços especializados, num e noutro caso segundo modalidades a regulamentar para cada nível de ensino.
- 5 A participação dos alunos nos órgãos referidos no número anterior circunscreve-se ao ensino secundário.
- 6 A direcção de todos os estabelecimentos de ensino superior orienta-se pelos princípios de democraticidade e representatividade e de participação comunitária.
- 7 Os estabelecimentos de ensino superior gozam de autonomia científica, pedagógica e administrativa.
- 8 As universidades gozam ainda de autonomia financeira, sem prejuízo da acção fiscalizadora do Estado.
- 9 A autonomia dos estabelecimentos de ensino superior será compatibilizada com a inserção destes no desenvolvimento da região e do País.

Artigo 46.º

(Conselho Nacional de Educação)

É instituído o Conselho Nacional de Educação, com funções consultivas, sem prejuízo das compe-

tências próprias dos órgãos de soberania, para efeitos de participação das várias forças sociais, culturais e económicas na procura de consensos alargados relativamente à política educativa, em termos a regular por lei.

CAPITULO VII

Desenvolvimento e avaliação do sistema educativo

Artigo 47.º

(Desenvolvimento curricular)

- 1 A organização curricular da educação escolar terá em conta a promoção de uma equilibrada harmonia, nos planos horizontal e vertical, entre os níveis de desenvolvimento físico e motor, cognitivo, afectivo, estético, social e moral dos alunos.
- 2 Os planos curriculares do ensino básico incluirão em todos os ciclos e de forma adequada uma área de formação pessoal e social, que pode ter como componentes a educação ecológica, a educação do consumidor, a educação familiar, a educação sexual, a prevenção de acidentes, a educação para a saúde, a educação para a participação nas instituições, serviços cívicos e outros do mesmo âmbito.
- 3 Os planos curriculares dos ensinos básico e secundário integram ainda o ensino da moral e da religião católica, a título facultativo, no respeito dos princípios constitucionais da separação das igrejas e do Estado e da não confessionalidade do ensino público.
- 4 Os planos curriculares do ensino básico devem ser estabelecidos à escala nacional, sem prejuízo da existência de conteúdos flexíveis integrando componentes regionais.
- 5 Os planos curriculares do ensino secundário terão uma estrutura de âmbito nacional, podendo as suas componentes apresentar características de índole regional e local, justificadas nomeadamente pelas condições sócio-económicas e pelas necessidades em pessoal qualificado.
- 6 Os planos curriculares do ensino superior respeitam a cada uma das instituições de ensino que ministram os respectivos cursos estabelecidos, ou a estabelecer, de acordo com as necessidades nacionais e regionais e com uma perspectiva de planeamento integrado da respectiva rede.
- 7 O ensino-aprendizagem da língua materna deve ser estruturado de forma que todas as outras componentes curriculares dos ensinos básico e secundário contribuam de forma sistemática para o desenvolvimento das capacidades do aluno ao nível da compreensão e produção de enunciados orais e escritos em português.

Artigo 48.º

(Ocupação dos tempos livres e desporto escolar)

- 1 As actividades curriculares dos diferentes níveis de ensino devem ser complementadas por acções orientadas para a formação integral e a realização pessoal dos educandos no sentido da utilização criativa e formativa dos seus tempos livres.
- 2 Estas actividades de complemento curricular visam, nomeadamente, o enriquecimento cultural e

cívico, a educação física e desportiva, a educação artística e a inserção dos educandos na comunidade.

- 3 As actividades de complemento curricular podem ter âmbito nacional, regional ou local e, nos dois últimos casos, ser da iniciativa de cada escola ou grupo de escolas.
- 4 As actividades de ocupação dos tempos livres devem valorizar a participação e o envolvimento das crianças e dos jovens na sua organização, desenvolvimento e avaliação.
- 5 O desporto escolar visa especificamente a promoção da saúde e condição física, a aquisição de hábitos e condutas motoras e o entendimento do desporto como factor de cultura, estimulando sentimentos de solidariedade, cooperação, autonomia e criatividade, devendo ser fomentada a sua gestão pelos estudantes praticantes, salvaguardando-se a orientação por profissionais qualificados.

Artigo 49.º

(Avaliação do sistema educativo)

- 1 O sistema educativo deve ser objecto de avaliação continuada, que deve ter em conta os aspectos educativos e pedagógicos, psicológicos e sociológicos, organizacionais, económicos e financeiros e ainda os de natureza político-administrativa e cultural.
- 2 Esta avaliação incide, em especial, sobre o desenvolvimento, regulamentação e aplicação da presente lei.

Artigo 50.°

(Investigação em educação)

A investigação em educação destina-se a avaliar e interpretar cientificamente a actividade desenvolvida no sistema educativo, devendo ser incentivada, nomeadamente, nas instituições de ensino superior que possuam centros ou departamentos de ciências da educação, sem prejuízo da criação de centros autónomos especializados neste domínio.

Artigo 51.°

(Estatísticas da educação)

- 1 As estatísticas da educação são instrumento fundamental para a avaliação e o planeamento do sistema educativo, devendo ser organizadas de modo a garantir a sua realização em tempo oportuno e de forma universal.
- 2 Para este efeito devem ser estabelecidas as normas gerais e definidas as entidades responsáveis pela recolha, tratamento e difusão das estatísticas da educação.

Artigo 52.º

(Estruturas de apoio)

1 — O Governo criará estruturas adequadas que assegurem e apoiem actividades de desenvolvimento curricular, de fomento da inovação e de avaliação do sistema e das actividades educativas.

2 — Estas estruturas devem desenvolver a sua actividade em articulação com as escolas e com as instituições de investigação em educação e de formação de professores.

Artigo 53.º

(Inspecção escolar)

A inspecção escolar goza de autonomia no exercício da sua actividade e tem como função avaliar e fiscalizar a realização da educação escolar, tendo em vista a prossecução dos fins e objectivos estabelecidos na presente lei e demais legislação complementar.

CAPITULO VIII

Ensino particular e cooperativo

Artigo 54.º

(Especificidade)

- 1 É reconhecido pelo Estado o valor do ensino particular e cooperativo, como uma expressão concreta da liberdade de aprender e ensinar e do direito da família a orientar a educação dos filhos.
- 2 O ensino particular e cooperativo rege-se por legislação e estatuto próprios, que devem subordinar-se ao disposto na presente lei.

Artigo 55.°

(Articulação com a rede escolar)

- 1 Os estabelecimentos do ensino particular e cooperativo que se enquadrem nos princípios gerais, finalidades, estruturas e objectivos do sistema educativo são considerados parte integrante da rede escolar.
- 2 No alargamento ou no ajustamento da rede o Estado terá também em consideração as iniciativas e os estabelecimentos particulares e cooperativos, numa perspectiva de racionalização de meios, de aproveitamento de recursos e de garantia de qualidade.

Artigo 56.º

(Funcionamento de estabelecimentos e cursos)

1 — As instituições de ensino particular e cooperativo podem, no exercício da liberdade de ensinar e aprender, seguir os planos curriculares e conteúdos programáticos do ensino a cargo do Estado ou adoptar planos e programas próprios, salvaguardadas as disposições constantes do n.º 1 do artigo anterior.

2 — Quando o ensino particular e cooperativo adoptar planos e programas próprios, o seu reconhecimento oficial é concedido caso a caso, mediante avaliação positiva resultante da análise dos respectivos currículos e das condições pedagógicas da realização do ensino, segundo normas a estabelecer por decreto-lei.

3 — A autorização para a criação e funcionamento de instituições e cursos de ensino superior particular e cooperativo, bem como a aprovação dos respectivos planos de estudos e o reconhecimento oficial dos correspondentes diplomas, faz-se, caso a caso, por decreto-lei.

Artigo 57.º

(Pessoal docente)

1 — A docência nos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo integrados na rede escolar requer, para cada nível de educação e ensino, a qualificação académica e a formação profissional estabelecidas na presente lei.

2 — O Estado pode apoiar a formação contínua dos docentes em exercício nos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo que se integram na

rede escolar.

Artigo 58.º

(Intervenção do Estado)

1 — O Estado fiscaliza e apoia pedagógica e tec-

nicamente o ensino particular e cooperativo.

2 — O Estado apoia financeiramente as iniciativas e os estabelecimentos de ensino particular e cooperativo quando, no desempenho efectivo de uma função de interesse público, se integrem no plano de desenvolvimento da educação, fiscalizando a aplicação das verbas concedidas.

CAPITULO IX

Disposições finais e transitórias

Artigo 59.º

(Desenvolvimento da lei)

- 1 O Governo fará publicar no prazo de um ano, sob a forma de decreto-lei, a legislação complementar necessária para o desenvolvimento da presente lei que contemple, designadamente, os seguintes domínios:
 - a) Gratuitidade da escolaridade obrigatória;
 - b) Formação de pessoal docente;
 - c) Carreiras de pessoal docente e de outros profissionais da educação;
 - d) Administração e gestão escolares;
 - e) Planos curriculares dos ensinos básico e secundário;
 - f) Formação profissional;
 - g) Ensino recorrente de adultos;
 - h) Ensino a distância;
 - i) Ensino português no estrangeiro;
 - j) Apoios e complementos educativos;
 - 1) Ensino particular e cooperativo:
 - m) Educação física e desporto escolar;
 - n) Educação artística.
- 2 Quando as matérias referidas no número anterior já constarem de lei da Assembleia da República, deverá o Governo, em igual prazo, apresentar as necessárias propostas de lei.
- 3 O Conselho Nacional de Educação deve acompanhar a aplicação e o desenvolvimento do disposto na presente lei.

Artigo 60.º

(Plano de desenvolvimento do sistema educativo)

O Governo, no prazo de dois anos, deve elaborar e apresentar, para aprovação na Assembleia da Repú-

blica, um plano de desenvolvimento do sistema educativo, com um horizonte temporal a médio prazo e limite no ano 2000, que assegure a realização faseada da presente lei e demais legislação complementar.

Artigo 61.º

(Regime de transição)

O regime de transição do sistema actual para o previsto na presente lei constará de disposições regulamentares a publicar em tempo útil pelo Governo, não podendo professores, alunos e pessoal não docento ser afectados nos direitos adquiridos.

Artigo 62.º

(Disposições transitórias)

- 1 Serão tomadas medidas no sentido de dotar os ensinos básico e secundário com docentes habilitados profissionalmente, mediante modelos de formação inicial conformes com o disposto na presente lei, de forma a tornar desnecessária a muito curto prazo a contratação em regime permanente de professores sem habilitação profissional.
- 2 Será organizado um sistema de profissionalização em exercício para os docentes devidamente habilitados actualmente em exercício ou que venham a ingressar no ensino, de modo a garantir-lhes uma formação profissional equivalente à ministrada nas instituições de formação inicial para os respectivos níveis de ensino.
- 3 Na determinação dos contingentes a estabelecer para os cursos de formação inicial de professores a entidade competente deve ter em consideração a relação entre o número de professores habilitados já em exercício e a previsão de vagas disponíveis no termo de um período transitório de cinco anos.
- 4 Enquanto não forem criadas as regiões administrativas, as competências e o âmbito geográfico dos departamentos regionais de educação referidos no n.º 2 do artigo 44.º serão definidos por decreto-lei, a publicar no prazo de um ano.
- 5 O Governo elaborará um plano de emergência de construção e recuperação de edifícios escolares e seu apetrechamento, no sentido de serem satisfeitas as necessidades da rede escolar, com prioridade para o ensino básico.
- 6 No 1.º ciclo do ensino básico as funções dos actuais directores de distrito escolar e dos delegados escolares são exclusivamente de natureza administrativa.

Artigo 63.º

(Disposições finais)

- 1 As disposições relativas à duração da escolaridade obrigatória aplicam-se aos alunos que se inscreverem no 1.º ano do ensino básico no ano lectivo de 1987-1988 e para os que o fizerem nos anos lectivos subsequentes.
- 2 Lei especial determinará as funções de administração e apoio educativos que cabem aos municípios.
- 3 O Governo deve definir por decreto-lei o sistema de equivalência entre os estudos, graus e diplomas

do sistema educativo português e os de outros países, bem como as condições em que os alunos do ensino superior podem frequentar em instituições congéneres estrangeiras parte dos seus cursos, assim como os critérios de determinação das unidades de crédito transferíveis.

4 — Devem ser criadas condições que facilitem aos jovens regressados a Portugal filhos de emigrantes a sua integração no sistema educativo.

Artigo 64.º

(Norma revogatória)

É revogada toda a legislação que contrarie o disposto na presente lei.

Aprovada em 24 de Julho de 1986.

O Presidente da Assembleia da República, Fernando Monteiro do Amaral.

Promulgada em Guimarães em 23 de Setembro de 1986.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendada em 30 de Setembro de 1986.

O Primeiro-Ministro, Aníbal António Cavaco Silva.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral do Pessoal

Portaria n.º 600/86 de 14 de Outubro

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, nos termos do § 1.º do artigo 158.º do Regulamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros, com a nova redacção dada pelo Decreto n.º 433/72, de 3 de Novembro, que o mapa do pessoal assalariado da Embaixada de Portugal em Luanda, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 1986, passe a ser o seguinte:

Embaixada de Portugal em Luanda:

Um chanceler;

Um secretário de 1.ª classe;

Dois secretários de 2.ª classe;

Três escriturários-dactilógrafos;

Um consultor médico.

Uma telefonista;

Dois motoristas;

Dois porteiros;

Um zelador;

Três guardas;

Um contínuo;

Um jardineiro;

Três auxiliares de serviços.

Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Assinada em 12 de Setembro de 1986.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros, Pedro José Rodrigues Pires de Miranda.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PESCAS E ALIMENTAÇÃO

Decreto-Lei n.º 346/86

de 14 de Outubro

De acordo com o Regulamento CEE n.º 2730/75 do Conselho, de 29 de Outubro de 1975, a glicose e o xarope de glicose contendo em peso, no estado seco, 99 % ou mais de produto puro deverão ser submetidos ao mesmo regime de importação que a glicose com menor grau de pureza. As razões determinantes deste procedimento são transponíveis para a situação portuguesa.

Assim:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º O regime previsto no Decreto-Lei n.º 62/86, de 25 de Março, para a glicose e o xarope de glicose classificados na posição pautal 17.02, B, II, da Pauta dos Direitos de Importação é extensível à glicose e ao xarope de glicose classificados na posição pautal 17.02, B, I, da mesma Pauta.

Art. 2.º Este diploma produz efeitos a partir de 1 de Março de 1986.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 11 de Setembro de 1986. — Aníbal António Cavaco Silva — Miguel José Ribeiro Cadilhe — Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto — Fernando Augusto dos Santos Martins.

Promulgado em Guimarães em 23 de Setembro de 1986.

Publique-se.

O Presidente da República, Mário Soares.

Referendado em 30 de Setembro de 1986.

O Primeiro-Ministro, Aníbal António Cavaco Silva.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Portaria n.º 601/86

de 14 de Outubro

Sob proposta das comissões instaladoras do Instituto Politécnico de Viana do Castelo e da sua Escola Superior de Educação;

Considerando o disposto no Decreto-Lei n.º 59/86, de 21 de Março, e o disposto no Despacho n.º 78/MEC/86, de 3 de Abril, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 15 de Abril de 1986;

Tendo em atenção o disposto na Portaria n.º 352/86, de 8 de Julho:

Ao abrigo do disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 303/80, de 16 de Agosto, e do disposto no

ANEXO C



AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS

2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário Departamento de Estudos Linguísticos e Literários Área Disciplinar de Línguas Estrangeiras 2012/2013

Quadro de Avaliação Contínua

Instrumento de	Objeto da avaliação		ING 2.º ciclo		ING, FRC, ESP, PLNM 3.° ciclo		ING, FRC, ESP, PLNM Ens. Sec.		
avaliação/Tarefa	0.3,000 an an analysis	5.°	5.° 6.°	7.°	8.° e 9.°	10-°	11.º	12.º	
2 Testes escritos de avaliação de conhecimentos *	 Compreensão e interpretação textual; Emprego adequado de vocabulário específico dos conteúdos programáticos; Domínio de estruturas linguísticas; Capacidade de redacção de textos de tipologia diversificada de forma ponderada, coerente e correcta sob o ponto de vista formal; Conhecimento de aspectos culturais; Conhecimento da(s) obra(s) de leitura extensiva / integral. 	60%	70%	75%	80%		65%		
Apresentação oral formal**	Domínio de conteúdos temáticos; Gestão e organização do discurso oral; Vocabulário; Fluência linguística; Correcção discursiva; Pronúncia; Comunicação não-verbal.	10%	10%	15%	10%		15%		
Atividade de interpretação oral / audiovisual***	Capacidade de compreender textos áudio; Capacidade de compreender estímulos áudio através do visionamento de filmes, documentários ou outros.	10%	5%	-			10%		
Participação oral	Qualidade e frequência da interacção oral no decurso das aulas.	10%	5%	-			5%		
Observação (atitudes e valores)	Sentido de responsabilidade, empenho e iniciativa; Comportamento.		10%	10)%		5%		

Notas:

- * Um dos testes escritos de avaliação de conhecimentos poderá ter uma duração inferior a 90 minutos.
- * Cada docente deverá selecionar o objeto de avaliação de acordo com a especificidade da turma, o nível de ensino e o período letivo adequado.
- *** Cada docente deverá seleccionar o(s) objecto(s) de avaliação de acordo com a especificidade da turma ou dos conteúdos abordados.

Factor de ponderação tendo em conta a evolução do aluno:

O factor de ponderação deverá incidir em todos os instrumentos de avaliação.

Critérios Gerais de Classificação:

Encontram-se descritos, nos quadros que se seguem, os critérios gerais de avaliação dos testes escritos de avaliação de conhecimentos e das apresentações orais formais. Os restantes instrumentos de avaliação, pela sua própria natureza, dispensam a definição de mecanismos específicos para quantificar os resultados.

IMP.DP.005-00 1/8



Apresentação oral formal - 2.º ciclo do Ensino Básico

	Parâmetros de classificação				
	Gestão e organização do discurso	Vocabulário	Correcção discursiva e pronúncia		
	25 a 30% ● ideias claras e bem organizadas; ● discurso fluente, sem muitas hesitações.	30 a 35% • vocabulário adequado ao tema / contexto, com alguma variedade e riqueza.	30 a 35% • poucos erros estruturais, possibilitando enunciados claros. • pronúncia adequada.		
Níveis de consecução	15 a 20% ■ ideias relativamente claras e minimamente organizadas; ■ discurso com diversas paragens e hesitações.	15 a 25% • vocabulário parcialmente adequado ao tema / contexto, ainda que repetitivo.	15 a 25% alguns erros estruturais que dificultam a compreensão dos enunciados. pronúncia aceitável.		
Níveis	0 a 10% ■ ideias muito confusas e desconexas; ■ discurso quase inexistente, revelando (quase) incapacidade em comunicar.	0 a 10% ■ vocabulário insuficiente para uma comunicação efectiva.	0 a 10% ■ muitos erros de estrutura que impedem a comunicação. ■ pronúncia (quase) incompreensível.		

Apresentação oral formal – 3.º ciclo do Ensino Básico

Os critérios, baseados nos do GAVE para o Teste Intermédio de Inglês de 9.º ano em 2010/2011, encontram-se em anexo.

Testes escritos de avaliação de conhecimentos - 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico

Grupos		
Grupo I: Compreensão e Interpretação de texto: 40 a 50%		
Grupo II: Vocabulário / Gramática: 30 a 40%		
Grupo III: Produção Escrita: 20%		

Grupo I: Compreensão e Interpretação de Texto

Itens possíveis:

- ⇒ Perguntas de escolha múltipla;
- ⇒ Escolha de um título para o texto e justificação da escolha;
- ⇒ Completar frases (eventualmente mediante opções);
- ⇒ Exercícios de verdadeiro ou falso (eventualmente com correcção das afirmações falsas);
- ⇒ Encontrar evidência textual para frases dadas;
- ⇒ Sequenciação de elementos textuais;
- ⇒ Correspondência de conceitos / vocabulário / imagens / cartoons;
- ⇒ Encontrar referentes;
- \Rightarrow Sinonímia / antonímia;
- ⇒ Questões de interpretação:

O Responsável pela Área Disciplinar LE,	A Direcção Pedagógica,	Revisão 0
Elsa Silva		11 de Julho de 2012

IMP.DP.005-00 2/8



Cada questão terá sempre o valor de 5 pontos percentuais, dos quais 3 estão reservados para a classificação do conteúdo e 2 para a correcção formal, de acordo com os descritores na página seguinte. Destaca-se que se a resposta estiver totalmente errada em termos de conteúdo não lhe será atribuída cotação referente à forma. Os descritores registados de seguida serão aplicados em todas as questões de interpretação dos testes escritos, pelo que se dispensa a sua explicitação nos critérios específicos de cada teste.

Conteúdo	pontos	Forma	pontos
Resposta integralmente completa.	3	Resposta correcta a nível formal, tendo em conta o ano de escolaridade em causa.	2
Resposta com algumas omissões.	2	 Poucos erros ao nível da forma, tendo em conta o ano de escolaridade em avaliação. 	1.5
Resposta muito incompleta.	1	Vários erros ao nível da estrutura, concordância verbal ou ortografia.	1
Resposta errada.	0	• Copia integralmente o texto, sem proceder a quaisquer ajustes.	0

Grupo II: Vocabulário / Gramática

Itens possíveis:

- ⇒ Legendar imagens / cartoons com vocabulário específico das unidades leccionadas;
- ⇒ Exercícios de tradução / retroversão de abrangência restrita, contendo somente áreas lexicais trabalhadas nas unidades a testar;
- ⇒ Exercícios de preenchimento de espaços com vocabulário específico.
- ⇒ Completar espaços;
- ⇒ Reescrever frases;
- ⇒ Escolha múltipla;
- ⇒ Correcção de erros;
- ⇒ Correspondência.

Grupo III: Produção Escrita

Itens possíveis:

- \Rightarrow Carta;
- ⇒ Composição;
- ⇒ Diálogo;
- ⇒ Comentário:
- ⇒ Anúncio;
- \Rightarrow E-mail;
- ⇒ Diário.

A avaliação deste grupo será feita mediante três descritores – o nível superior, intermédio e inferior. A cotação deste grupo distribuir-se-á uniformemente por estes três níveis, devendo o professor avaliar, numa primeira fase, a resposta do aluno por forma a seleccionar o nível em que ela se integra, e, numa segunda fase, após uma segunda / terceira leitura, decidir qual a cotação a atribuir à resposta, mediante o nível em que ela se situa. Os descritores registados na página seguinte serão aplicados em todos os grupos de produção escrita dos testes escritos, pelo que se dispensa a sua explicitação nos critérios específicos de cada teste.

Nota a): não será atribuída qualquer classificação a textos produzidos que não obedeçam ao tema proposto, independentemente da sua qualidade.

Nota b): no caso de o grupo de escrita não ter a indicação de subtópicos a abordar, dever-se-á ter em conta se o aluno respeita a temática proposta (fidelidade ao tema).

O Responsável pela Área Disciplinar LE,	A Direcção Pedagógica,	Revisão 0
Elsa Silva		11 de Julho de 2012

IMP.DP.005-00 3/8



Nível Superior: (16% – 20%)	Nível Intermédio: (10% – 15%)	Nível Inferior: (0% – 9%)
□ Coerente organização das ideias;	□ Dificuldade na organização das ideias;	□ Deficiente organização de ideias;
□ Erros de estrutura irrelevantes (englobando estruturas que ainda não foram leccionadas);	□ Alguns erros de estrutura;	□ Muitos erros de estrutura, por vezes impedindo a comunicação;
□ Utilização de vocabulário adequado e variado;	□ Utilização de vocabulário adequado, ainda que pouco variado;	□ Vocabulário muito restrito, por vezes com recurso à língua materna (excepto PLNM);
□ Poucos erros ortográficos;	□ Alguns erros ortográficos;	□ Muitos erros ortográficos;
□ Fidelidade ao tema (aborda todos ou quase todos os subtópicos propostos);	□ Fidelidade ao tema (aborda cerca de metade dos subtópicos propostos).	□ Fuga parcial ao tema (o aluno não se centra nos subtópicos propostos, abordando-o, no entanto, um ou dois deles de forma superficial);
□ Respeita o limite de palavras.	□ Desvia-se do limite de palavras (cerca de 25 vocábulos em falta ou em excesso).	□ Não respeita o limite de palavras (no caso de não atingir ou de ultrapassar 50% do limite será classificado com zero pontos percentuais).

Apresentação oral formal – Ensino Secundário

Parâmetros		Descrição dos níveis de desempenho					
		18-20	14-17	10-13	5-9	0-4	
lo	Domínio de conteúdos temáticos (15%)	Domínio pleno da informação veiculada sem recurso constante a apontamentos / auxílios visuais (ex. powerpoint); O aluno enriquece a apresentação com exemplos do quotidiano e / ou histórias pertinentes, tornando assim o conteúdo interessante e apelativo; Consegue responder a questões sobre o tema com algum conforto e pertinência.		Domínio satisfatório da informação veiculada com algum recurso a apontamentos / auxílios visuais; O aluno apresenta esporadicamente exemplos com alguma relevância para ilustrar o tema e o tornar um pouco mais interessante e apelativo; Responde a questões básicas, evidenciando, no entanto, desconforto e insegurança.	édio	Domínio muito insuficiente da informação veiculada, o aluno simplesmente lê apontamentos ou outros auxílios visuais; O aluno limita-se a seguir a apresentação de conteúdos preparada antecipadamente, de forma previsível, pobre e pouco ou nada interessante ou apelativa; Não consegue responder a qualquer questão colocada.	
Conteúdo	Gestão e organização do discurso (estrutura) (15%)	 Uso sofisticado da linguagem e de técnicas e estratégias para orientar inequivocamente a turma ao longo das diferentes fases da apresentação; A estrutura da apresentação é clara, lógica e coerente, contribuindo para um melhor entendimento dos conteúdos. 	Nível Intermédio	 Uso comum e satisfatório da linguagem, que permite, através de marcadores do discurso, uma orientação minimamente adequada da turma ao longo de algumas fases da apresentação; A estrutura da apresentação não é inequívoca, sendo possível, no entanto, nela reconhecer alguma lógica e coesão. 	Nível Intermédio	 O uso da linguagem é muito insuficiente e limitado, tendo a turma que fazer numerosas suposições para tentar seguir o rumo da apresentação; A estrutura não é perceptível, sendo evidentes a incoerência, segmentação desnecessária dos conteúdos e desorganização. 	
	Vocabul ário (10%)	O vocabulário específico do tema é dominado integralmente e usado de forma clara, perceptível e didáctica;		O domínio do vocabulário específico do tema é suficiente para permitir uma compreensão clara da maior parte do discurso;		Falta de domínio de vocabulário, o que compromete em grande medida a compreensão da apresentação;	

O Decrease for Local Anna Disciplinant E	A Discourse Design of sites	Di-~- 0
O Responsável pela Área Disciplinar LE,	A Direcção Pegagogica.	Revisão 0
o neopeneare pela raca Bicolpinia 22,	7. Direcçue i cuagogica,	
Floo Cilvo		11 do Julho do 2010
│ Elsa Silva		11 de Julho de 2012

IMP.DP.005-00 4/8



		Variedade lexical, registando-se	Erros lexicais relativamente	Erros lexicais sistemáticos,
		repetições somente quando	frequentes, repetições sistemáticas	pausas longas e muito frequentes,
		inevitável.	e evitáveis de vocabulário.	evidenciando falta de preparação e
				de estudo.
		_		
		O discurso é fluente e natural,	O discurso evidencia algum nível	O discurso é inteiramente forçado
	a	evidenciando boa preparação e boa	de fluência, ainda que se registem	e auxiliar, fruto de uma
	stic	consciência linguística por parte do	pausas para o aluno pensar em	memorização parcial e reveladora
	guís	aluno;	estruturas linguísticas que vai	de falta ou quase total ausência de
	Fluência linguística (20%)		empregar de seguida;	consciência linguística;
	icia (2	Não se sente qualquer	O professor sente, por vezes,	O professor sente necessidade
	uên	necessidade de auxiliar ou de	necessidade de auxiliar o aluno na	constante de auxiliar o aluno e de o
	Ē	apressar o aluno;	busca de vocábulos e estruturas.	apressar na sua exposição,
		,		recheada de pausas longas.
		Discurso correcto, contendo por	Discurso com alguns erros, tais	Discurso com erros múltiplos, dos
		vezes erros menores e pouco	como uso inadeguado de	mais variados tipos e com muita
	0 %	· ·	· ·	· ·
	cçã siv (6)	óbvios;	estruturas, de tempos verbais ou de	frequência, impossibilitando, muitas
	Correcção discursiva (20%)		terminologia;	vezes, a compreensão;
	S sig (Estrutura frásica variada, uso	Estrutura frásica elementar, com	Estrutura frásica muito elementar,
		não-sistemático da coordenação.	recurso frequente ao uso da	quando perceptível.
			coordenação.	
		Pronúncia muito boa, com	Pronúncia satisfatória, com erros	Pronúncia muito inadequada e
a	Pronúncia (10%)	articulação correcta e precisa dos	evidentes em algumas palavras,	incorrecta, semelhante em tudo à
Forma		vocábulos, mesmo que não se	mas globalmente adequada;	língua materna no que diz respeito
F		aproxime da pronúncia de falantes		à entoação e acentuação;
		nativos;		
	ror	Os ouvintes (com preparação	Os ouvintes evidenciam, por	É difícil para os ouvintes entender
	ш.	linguística suficiente) não têm	vezes, dificuldade em entender	o que o aluno está a dizer devido à
		dificuldade em entender o que o	algumas das palavras / estruturas	má pronúncia e articulação.
		aluno diz.	que o aluno diz.	
		O aluno usa um tom/volume de	O tom/volume de voz é suficiente,	O tom/volume de voz dificulta a
		voz adequado, evitando, assim,	na maior parte da apresentação,	compreensão, visto que a turma
	_	falhas de compreensão por parte do	para o aluno ser ouvido e	não consegue sequer ouvir
	-verbal	resto da turma;	compreendido;	claramente o discurso do aluno;
	-ve	Bom contacto visual com toda a	Contacto visual somente com	Não estabelece contacto visual.
	ر آ	turma, pouco recurso a	alguns elementos da turma;	simplesmente olha para os
	ıção n (10%)	apontamentos / auxílios visuais;	aiguns elementos da turna,	apontamentos / auxílios visuais;
	Comunicação não (10%)	•	Dockurs - Las "sfeids"	
	ğ	Postura correcta, adequada,	Postura algo "rígida",	Postura tensa, estática e
	i ii o	descontraída;	evidenciando pouco à-vontade;	inexpressiva desde o início ao fim
	S			da apresentação;
		Gestos ajudam à compreensão.	Gesticula pouco e nem sempre	Nunca faz uso do recurso aos
			nos momentos mais apropriados.	gestos.

Testes escritos de avaliação de conhecimentos – Ensino Secundário

Grupos	Cotações
Grupo I: Compreensão e Interpretação de texto	80 pontos
Grupo II: Consciência Linguística	60 pontos
Grupo III: Produção Escrita	60 pontos

Grupo I: Compreensão e Interpretação de Texto

	1 A D: " D 1 / :	B : ~ a
O Responsável pela Área Disciplinar LE,	A Direcção Pedagógica,	Revisão 0
Elsa Silva		11 de Julho de 2012

IMP.DP.005-00 5/8



Itens possíveis:

- ⇒ Perguntas de escolha múltipla;
- ⇒ Completar frases;
- ⇒ Exercícios de verdadeiro ou falso;
- ⇒ Encontrar evidência textual para frases dadas;
- ⇒ Correspondência de conceitos / vocabulário;
- ⇒ Legendar imagens / cartoons;
- ⇒ Encontrar referentes;
- ⇒ Sinonímia / antonímia;
- ⇒ Questões de interpretação (podendo a última ter um carácter opinativo).

Cada questão terá sempre o valor de 9 pontos, dos quais 6 estão reservados para a classificação do conteúdo e 3 para a correcção formal, de acordo com os descritores abaixo. Destaca-se que se a resposta estiver totalmente errada em termos de conteúdo não lhe será atribuída cotação referente à forma. Os descritores registados de seguida serão aplicados em todas as questões de interpretação dos testes escritos, pelo que se dispensa a sua explicitação nos critérios específicos de cada teste.

Conteúdo	pontos	Forma	pontos
Resposta integralmente completa.	6	 Resposta correcta a nível formal. 	3
 Resposta com algumas omissões. 	4	 Poucos erros ao nível da forma. 	2
Resposta muito incompleta.	2.5	Vários erros formais.	1
Resposta errada.	0	Copia integralmente o texto.	0

Grupo II: Consciência Linguística

Itens possíveis:

- ⇒ Completar espaços;
- \Rightarrow Reescrever frases,
- ⇒ Escolha múltipla;
- ⇒ Correcção de erros;
- ⇒ Correspondência;
- ⇒ Justificar processos metalinguísticos.

Grupo III: Produção Escrita

Itens possíveis:

- \Rightarrow Carta;
- ⇒ Composição;
- \Rightarrow Diálogo;
- ⇒ Comentário;
- \Rightarrow Anúncio;
- \Rightarrow E-mail;
- \Rightarrow Diário.

Notas:

O Responsável pela Área Disciplinar LE,	A Direcção Pedagógica,	Revisão 0
Elsa Silva		11 de Julho de 2012

IMP.DP.005-00 6/8



- não será atribuída qualquer classificação a textos produzidos que não obedeçam ao tema proposto, independentemente da sua qualidade;
- os erros ortográficos terão um desconto máximo de 20% da cotação atribuída à competência linguística, o que corresponde a 5 pontos.

	Cuino III
	Grupo III Competência pragmática
Cotação	
36 pontos	Descrição de parâmetros
30 pontos	Nível superior:
	·
	Desenvolve uma composição sobre o tema proposto, articulando claramente as ideias, com recurso a mecanismos de ligação adaquadas;
26 nontos	de ligação adequados;
36 pontos	Apresenta opiniões, persuade e defende um ponto de vista pessoal de forma coerente. Elabora os seus argumentos
	e reforça-os com pormenores relevantes e / ou exemplos significativos;
	Obedece à estrutura e ao registo do tipo de texto proposto;
	Respeita o limite de palavras indicado.
31 pontos	
	Nível médio:
	Escreve um texto simples sobre o tema proposto, articulando as ideias de forma geralmente linear;
24 pontos	Organiza a informação de forma coerente, destacando pormenores ou justificando a sua opinião com exemplos
	geralmente adequados;
	Obedece, de forma lacunar e / ou com desvios, à estrutura e ao registo do tipo de texto proposto;
	Pode não respeitar o limite de palavras indicado, escrevendo menos 30 vocábulos.
16 pontos	Nível intermédio
	Nível inferior:
	• Escreve um texto que não obedece à estrutura e ao registo do tipo de texto proposto, abordando-o, no entanto, de
8 pontos	forma global;
	• Apresenta desvios relativamente à temática proposta, notando-se diversas repetições e pormenores pouco
	relevantes;
	Não respeita o limite de palavras.

	Group III
	Competência linguística
Cotação	Descrição de parâmetros
24 pontos	
24 pontos	 Nível superior: Desenvolve o seu ponto de vista de forma articulada, marcando claramente relações entre ideias, exemplos e pormenores; Utiliza de forma geralmente adequada vocabulário variado, evitando repetições frequentes, embora possa ocorrer pontualmente uma escolha de palavras menos correcta; Revela bom ou muito bom domínio gramatical, com alguns lapsos, raros e não sistemáticos, na estruturação das frases; Produz uma escrita clara, com organização adequada de parágrafos e pontuação geralmente precisa. A ortografia é razoavelmente correcta, com erros apenas em vocábulos menos correntes, em que se pode notar a influência da língua materna.
19 pontos	Nível intermédio
15 pontos	 Nível médio: Revela domínio linguístico suficiente para exprimir o seu ponto de vista de forma compreensível e com pouca ambiguidade, mesmo quando pretende transmitir ideias mais abstractas; O vocabulário é relativamente pobre, mas consegue suprir limitações com recurso a circunlocuções e outros mecanismos de substituição; O controlo gramatical é suficiente para permitir a compreensão do que pretende comunicar; Produz uma escrita corrente, com ortografia e pontuação aceitáveis, sob o ponto de vista da inteligibilidade.
10 pontos	Nível intermédio
	Nível inferior:

O Responsável pela Área Disciplinar LE, Elsa Silva	A Direcção Pedagógica,	Revisão 0 11 de Julho de 2012
Lisa Siiva		11 de Julio de 2012

IMP.DP.005-00 7/8



5 pontos

- Emprega estruturas simples, com tendência a misturar tempos verbais e a esquecer-se de fazer concordâncias, sem que isso impeça, globalmente, a compreensão;
- Utiliza vocabulário apenas muito elementar com algum conhecimento das convenções ortográficas.

IMP.DP.005-00 8/8

ANEXO D





Proposta para Provas Experimentais de Expressão Oral - 2007-2008 - Alemão/Espanhol, 11.º ano, 2 anos de aprendizagem (Nível de Iniciação)

CATEGORIAS E DESCRITORES PARA A AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO ORAL

Nível	Âmbito - 25%	Correcção - 15%	Fluência - 10%	Desenvolvimento Temático e Coerência - 25%	Interacção - 25%
N3	 Para satisfazer as necessidades comunicativas elementares, usa: um leque de padrões frásicos elementares; expressões feitas; vocabulário suficiente. Incompreensões frequentes em situações não habituais. 	 Usa com razoável correcção: um repertório lexical limitado; estruturas gramaticais simples. Pronúncia suficientemente clara para ser entendida. 	Produz enunciados: - muito curtos; - com pausas; - com falsas partidas; - com reformulações evidentes.	 Fornece informação limitada. Liga frases simples com conectores elementares e mais frequentes. 	 Estabelece contactos breves, utilizando as expressões comuns mais simples. Exprime-se e reage a um leque limitado de funções linguísticas elementares. Indica se está, ou não, a seguir aquilo que se diz.
N2					
N1	▶ Usa um repertório básico de palavras e expressões simples relacionadas com situações e necessidades concretas.	 Usa, com um controlo muito limitado: estruturas gramaticais simples; um repertório memorizado. Pronúncia entendida com algum esforço. 	Produz enunciados: - muito curtos/ isolados/ estereotipados; - com muitas pausas.	 Fornece informações básicas, embora com muitas concessões ao sentido da mensagem. Liga palavras ou grupos de palavras com conectores muito simples como und e aber. 	 Estabelece contactos sociais básicos, utilizando as fórmulas de delicadeza do quotidiano mais simples. Reage a um leque muito limitado de funções linguísticas elementares.





Proposta para Provas Experimentais de Expressão Oral - 2007-2008 - Alemão/Espanhol, 11.º ano, 2 anos de aprendizagem (Nível de Iniciação)

GRELHA PARA REGISTO DA AVALIAÇÃO INDIVIDUAL DE CADA CLASSIFICADOR

Assinale, para cada categoria, o nível que corresponde ao desempenho observado.

Um desempenho inferior ao nível mais baixo descrito numa dada categoria é classificado com zero pontos, devendo ser assinalado na coluna correspondente.

Categorias	Âmbito (25%)		Correcção (15%)				Fluência (10%)			Desenvolvimento Temático e Coerência (25%)			Interacção (25%)				Total 100%	Moda				
Pontos	50	30	10	0	30	20	10	0	20	12	4	0	50	30	10	0	50	30	10	0	200	Nível
Examinando																						
	N3	N2	N1		N3	N2	N1		N3	N2	N1		N3	N2	N1		N3	N2	N1			
	N3	N2	N1		N3	N2	N1		N3	N2	N1		N3	N2	N1		N3	N2	N1			
	N3	N2	N1		N3	N2	N1		N3	N2	N1		N3	N2	N1		N3	N2	N1			
	N3	N2	N1		N3	N2	N1		N3	N2	N1		N3	N2	N1		N3	N2	N1			
	N3	N2	N1		N3	N2	N1		N3	N2	N1		N3	N2	N1		N3	N2	N1			
	N3	N2	N1		N3	N2	N1		N3	N2	N1		N3	N2	N1		N3	N2	N1			
	N3	N2	N1		N3	N2	N1		N3	N2	N1		N3	N2	N1		N3	N2	N1			
	N3	N2	N1		N3	N2	N1		N3	N2	N1		N3	N2	N1		N3	N2	N1			
	N3	N2	N1		N3	N2	N1		N3	N2	N1		N3	N2	N1		N3	N2	N1			
	N3	N2	N1		N3	N2	N1		N3	N2	N1		N3	N2	N1		N3	N2	N1			





Proposta para Provas Experimentais de Expressão Oral - 2007-2008 - Alemão/Espanhol, 11.º ano, 2 anos de aprendizagem (Nível de Iniciação)

GRELHA PARA REGISTO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO JÚRI

Assinale, para cada categoria, o nível que corresponde ao desempenho observado.

☐ Um desempenho inferior ao nível mais baixo descrito numa dada categoria é classificado com zero pontos, devendo ser assinalado na coluna correspondente .

Categorias		Âmb (25				Correcção (15%)			Fluência (10%)				volvime Coerên				Interacção (25%)		Total 100%	Moda		
Pontos	50	30	10	0	30	20	10	0	20	12	4	0	50	30	10	0	50	30	10	0	200	Nível
Examinando																						
	N3	N2	N1		N3	N2	N1		N3	N2	N1		N3	N2	N1		N3	N2	N1			
	N3	N2	N1		N3	N2	N1		N3	N2	N1		N3	N2	N1		N3	N2	N1			
	N3	N2	N1		N3	N2	N1		N3	N2	N1		N3	N2	N1		N3	N2	N1			
	N3	N2	N1		N3	N2	N1		N3	N2	N1		N3	N2	N1		N3	N2	N1			
	N3	N2	N1		N3	N2	N1		N3	N2	N1		N3	N2	N1		N3	N2	N1			
	N3	N2	N1		N3	N2	N1		N3	N2	N1		N3	N2	N1		N3	N2	N1			
	N3	N2	N1		N3	N2	N1		N3	N2	N1		N3	N2	N1		N3	N2	N1			
	N3	N2	N1		N3	N2	N1		N3	N2	N1		N3	N2	N1		N3	N2	N1			
	N3	N2	N1		N3	N2	N1		N3	N2	N1		N3	N2	N1		N3	N2	N1			
	N3	N2	N1		N3	N2	N1		N3	N2	N1		N3	N2	N1		N3	N2	N1			





Proposta para Provas Experimentais de Expressão Oral - 2007-2008

Alemão/Espanhol, 11.º ano, 2 anos de aprendizagem (Nível de Iniciação)

GRELHA PARA REGISTO DA APRECIAÇÃO HOLÍSTICA DO INTERLOCUTOR

- Assinale o nível que corresponde ao desempenho observado.
- Um desempenho inferior ao nível mais baixo deve ser assinalado com 0 na coluna em branco.

Examinando		Nível		
	N3	N2	N1	
	N3	N2	N1	
	N3	N2	N1	
	N3	N2	N1	
	N3	N2	N1	
	N3	N2	N1	
	N3	N2	N1	
	N3	N2	N1	
	N3	N2	N1	
	N3	N2	N1	
	N3	N2	N1	
	N3	N2	N1	
	N3	N2	N1	
	N3	N2	N1	
	N3	N2	N1	

ANEXO E

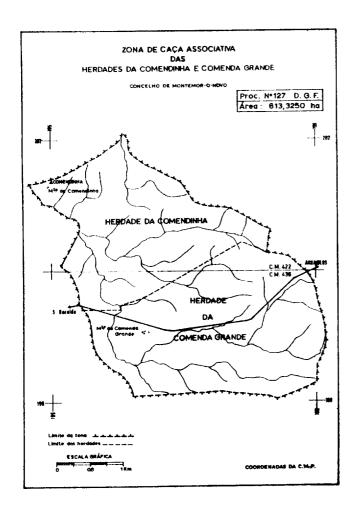
fica obrigada a cumprir e fazer cumprir o plano de ordenamento e exploração cinegético aprovado pela Direcção-Geral das Florestas, nomeadamente no respeitante aos limites anuais de cada uma das espécies, períodos, processos e meios de caça respectivos.

- 5.º A entidade concessionária fica obrigada a fazer cumprir as disposições legais e regulamentares da legislação da caça e as regras do plano de ordenamento e exploração, respondendo pelo cumprimento dessas normas sem prejuízo da responsabilidade pessoal dos infractores.
- 6.º A linha perimetral desta zona de caça é obrigatoriamente sinalizada com tabuletas do modelo 3 definido na Portaria n.º 697/88, de 17 de Outubro, sendo aplicável, em conjunto, o disposto na citada portaria e na Portaria n.º 569/89, de 22 de Julho.
- 7.º As propriedades que integram esta zona de caça, nos termos do disposto no artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 274-A/88, para efeitos de polícia e fiscalizaão da caça, ficam submetidas ao regime florestal, obrigando-se a concessionária a manter um guarda florestal auxiliar dotado de meio de transporte.
- 8.º Esta concessão é renovável nos termos do disposto no artigo 73.º do Decreto-Lei n.º 274-A/88.

Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação.

Assinada em 9 de Agosto de 1989.

Pelo Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação, Arlindo Marques Cunha, Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação.



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

Portaria n.º 742/89

de 29 de Agosto

A Lei n.º 16/89, de 30 de Junho, disciplina a protecção jurídica das topografias dos produtos semicondutores, de harmonia com o estabelecido na Directiva do Conselho das Comunidades Europeias n.º 87/54/CEE, de 16 de Dezembro de 1986.

Considerando, de acordo com o artigo 20.º da referida lei, a necessidade de fixar taxas devidas pelos diversos actos previstos no mesmo diploma:

Manda o Governo, pelo Ministro da Indústria e Energia, o seguinte:

Pelos diversos actos previstos na Lei n.º 16/89, de 30 de Junho, são devidas as taxas fixadas na tabela n.º 6 anexa ao Código da Propriedade Industrial e ainda as seguintes:

Depósito de topografias de semicondutores:

Pedido — 2700\$; Registo — 5000\$.

Ministério da Indústria e Energia.

Assinada em 14 de Agosto de 1989.

O Ministro da Indústria e Energia, Luís Fernando Mira Amaral.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Decreto-Lei n.º 286/89 de 29 de Agosto

A Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, estabelece o quadro de referência da reforma do sistema educativo, decorrendo a definição dos planos curriculares dos ensinos básico e secundário, prevista no artigo 59.º da mesma lei, dos objectivos educacionais nela consignados.

Tomando em consideração o conjunto das propostas apresentadas pela Comissão de Reforma do Sistema Educativo e o contributo resultante do debate nacional que suscitaram, bem como o parecer que sobre elas produziu o Conselho Nacional de Educação, pelo presente diploma, o Governo procede à definição dos planos curriculares dos ensinos básico e secundário.

A estrutura curricular agora aprovada procura responder ao complexo de exigências que, tanto no plano nacional como no plano internacional, se colocam ao nosso sistema educativo: a construção de um projecto de sociedade que, preservando a identidade nacional, assuma o desafio da modernização resultante da integração de Portugal na Comunidade Europeia.

Neste sentido se decidem as opções que fundamentam a organização curricular dos ensinos básico e secundário: valoriza-se o ensino da língua portuguesa, como matriz de identidade e como suporte de aquisições múltiplas; é criada uma área de formação pessoal e social; procura-se imprimir ao currículo uma perspectiva interdisciplinar; define-se o conceito de avaliação numa óptica

Assim:

formativa e favorecedora da confiança própria e reforçam-se as estruturas de apoio educativo com a intenção de equilibrar a diversidade de ritmos e capacidades; incentiva-se a iniciativa local mediante a disponibilização de margens de autonomia curricular na elaboração de projectos multidisciplinares e no estabelecimento de parcerias escola-instituições comunitárias.

Finalmente, organizam-se as várias componentes curriculares nas suas dimensões humanística, artística, científica, tecnológica, física e desportiva, visando a formação integral do educando e a sua capacitação tanto para a vida activa quanto para a prossecução dos estudos.

No desenvolvimento do regime jurídico estabelecido pela alínea e) do artigo 59.º da Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, e nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

CAPÍTULO I

Princípios gerais

Artigo 1.º

Âmbito

O presente diploma estabelece os princípios gerais que ordenam a reestruturação curricular prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 59.º da Lei de Bases do Sistema Educativo.

Artigo 2.º

Conceitos gerais

- 1 Para efeitos de enquadramento temporal do funcionamento dos ensinos básico e secundário, o conceito de ano escolar corresponde ao período compreendido entre os dias 1 de Setembro de cada ano e 31 de Agosto do ano seguinte, enquanto que o conceito de ano lectivo corresponde a um mínimo de 180 dias efectivos de actividades escolares.
- 2 O ano lectivo organiza-se na base de um horário semanal distribuído equilibradamente pelos períodos da manhã e da tarde.
- 3 O Ministro da Educação estabelecerá em despacho o programa de cumprimento progressivo do disposto nos números anteriores.

Artigo 3.º

Educação pré-escolar

- 1 Deverá ser garantida a possibilidade a todos os pais que o requererem de inscrever os seus filhos num programa de educação pré-escolar, em instituições públicas ou privadas, pelo menos no ano anterior ao 1.º ano de escolaridade, com vista a promover o sucesso na educação escolar.
- 2 Por iniciativa do Ministro da Educação será publicado em diploma apropriado um plano de expansão da oferta da educação pré-escolar, estabelecendo os prazos do cumprimento do estabelecido no número anterior, as condições da sua concretização, o âmbito de responsabilidade dos vários intervenientes, bem como os normativos gerais de carácter técnico-pedagógico.

CAPÍTULO II

Organização curricular

Artigo 4.º

Planos curriculares

- 1 São aprovados os planos curriculares dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, que constam, respectivamente, dos mapas n.ºs 1, 2 e 3 anexos ao presente diploma.
- 2 É aprovado o plano curricular do ensino secundário, que consta dos mapas n.ºs 4, 5, 6 e 7 anexos ao presente diploma.

Artigo 5.º

Línguas estrangeiras

- 1 No 1.º ciclo do ensino básico podem as escolas, de acordo com os recursos disponíveis, proporcionar a iniciação de uma língua estrangeira, na sua realização oral e num contexto lúdico.
- 2 No 2.º ciclo do ensino básico inicia-se a aprendizagem de uma língua estrangeira curricular.
- 3 No 3.º ciclo do ensino básico, todas as escolas proporcionarão aos alunos a oportunidade da iniciação a uma segunda língua estrangeira curricular.
- 4 No ensino secundário, é obrigatória a inscrição numa segunda língua estrangeira curricular quando, no ensino básico, tiver sido estudada apenas uma única língua estrangeira curricular.

Artigo 6.º

Área Escola

- 1 Os planos curriculares dos ensinos básico e secundário compreendem uma área curricular não disciplinar com a duração anual de 95 a 110 horas, competindo à escola ou à área escolar decidir a respectiva distribuição, conteúdo e coordenação.
- 2 São objectivos da área curricular não disciplinar a concretização dos saberes através de actividades e projectos multidisciplinares, a articulação entre a escola e o meio e a formação pessoal e social dos alunos.
- 3 Numa primeira fase, a área referida no número anterior será organizada de acordo com a redução correspondente de horas lectivas das disciplinas envolvidas em cada projecto.
- 4 Numa segunda fase e na medida do possível, a área curricular não disciplinar passará a dispor de créditos horários próprios, para além das horas lectivas das várias disciplinas.
- 5 O Ministro da Educação estabelecerá em despacho o plano de concretização desta área, o qual incluirá a determinação de responsabilidades e iniciativa, bem como sugestões de metodologias e actividades.

Artigo 7.º

Formação pessoal e social

1 — Todas as componentes curriculares dos ensinos básico e secundário devem contribuir de forma sistemática para a formação pessoal e social dos educandos, favorecendo, de acordo com as várias fases de desenvolvimento, a aquisição do espírito crítico e a interiorização de valores espirituais, estéticos, morais e cívicos.

- 2 Sem prejuízo do disposto no n.º 4 do presente artigo, é criada, para todos os alunos dos ensinos básico e secundário, a disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social, onde se concretizam de modo especial as matérias enunciadas no n.º 2 do artigo 47.º da Lei de Bases do Sistema Educativo.
- 3 No 3.º ciclo do ensino básico, a área Escola inclui obrigatoriamente um programa de educação cívica para a participação nas instituições democráticas, cujos conteúdos, depois de submetidos ao parecer do Conselho Nacional de Educação, serão aprovados por despacho do Ministro da Educação, devendo a avaliação do aluno nesta matéria ser considerada para a atribuição do diploma da escolaridade básica.
- 4 Em alternativa à disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social, os alunos poderão optar pela disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica ou de outras confissões.
- 5 É obrigatória a frequência de uma das disciplinas referidas no número anterior.
- 6 O Ministro da Educação estabelecerá, em despacho, o conjunto de conteúdos programáticos referentes à disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social, bem como o modelo de formação dos docentes encarregados da sua leccionação.
- 7 A disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social será proporcionada pelas escolas à medida que o sistema dispuser de docentes para tal habilitados.

Artigo 8.º

Actividades de complemento curricular

- 1 Para além das actividades curriculares, os estabelecimentos de ensino organizarão actividades de complemento curricular, de carácter facultativo e natureza eminentemente lúdica e cultural, visando a utilização criativa e formativa dos tempos livres dos educandos.
- 2 Entre as actividades mencionadas no número anterior integra-se o desporto escolar, o qual deve ser tornado gradualmente acessível a todos os alunos dos vários ciclos de ensino.

Artigo 9.º

Formações transdisciplinares

- 1 Constituem formações transdisciplinares a formação pessoal e social, nos termos constantes do artigo 7.°, a valorização da dimensão humana do trabalho e o domínio da língua materna.
- 2 A valorização da dimensão humana do trabalho constitui um objectivo dos ensinos básico e secundário que deve ser progressivamente concretizado através de todas as componentes curriculares, de acordo com o desenvolvimento e o nível etário dos alunos, levando-os à identificação dos seus interesses e aptidões e ao desenvolvimento de competências gerais de empregabilidade.
- 3 Todas as componentes curriculares dos ensinos básico e secundário intervêm no ensino-aprendizagem da língua materna, devendo contribuir para o desenvolvimento das capacidades do aluno ao nível da compreensão e produção de enunciados orais e escritos em português.

Artigo 10.º

Avaliação

- 1— O regime de avaliação dos alunos é organizado de forma a garantir o controlo da qualidade do ensino.
- 2 O regime de avaliação dos alunos deve estimular o sucesso educativo de todos os alunos, favorecer a confiança própria e contemplar os vários ritmos de desenvolvimento e progressão.
- 3 O sistema de avaliação dos ensinos básico e secundário será regulamentado em despacho do Ministro da Educação.

CAPÍTULO III

Apoios e recursos educativos

Artigo 11.º

Apolo psicológico e orientação escolar e profissional

O acompanhamento do aluno, individual ou em grupo, ao longo do processo educativo, bem como o apoio no processo de escolha do seu projecto de vida, é garantido pelos serviços de psicologia e orientação escolar.

Artigo 12.°

Recursos educativos

- 1 Para a realização da reforma curricular, as escolas devem dispor dos recursos educativos necessários, nomeadamente materiais de apoio escrito e audiovisual, bibliotecas, laboratórios, oficinas e meios informáticos, bem como de espaços e materiais para as actividades lúdicas, incluindo o desporto escolar.
- 2 Os recursos educativos mencionados no número anterior devem estar distribuídos de tal forma que todos os alunos a eles tenham acesso periódico.
- 3 Os recursos educativos concentram-se em centros de recursos, de forma a racionalizar a sua utilização pelas escolas.
- 4 O Ministro da Educação promoverá a publicação dos normativos que definam o processo de distribuição dos recursos educativos, os padrões mínimos de qualidade e quantidade, os prazos e os programas de aquisição.

CAPÍTULO IV

Organização dos grupos de docência

Artigo 13.º

Reestruturação dos grupos de docência

- 1 Em acordo com os princípios definidos na Lei de Bases do Sistema Educativo e com as necessidades decorrentes dos novos planos curriculares, o Ministro da Educação definirá por despacho os grupos e respectivas qualificações para a docência nos ensinos básico e secundário.
- 2 Os cursos específicos de formação inicial de professores dos ensinos básico e secundário devem ser organizados de acordo com as qualificações definidas

para a docência nos termos do número anterior e em conformidade com o artigo 31.º da Lei de Bases do Sistema Educativo.

- 3 O regime de transição para os novos quadros de docência constará de disposições regulamentares a publicar pelo Ministro da Educação.
- 4 Embora não podendo os professores em exercício ser afectados nos direitos adquiridos, as novas necessidades do sistema determinam a sua participação em acções de formação contínua que visem não só o complemento, aprofundamento e actualização de conhecimentos e de competências profissionais, como também operações de mobilidade e de reconversão profissional.

CAPÍTULO V

Aplicação experimental dos planos curriculares

Artigo 14.º

Desenvolvimento da experiência

- 1 A aplicação dos planos curriculares referidos no artigo anterior é feita em regime de experiência pedagógica, cujo processo de desenvolvimento obedecerá aos limites temporais e demais condições organizativas a estabelecer em portaria do Ministro da Educação.
 - 2 A experiência referida no número anterior:
 - a) Iniciar-se-á pelo 1.º ano do 1.º ciclo do ensino básico, no ano lectivo de 1989-1990, e desenvolver-se-á, gradativamente, pelos anos seguintes, de acordo com programação que procurará compatibilizar as exigências pedagógicas com a disponibilidade de recursos, no sentido da sua eficácia educativa;
 - b) Desenvolver-se-á de acordo com uma rede escolar de amostragem, a qual se fundamentará em critérios que traduzam a realidade escolar existente e abrangerá estabelecimentos do ensino oficial e do ensino particular e cooperativo, no continente e nas regiões autónomas, mesmo que não dependentes do Ministério da Educação.
- 3 Para efeitos de execução e aplicação experimental dos planos curriculares a que se refere o presente

diploma, serão aprovados, por despacho do Ministro da Educação, os respectivos conteúdos programáticos, os quais vigorarão pelo período em que decorrer a experiência.

4 — Para o acompanhamento da experiência, poderá o Ministro da Educação criar por portaria um conselho de acompanhamento da reforma curricular, constituído por representantes dos vários parceiros sociais e profissionais com interesse na qualidade e conteúdo dos currículos.

CAPÍTULO VI

Disposições finais

Artigo 15.º

Encargos

Os encargos resultantes da execução do presente diploma serão suportados por verbas inscritas ou a inscrever no orçamento do Instituto de Inovação Educacional expressamente destinadas ao desenvolvimento da reforma educativa.

Artigo 16.º

O disposto no n.º 5 do artigo 7.º é aplicável à medida que se efective o preceituado no n.º 7 da mesma disposição legal.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 1 de Junho de 1989. — Aníbal António Cavaco Silva — Miguel José Ribeiro Cadilhe — Roberto Artur da Luz Carneiro.

Promulgado em 5 de Agosto de 1989.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 9 de Agosto de 1989.

Pelo Primeiro-Ministro, *Eurico Silva Teixeira de Melo*, Vice-Primeiro-Ministro.

MAPA N.º 1

Plano curricular do 1.º ciclo do ensino básico (a)

Expressão e Educação:

Físico-Motora. Musical. Dramática. Plástica.

Estudo do Meio. Língua Portuguesa.

Matemática.

Matematica.

Desenvolvimento Pessoal e Social ou Educação Moral e Religiosa Católica (ou de outras confissões). Área — Escola (b).

Actividades de complemento curricular (c).



⁽a) A carga curricular mínima semanal deste ciclo é de 25 horas.

⁽b) A organizar e gerir pelas escolas ou área escolar, nos termos do artigo 6.º

⁽c) Actividades facultativas nos termos do artigo 8.º

MAPA N.º 2

Plano curricular do 2.º ciclo do ensino básico

		Horário	semanal
Areas pluridisciplinares	Disciplinas	5.º ano	6.º ano
Línguas e Estudos Sociais (doze horas)	Língua Portuguesa História e Geografia de Portugal Língua Estrangeira	5 3 4	5 3 4
Ciências Exactas e da Natureza (sete horas)	Matemática Ciências da Natureza	4 3	4 3
Educação Artística e Tecnológica (oito horas)	Educação Visual e Tecnológica (a) Educação Musical	5 (b) 3 (2)	5 (b) 3 (2)
Educação Física	Educação Física	3	3
Formação Pessoal e Social	Desenvolvimento Pessoal e Social ou Educação Moral e Religiosa Católica (ou de outras confissões).	i	1

Área — Escola (c). Actividades de complemento curricular (d).

(a) Turmas desdobradas.
(b) De acordo com os recursos humanos e infra-estruturas das escolas.
(c) A organizar e gerir pelas escolas, nos termos do artigo 6.°
(d) Actividades facultativas, nos termos do artigo 8.°

MAPA N.º 3 Plano curricular do 3.º ciclo do ensino básico

		Horário semanal	,
Disciplinas ou áreas	7.° ano	8.º ano	9.º ano
Língua Portuguesa	4 3	4 3	4 3
História	3 3	3 -	3 4
Matemática	4	4	4
Físico-Químicas	- 4	4 3	3 -
Educação Visual	3 (b) 3 (2) 1	3 (b) 3 (2)	3 (b) 3 (2) 1
Língua Estrangeira II	(b) 3 (2) 3	(b) 3 (2) 3	(b) 3 (2) 3

Área — Escola (d).

Actividades de complemento curricular (e).

(a) Continuação da Língua Estrangeira iniciada no 2.º ciclo.
(b) De acordo com as infra-estruturas das escolas.
(c) A organizar de acordo com os recursos das escolas, excepto Língua Estrangeira II, que será de oferta obrigatória.
(d) A organizar e gerir pelas escolas, nos termos do artigo 6.º
(e) Actividades facultativas, nos termos do artigo 8.º

MAPA N.º 4 Estrutura global do ensino secundário (distribuição horária)

	Cursos p	redominantemente	orientados	Cursos predominantemente orientados				
	para o	prosseguimento de	estudos	para o ingresso na vida activa				
	10.° ало	11.º ano	12.° ano	10.° ano	11.º ano	12.° ano		
Formação geral . Formação específica . Formação técnica .	12/13	12/13	7/6	12/13	12/13	7/6		
	12/13	12/13	15/18	12/13	(a) 8	(a) 6		
	6	6	6	10	10	18		

Área — Escola (b).

Actividades de complemento curricular (c).

MAPA N.º 5 Componente de formação geral

Disciplinas		Horário semanal			
Disciplinas	10.° ano	11.º ano	12.° ano		
Português (a) Introdução à Filosofia Língua Estrangeira I ou II Educação Física Desenvolvimento Pessoal e Social ou Educação Moral e Religiosa Católica (ou de outras confissões)	3 3 3 (b) 3 (2)	3 3 3 (b) 3 (2)	3 - (b) 3 (2)		

⁽a) Nesta disciplina deve atender-se ao disposto no n.º 3 do artigo 10.º da Lei de Bases do Sistema Educativo.

(b) De acordo com as possibilidades da escola.

MAPA N.º 6 Componente de formação específica

	Horário semanal		
Disciplinas (a)	10.° ano (b)	11.° ano (b)	12.° ano (c)
Matemática	4	1	4
rnosona		7	1 4
Métodos Quantitativos	(d) 3	(a) $\frac{1}{3}$	(3)
Introdução aos Computadores e à Informática	(4) 3	(4) 3	(d) 3
Cicilcias Fisico-Ourmicas	4	1 7	4
I Isica	4	4	
Quinica	-	-	5
Ciencias da Terra e da Vida	_	-	5
Geologia	4	4	-
Biologia	-	-	5
História	_	_	5
Geografia	4	4	4
	4	4	_
Introdução à Economia	4	4	_
ntrodução ao Desenvolvimento Económico e Social	_	_	4
Sociologia	_	_	1 3
Psicologia	_	i _	1
ntrodução ao Direito	-	_	3
aum	4	1 4] 3
Jrego	7	1 7	4
ingua Estiangera i ou ii (cont.)	4	4	4
ingua Estrangena (mvel micial du de cont.) (p)	7		3
Estudos Literários	4	4	4
distoria da Arie	3	3	3
Desenho e Geometria Descritiva (Arquitectura)	4	4	4
Desenho e Geometria Descritiva (Engenharia)	4	4	4
eoria do Design	- 1	-	3
eoria do Design	- i	_	3
ormação Musical (f)	3	3	3
Ormação Musical (f)	3	3	ž
Análise e Técnica de Composição (f)	3	' ā	ž
and thusica ()	3	ž	3
Acústica Musical (f)	-	-	3

⁽a) A lista de disciplinas e a sua ordem têm carácter indicativo dentro dos parâmetros estabelecidos no n.º 5 do artigo 47.º da Lei de Bases do Sistema Educativo. (b) Três disciplinas à escolha (quatro no ensino vocacional da música).

⁽a) Número normal de horas, podendo ser reforçado ou reduzido de acordo com o horário lectivo das disciplinas escolhidas ou com o número destas, no caso de disciplinas vocacionais — (b) A organizar e gerir pelas escolas, nos termos do artigo 6.°
(c) Actividades facultativas, nos termos do artigo 8.°

(d) Disciplina de um ano de frequência obrigatória num dos anos, excepto para os alunos com Matemática no seu currículo.
(e) De frequência obrigatória, quando no ensino básico tiver sido estudada apenas uma língua estrangeira.
(f) A frequência destas disciplinas exige a frequência da disciplina opcional de Educação Musical no 3.º ciclo do ensino básico ou a realização de estudos e práticas devidamente certificadas.

MAPA N.º 7

Componente de formação técnica (a)

Cursos (>1000 horas totais):

Aplicação de Informática. Artes Gráficas. Burótica. Contabilidade. Design Industrial. Documentalismo. Electricidade Industrial. Electromecânica. Electrónica.

Mecânica. Relações Públicas. Secretariado. Técnicas de Agro-Pecuária. Técnicas Comerciais. Técnicas de Laboratáorio. Técnicas de Fabricação Têxtil. Técnicas de Cerâmica e Vidro. Tradução e Interpretação.

Disciplinas individuais:

Dactilografia e Processamento de Texto. Desenho Técnico. Electrónica.

Informática. Língua: Francês, Inglês, Alemão (sentido técnico e comercial). Noções de Comércio.

(a) A formação técnica poderá consistir (i) na frequência de um curso estruturado num domínio específico de actividade ou (ii) na frequência de disciplinas de indole técnica em domínios restritos de actividade. Em qualquer caso, a formação ministrada deverá visar essencialmente a obtenção de valências e capacidades que permitam a futura inserção num conjunto alargado de sectores e actividades profissionais.

A lista de cursos e disciplinas apresentada neste quadro tem um carácter indicativo (v. n.º 5 do artigo 47.º da LBSE) e deve ser entendida como uma base sobre a qual as escolas deverão trabalhar a fim de prepararem as suas propostas de formação técnica a incluir nos currículos.

Portaria n.º 743/89 de 29 de Agosto

Tendo em conta a proposta elaborada pelo órgão científico-pedagógico do Instituto Superior de Administração e Gestão — ISAG e sujeita a apreciação pelo Ministério da Educação:

Manda o Governo, pelo Ministro da Educação, ao abrigo e nos termos do artigo 26.°, n.º 3, do Decreto--Lei n.º 271/89, de 19 de Agosto, o seguinte:

Único. É alterado, nos termos do anexo à presente portaria, o plano de estudos do curso superior de Gestão leccionado no Instituto Superior de Administração e Gestão, anexo ao Decreto-Lei n.º 375/87, de 11 de Dezembro.

Ministério da Educação.

Assinada em 9 de Agosto de 1989.

O Ministro da Educação, Roberto Artur da Luz Carneiro.

ANEXO

Instituto Superior de Administração e Gestão (ISAG)

Curso superior de Gestão

		Escolaridade em horas semanais			
Nome da disciplina	Tipo	Aulas teóricas	Aulas práticas	Aulas teórico- -práticas	
1.° semestre:					
Análise Matemática				4	
				• • • •	
			:::	1 :::	

		Escolaridade em horas semanais		
Nome da disciplina	Tipo	Aulas teóricas	Aulas práticas	Aulas teórico- -práticas
2.° semestre:				
Álgebra Linear				4

Despacho Normativo n.º 80/89

Ouvida a comissão instituída pelo Despacho n.º 31/ME/89, de 8 de Março, e atendendo à especificidade da estrutura da Universidade do Minho, ressalvada nas normas estatutárias, homologo, nos termos do disposto no artigo 3.º da Lei n.º 108/88, de 24 de Setembro, os Estatutos da Universidade do Minho, que são publicados em anexo ao presente despacho.

Ministério da Educação, 7 de Agosto de 1989. — O Ministro da Educação, Roberto Artur da Luz Carneiro.

ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE DO MINHO

Preâmbulo

- A Universidade do Minho, criada pelo Decreto-Lei n.º 402/73, de 11 de Agosto, manteve-se em regime de instalação até 31 de Dezembro de 1981.

Para a prossecução dos seus objectivos, a Universidade adoptou um modelo de organização designado por grupos de projecto, cuja malha básica constitui um sistema matricial que envolve projectos (de ensino, de investigação e de serviços) e unidades de recursos. A correspondente estrutura orgânica foi materializada no Regulamento Interno Provisório, homologado por despacho do Secretário de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica de 10 de Fevereiro de 1976.

ANEXO F

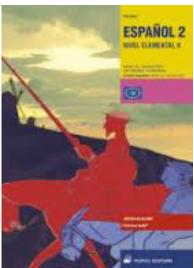
Níveis Comuns de Referência

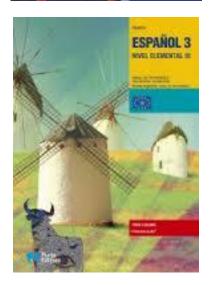
Utilizador proficiente	C2	É capaz de compreender, sem esforço, praticamente tudo o que ouve ou lê. É capaz de resumir as informações recolhidas em diversas fontes orais e escritas, reconstruindo argumentos e factos de um modo coerente. É capaz de se exprimir espontaneamente, de modo fluente e com exactidão, sendo capaz de distinguir finas variações de significado em situações complexas.
	C1	É capaz de compreender um vasto número de textos longos e exigentes, reconhecendo os seus significados implícitos. É capaz de se exprimir de forma fluente e espontânea sem precisar de procurar muito as palavras. É capaz de usar a língua de modo flexível e eficaz para fins sociais, académicos e profissionais. Pode exprimir-se sobre temas complexos, de forma clara e bem estruturada, manifestando o domínio de mecanismos de organização, de articulação e de coesão do discurso.
Utilizador independente	B2	É capaz de compreender as ideias principais em textos complexos sobre assuntos concretos e abstractos, incluindo discussões técnicas na sua área de especialidade. É capaz de comunicar com um certo grau de espontaneidade e de à-vontade com falantes nativos, sem que haja tensão de parte a parte. É capaz de exprimir-se de modo claro e pormenorizado sobre uma grande variedade de temas e explicar um ponto de vista sobre um tema da actualidade, expondo as vantagens e os inconvenientes de várias possibilidades.
	B1	É capaz de compreender as questões principais, quando é usada uma linguagem clara e estandardizada e os assuntos lhe são familiares (temas abordados no trabalho, na escola e nos momentos de lazer, etc.) É capaz de lidar com a maioria das situações encontradas na região onde se fala a língua-alvo. É capaz de produzir um discurso simples e coerente sobre assuntos que lhe são familiares ou de interesse pessoal. Pode descrever experiências e eventos, sonhos, esperanças e ambições, bem como expor brevemente razões e justificações para uma opinião ou um projecto.
Utilizador elementar	A2	É capaz de compreender frases isoladas e expressões frequentes relacionadas com áreas de prioridade imediata (p. ex.: informações pessoais e familiares simples, compras, meio circundante). É capaz de comunicar em tarefas simples e em rotinas que exigem apenas uma troca de informação simples e directa sobre assuntos que lhe são familiares e habituais. Pode descrever de modo simples a sua formação, o meio circundante e, ainda, referir assuntos relacionados com necessidades imediatas.
	A1	É capaz de compreender e usar expressões familiares e quotidianas, assim como enunciados muito simples, que visam satisfazer necessidades concretas. Pode apresentar-se e apresentar outros e é capaz de fazer perguntas e dar respostas sobre aspectos pessoais como, por exemplo, o local onde vive, as pessoas que conhece e as coisas que tem. Pode comunicar de modo simples, se o interlocutor falar lenta e distintamente e se mostrar cooperante.

ANEXO G

Manuais adotados para o 3.º CEB Espanhol







ANEXO H



GRELHA DE OBSERVAÇÃO DE AULAS

Identificação dos intervenient	tes:		
Docente observado:	Ob	servadores:	
<u> </u>			
Aula Obaccida:			
Aula Observada:			21. 1
Disciplina:	Data:	Ano/Turma:	Bloco de tempo observado:
Sumário:			
A. Competências	s para lecionar		Observações/Evidências
A.1. Conhecimentos científico	-		
[Evidencia o conhecimento das ma	ntérias		
Explica com clareza as áreas do se	eu domínio científico		
Apresenta informação (científica) p	recisa e atualizada		
	desenvolvimento cognitivo, afetivo e		
	ensamento, tendências e práticas ino		
	em pela Motivação e Respons	abilização dos alunos	
[Apoia os alunos na aquisição de r	novas competências		
Motiva os alunos para a melhoria			
	esenvolvimento e aprofundamento de		
aprendizagem	as de rotina para comprometer os alu	nos em varias experiencias de	
Promove a autoestima do aluno, c	om reforco positivo		
	on relorço positivo Ito e utilização de formas de avaliar d	riticamente a informação 1	
	le e capacidade de adaptação)		
	face a diferentes modos de aprendiza		
	nsidera as necessidades individuais o		
aprendizagem e as competências		,	
Conhece os processos relacionado	os com a educação especial e provid	encia as experiências	
adequadas para o sucesso do alur	no (quando aplicável e tendo formaçã	io)	
	e os trabalhos propostos aos alunos		
	adequados para aperfeiçoar a apren	dizagem dos alunos]	
A.4. Identificação e vivência o			
	rojeto educativo e usa a metodologia		
	ropostos no projeto educativo da esc ção e divulgação do projeto educat.		
comunidade escolar]	ção e divulgação do projeto educati	vo da escola defilio e fora da	
A.5. Comunicação			
	ão da vertente escrita da língua portu	iquesa	
	io da vertente oral da lingua portugue		
Promove, no âmbito, da sua área d			
Promove competências eficazes d	e comunicação		
	ão da vertente oral e escrita da língua	estrangeira (quando aplicável	
especificamente para docentes c	le língua estrangeira)]		
A.6. Planeamento			
[Desenvolve, com os alunos, expe			
	orma a cumprir os objetivos propostos		
Planifica adequadamente os temas	lanificações das aulas diárias e as pl	ariincações de longo prazo	
Planifica adequadamente as aulas			
,	ptar às necessidades dos alunos, tor	nando os tónicos mais	
relevantes para a vida e experiênc		nariao os topicos mais	
Acompanha a planificação do seu			
	atualização de conhecimento	8	
[Utiliza, apropriadamente as tecnol	logias da informação e da comunicaç	ão para melhorar o	
ensino/aprendizagem;			
	utilização destas novas tecnologias d		
	riências de aprendizagem relacionan	do-as com os contextos	
educacionais			
Explora formas de aceder e utilizar			
Participa em ações de formação por A.8. Avaliação	opostas pera escolaj		
	com os objetivos de aprendizagem		
	oom oo objenvoo de aprendizageni	em que corrige	
	anosticar dificuldades de anrendizad		
	ngnosticar dificuldades de aprendizag	om que comge	
Utiliza o trabalho do aluno para dia adequadamente	gnosticar dificuldades de aprendizag entos e as estratégias de avaliação,		
Utiliza o trabalho do aluno para dia adequadamente			
Utiliza o trabalho do aluno para dia adequadamente Aplica adequadamente os instrum prazo Utiliza uma variedade de técnicas	entos e as estratégias de avaliação, i de avaliação	anto a curto como a longo	
Utiliza o trabalho do aluno para dia adequadamente Aplica adequadamente os instrum prazo Utiliza uma variedade de técnicas Utiliza a comunicação continua pa	entos e as estratégias de avaliação,	anto a curto como a longo	
Utiliza o trabalho do aluno para dia adequadamente Aplica adequadamente os instrume prazo Utiliza uma variedade de técnicas Utiliza a comunicação continua pa demonstrar o progresso do aluno	entos e as estratégias de avaliação, de avaliação ra manter tanto os alunos como os p	anto a curto como a longo	
Utiliza o trabalho do aluno para dia adequadamente Aplica adequadamente os instrumo prazo Utiliza uma variedade de técnicas Utiliza a comunicação contínua pademonstrar o progresso do aluno Modifica os processos de avaliaçã	entos e as estratégias de avaliação, de avaliação ra manter tanto os alunos como os p o para assegurar que as necessidad	anto a curto como a longo	
Utiliza o trabalho do aluno para dia adequadamente Aplica adequadamente os instrumo prazo Utiliza uma variedade de técnicas Utiliza a comunicação contínua pa demonstrar o progresso do aluno Modifica os processos de avaliaçã exceções de aprendizagem são co	entos e as estratégias de avaliação, de avaliação ra manter tanto os alunos como os p o para assegurar que as necessidad orrespondidas.	anto a curto como a longo ais informados e para as dos alunos especiais ou as	
Utiliza o trabalho do aluno para dia adequadamente Aplica adequadamente os instrumo prazo Utiliza uma variedade de técnicas Utiliza a comunicação contínua pa demonstrar o progresso do aluno Modifica os processos de avaliaçã exceções de aprendizagem são co Integra a autoavaliação como estra	entos e as estratégias de avaliação, de avaliação ra manter tanto os alunos como os p o para assegurar que as necessidad	anto a curto como a longo ais informados e para es dos alunos especiais ou as to aluno	

Observações (Comentários, pontos fortes/fracos, sugestões de melhoria)

Data:

Assinatura dos Observadores:

Tomei conhecimento,
Assinatura do docente observado:

IMP.DA.004-02 1/1

ANEXO I



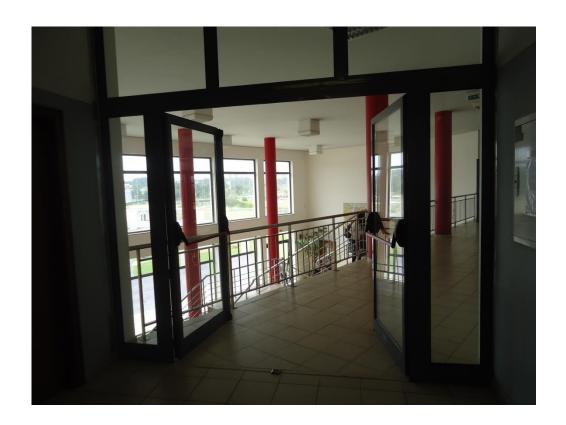




















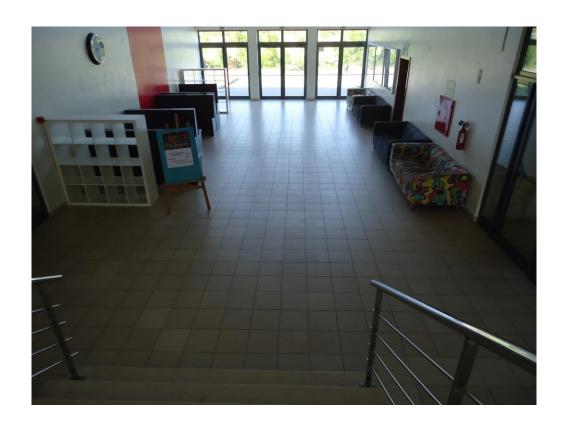


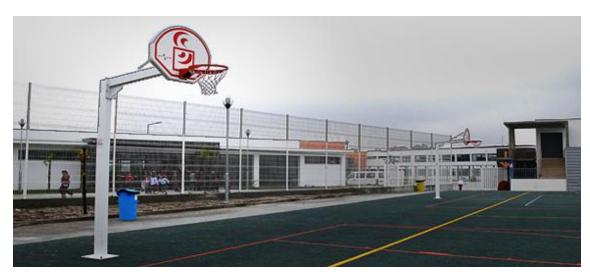




















ANEXO J

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO CONTÍNUA - Espanhol - 3.ºCiclo - 9. B - 3.ºPeríodo

			Testes Escrito	os	Orali	dade	Observação Direta						
Número do Aluno(a)	ALUNOS	Teste Escrito	Teste Escrito	Peso 80%	Oralidade	Peso 10%	Observação Direta	Peso 10%	Qualitativa	Classificação Parcial	Classificação Final	Arredondamento	Observações
1		40,05	37,28	30,93	40,00	4,00	40,00	4,00	Não Satisfaz	38,93	44,94	50	Satisfaz
2		65,75	57,60	49,34	77,00	7,70	35,00	3,50	Não Satisfaz	60,54	63,65	64	Satisfaz
3		48,90	47,78	38,67	40,00	4,00	55,00	5,50	Satisfaz	48,17	55,02	55	Satisfaz
4		72,35	70,35	57,08	85,00	8,50	55,00	5,50	Satisfaz	71,08	70,85	71	Bom
5		73,90	78,10	60,80	90,00	9,00	90,00	9,00	Muito Bom	78,80	80,09	80	Bom
6		85,20	85,20	68,16	88,00	8,80	90,00	9,00	Muito Bom	85,96	82,65	83	Bom
7		59,20	44,60	41,52	80,00	8,00	20,00	2,00	Não Satisfaz	51,52	58,76	59	Satisfaz
8		71,45	75,88	58,93	75,00	7,50	55,00	5,50	Satisfaz	71,93	73,70	74	Bom
9		56,35	69,65	50,40	60,00	6,00	90,00	9,00	Muito Bom	65,40	67,59	68	Satisfaz
10		52,35	49,55	40,76	58,00	5,80	70,00	7,00	Bom	53,56	53,71	54	Satisfaz
11		65,20	66,95	52,86	60,00	6,00	75,00	7,50	Bom	66,36	63,54	64	Satisfaz
12		59,40	39,75	39,66	65,00	6,50	30,00	3,00	Não Satisfaz	49,16	57,86	58	Satisfaz
13		67,55	67,55	54,04	72,00	7,20	90,00	9,00	Muito Bom	70,24	74,99	75	Bom
14		60,50	83,43	57,57	95,00	9,50	90,00	9,00	Muito Bom	76,07	82,97	83	Bom
15		69,70	75,88	58,23	91,00	9,10	60,00	6,00	Satisfaz	73,33	76,56	77	Bom
16		74,85	50,18	50,01	80,00	8,00	55,00	5,50	Satisfaz	63,51	67,23	67	Satisfaz
17		71,55	77,48	59,61	85,00	8,50	75,00	7,50	Bom	75,61	70,61	71	Bom
18		58,95	59,53	47,39	60,00	6,00	75,00	7,50	Bom	60,89	60,06	60	Satisfaz
19		48,70	65,53	45,69	86,00	8,60	80,00	8,00	Bom	62,29	61,71	62	Satisfaz
20		81,25	76,03	62,91	85,00	8,50	45,00	4,50	Não Satisfaz	75,91	75,08	75	Bom
21		54,15	51,55	42,28	58,00	5,80	90,00	9,00	Muito Bom	57,08	62,96	63	Satisfaz
22		81,70	83,24	65,98	77,00	7,70	90,00	9,00	Muito Bom	82,68	80,28	80	Bom
23		80,25	74,25	61,80	80,00	8,00	90,00	9,00	Muito Bom	78,80	68,80	69	Satisfaz
24		70,50	76,49	58,80	75,00	7,50	90,00	9,00	Muito Bom	75,30	75,52	76	Bom
25		62,40	73,63	54,41	60,00	6,00	70,00	7,00	Bom	67,41	71,82	72	Bom
26		70,60	57,25	51,14	53,00	5,30	55,00	5,50	Satisfaz	61,94	64,42	64	Satisfaz
27		77,50	69,14	58,66	70,00	7,00	55,00	5,50	Satisfaz	71,16	69,91	70	Bom
28		54,25	53,08	42,93	75,00	7,50	60,00	6,00	Satisfaz	56,43	55,04	55	Satisfaz
29		46,85	59,08	42,37	55,00	5,50	75,00	7,50	Bom	55,37	51,58	52	Satisfaz
30		50,05	57,25	42,92	58,00	5,80	90,00	9,00	Muito Bom	57,72	57,43	57	Satisfaz
x	0	х	х	x	x	x	х	x	x	х	х	х	Não Existe/Anulou
X	0	х	х	х	х	х	х	х	x	х	Х	x	Não Existe/Anulou

Intervalo d	le Classificação	Classificação	Frequência	Percentagem		
×	х	Não Existe/Anulou	2	-		
0	19,44	Fraco	0	0		
19,45	49,44	Não Satisfaz	0	0		
49,45	69,44	Satisfaz	17	57		
69,45	89,44	Bom	13	43		
89,45	100	Muito Bom	0	0		
		N.º Alunos	30			

Meta	Média	Desvio
75	67	-8

N.º de alunos abaixo da meta	% de alunos abaixo da meta
22	73

N.º de alunos acima da meta	% de alunos acima da meta
8	27

Média	64,38	64,44	51,53	71,10	7,11	68,00	6,80	65,44	66,64	66,93
Máximo	85,20	85,20	68,16	95,00	9,50	90,00	9,00	85,96	82,97	83,00
Mínimo	40,05	37,28	30,93	40,00	4,00	20,00	2,00	38,93	44,94	50,00

ANEXO K



REFLEXÃO DE AULA ASSISTIDA

Identificação dos interve	enientes:		
Docente observado:		Observadores:	
Aula Observada:			
Disciplina:	Data:	Ano/Turma:	Bloco de tempo observado:
Sumário:			
Cumuno.			
A. A preparação da aula [Razões da escolha da tarefa/		trabalhado, segurança científica sobre os temas explorados c	om a tarefa,]
Reflexão [pontos fortes/aspo	etos a melhorar]:		
B. A condução da aula [De que forma a organização	da aula facilitou a aprendizagen	n, promoção de debate e discussão dos temas, desenvolveu u	m clima facilitador das aprendizagens,]
Reflexão [pontos fortes/aspo			· • • •
C. A aprendizagem dos [Aprendizagem identificadas, sucessão/insucesso dos aluno	ferramentas de avaliação,	proporciona oportunidades para os alunos identificarem	os seus progressos e dificuldades, aspetos que ditaram o
Reflexão [pontos fortes/aspe	etos a melhorar]:		
D. A aprendizagem come [No final da aula que aspete aprendem?,]		al foi adequada? Sempre abordou esta temática/conteúdo o	desta forma? O que aprendeu sobre a forma como os alunos
Reflexão [pontos fortes/aspo	etos a melhorar]:		
Data:			
Assinatura do Docente:			
Additional do Docetile.			

ANEXO L



Nome o	a Ativid	ade: Hallo	we'en																		
Data e	lorário:	31 outubr	o – 15.30)				Local/Es	spaço: Á	trio/ Bar do	2.º Ciclo e	Bibliote	eca			Ano Leti	vo: 2012/13	}			
Naturez	a da Ati	vidade:														•					
Organiz	ação cur	ricular	ı	Animação e	compleme	nto curric	ular [X]	Apoi	os Educa	ativos	Pro	jetos e	Acader	emias	5	Serviços de Ps	icologia e C)rientação			
					Organ	ização						Ou	itros co	olaborado	res/inter	venientes:					
1	Departan 2	nento / CA	D e Res	ponsáveis 5	6		Pro	ponentes	e Respo	nsáveis (2)		Pro	ofessore	res de Ingl	ês do 2.º (2.º e 3.ºciclos					
	[X]					Grupo	de Inglês	s; Susete F	Rasteiro												
		vidades de d tantes ativid		o curricular. D	Deve(m) ser a	assinalado(s) com um	n X o(s) depa	artamento(:	s) intervenie	nte(s) de acoi	rdo com	a legend	nda infra.							
	Destin	atários						Descr	rição da	Atividade							strumentos		ação elaboraram		
nomeadamente através da utilização de música de fundo e de decoração "a preceito", para que os alunos pudessem, mais facilmente, sentir-se envolvidos por toda uma atmosfera diferente: o espírito de Hallowe'en. Neste dia esteve presente um júri que preencheu uma grelha de pontuação dos grupos de concorrentes, avaliando as suas máscaras e a prestação em grupo no desfile. A apresentação do desfile esteve a cargo de dois alunos do curso de interpretação. Foram premiados dois grupos de alunos, correspondentes a duas turmas, tendo uma sido do 2.º ciclo e outra do terceiro. Para além do concurso de máscaras, dinamizou-se, como já vem sendo hábito, o concurso de abóboras. O júri, constituído pelos professores de inglês avaliaram as abóboras e selecionaram as duas que se destacaram, e que como tal foram premiadas. Cada turma entregou somente uma abóbora para ser objeto de avaliação pelo júri O prémio atribuído foi para toda a turma, não a título individual. Foi entregue a cada turma envolvida um certificado de participação.									ente: o os de ntação ido do á vem nglês, foram lo júri.	cartazes. Por sua vez, os alunos do 3.º ciclo elaboraram textos com base em pesquisas sobre as tradições desta festividade. Os últimos puderam, inclusive, proceder à recolha de filmes e músicas que tratavam o tema do Hallowe'en. Enquanto os cartazes elaborados pelos alunos do 2.º ciclo foram expostos na biblioteca/átrio do colégio, o melhor texto redigido pelos alunos do 3.º ciclo foi publicado no sítio do CRDL.											
AVALIA	ÇÃO																				
Objetiv	os															Ating	ido	Nã	o atingido		
ä	ı) Er	volver to	da a co	munidade	no proces	sso educ	ativo at	través da	sua par	ticipação	nas ativid	ades c	do Cole	légio		Х					
ŀ				om ambier												Х					
(;) Pr	oporcion	ar aos a	lunos ativi	dades de	enrique	cimento	do currío	culo atra	vés de a	tividades d	liversif	ficadas	S		X					
Articula	ıção Cur	ricular														Concretizada		Não concretizada			
		n o Projet							<u></u>							Concret	izada	Não d	concretizada		
enquad aluno,	lra-se n transfor	a dinâmio mando-o	ca do Pi num su	rojeto Edu	cativo do nomo, res	colégio, ponsáve	na me	dida em d lo de esp	que pret írito críti	ende fav co, litera	senvolvime orecer o d to, compet	esenv	olvime	ento integ	gral do	х					
EXECU	ÇÃO FIN	IANCEIRA																			
	Custo global da atividade: € [0,00] Número de participantes: 209									Cus	to por partio	cipante:	€ [0,00]								
Nível global de eficácia pedagógica Muito Bom X Bom Suficiente									te		Insufic	ente									
Continu	idade e	m anos le	tivos seç	juintes			Sim				Х				Não						
00000	VAÇÕE	101050	TÕECE	E MELVIOR	NA.																
ORSER	VAÇUE	7 SUGES	TUES D	E MELHOR	iiA																
O Poss	neával -	ela ativida	ıde							٨٦	Direção,										
		4 de outul		12						AL	moyau,										
Guatit	wollin,	r uo outui	510 UC 20											,	d	le			de		

IMP.DP.004.02 1/2



Legenda:

[eliminar as linhas e/ou tabelas que não se aplicam à escola]

[1] Departamento de Ciências Sociais e Humanas	[2] Departamento de Estudos Linguísticos e Literários					
[3] Departamento de Ciências Exatas e Naturais	[4] Departamento de Expressões e Artes					
[5] Departamento do 1.º Ciclo	[6] Departamento da Educação Pré-Escolar					

[1] Coordenação da Área Sociocultural						
[2] Coordenação da Área Científica						
[3] Coordenação da Área Técnica						

IMP.DP.004.02 2/2

ANEXO M



Nome da Atividade: Semana da	s Línguas				
Data e Horário: de 11 a 15 de m	arço	Local/Espaço: Refeitório e sala	as designadas		Ano Letivo: 2012/2013
Natureza da Atividade:					
Organização curricular	Animação e complemento curricular [X]	Apoios Educativos	Projetos e Academias	Ser	rviços de Psicologia e Orientação

					Organ	Outros colaboradores/intervenientes:	
1	Departame	ento / CAI	D e Respo	nsáveis (1)	Proponentes e Responsáveis (2)	Comunidade Educativa
1	2	3	4	5	6		
	[X]					Departamento de Estudos Linguísticos e Literários	
[nomes]							

⁽¹⁾ Aplicavel às atividades de organização curricular. Deve(m) ser assinalado(s) com um X o(s) departamento(s) interveniente(s) de acordo com a legenda infra. (2) Aplicável às restantes atividades.

Destinatários	Descrição da Atividade	Instrumentos de Avaliação
Comunidade Educativa	O refeitório foi dinamizado ao longo da semana através de uma ementa típica de um país em cada dia, a designar: Alemanha, Espanha, Inglaterra, França e Portugal. A ementa contou ainda com uma sobremesa especial que pôde ser comprada atempadamente por todos aqueles que quiseram deliciar-se e ser adquirida numa tenda montada para o efeito naquele espaço. Registem-se as ementas e as respetivas sobremesas identificativas de cada país: Alemanha – salsichas com arroz e bola de Berlim; Espanha – paelha de carnes e tarte de Santiago; Inglaterra – hambúrguer com batatas fritas e <i>cupcake</i> ; França – <i>coq au vin</i> e profiteroles; Portugal – carne de porco à portuguesa e pastel de nata. O refeitório esteve decorado a preceito durante toda a semana com cartazes apelativos e, todos os dias, a comunidade educativa pôde visionar vídeos e ouvir músicas referentes ao país retratado e às viagens realizadas aos mesmos. Todos os dias era facultada também uma sopa de letras a todos aqueles que almoçaram no refeitório, alusiva a temas de cada país. No dia 11 de março os alunos da Academia de Alemão juntamente com os alunos de 7.º ano da disciplina dinamizaram a Biblioteca com uma sessão de apresentações sobre a Língua e Cultura Alemã cuja abertura contou com uma atuação musical (interpretação ao violino do Danúbio Azul pelo aluno de alemão João de Carvalho 7,ºF. A Semana das Línguas pautou-se ainda pela projeção de filmes nos dias 13, 14 e 15 de março em salas destinadas para o efeito: "Meia-noite em Paris", "Spanglish", "Sherlock Holmes", "Sherlock Holmes – Jogo de Sombras", "O Pequeno Nicolau" e "Amigos improváveis". No dia 13 de março teve lugar na biblioteca o "Quiz Cultural" que contou com a participação de várias equipas de todos os ciclos de ensino que demonstraram destreza na resposta a perguntas francófonas, hispânicas, anglófonas e germânicas. No dia 14 de março o 2º ciclo participou ainda de forma entusiástica na já tradicional corrida das Panquecas que teve lugar no campo de jogos.	Sopa de letras Quiz cultural Ementa Cartazes de cinema Fotografias

AVALIAÇÃO			
Objetivos	Atingido	Não atingido	
Fomentar o interesse pelas línguas estrangeiras	[X]		
Sensibilizar a comunidade escolar para a crescente multiculturalidade e plurilinguismo da sociedade actual	[X]		
Possibilitar aos alunos a aquisição de outra língua estrangeira, ainda que de forma extracurricular, enriquecendo assim o seu currículo	[X]		
Articulação Curricular	Não con	Não contemplada	
Articulação com o Projeto Educativo	Concretizada	Não concretizada	
Favorecer o desenvolvimento integral do aluno, transformando-o num sujeito autónomo, responsável, dotado de espírito crítico, literato, competente, educado, sensível às diferentes expressões artísticas, informado e interessado pela realidade circundante	[X]		

EXECUÇÃO FINANCEIRA									
Custo global da atividade:	€ [0,00]	!	Número de participa	ntes:	+/- 1100 indivíduos	6	Custo	por participante:	€ 0,00€ / 0,70€ na aquisição da sobremesa
Nível global de eficácia pedagógica	Muito Bom	ı [X]	Bom			Suficiente		Insuficiente	

Nivei global de eficacia pedagogica	Muito Bom [A]	БОП	Sufficiente	Insunciente
Continuidade em anos letivos seguintes	Sim	[X]	Não	

OBSERVAÇÕES / SUGESTÕES DE MELHORIA

Devido a uma adequação à logistica e aos recursos humanos, verifica-se uma discrepância entre a planificação da atividade e a sua concretização; contudo a Semana das Línguas contou com a participação interessada de toda a comunidade educativa.

IMP.DP.004.02 1/2



O Responsável pela atividade,	A Direção,
dede	dede
Legenda: [eliminar as linhas e/ou tabelas que não se aplicam à escola]	
[1] Departamento de Ciências Sociais e Humanas	[2] Departamento de Estudos Linguísticos e Literários
[3] Departamento de Ciências Exatas e Naturais	[4] Departamento de Expressões e Artes
[5] Departamento do 1.º Ciclo	[6] Departamento da Educação Pré-Escolar
	1
[1] Coordenação da Área Sociocultural	
[2] Coordenação da Área Científica	
[3] Coordenação da Área Técnica	

IMP.DP.004.02 2/2

ANEXO N



Exemplos/Evidências:

Reflexão [pontos fortes/aspetos a melhorar]:

Nome:

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOCENTE

[Anos letivos de referência]

Funções/Cargos desempenhados:
Disciplinas lecionadas:
Anos/Turmas: A. COMPETÊNCIA PARA LECIONAR
A. COMPETENCIA PARA LECIONAR
A.1. Conhecimentos científicos e didáticos [Evidencia o conhecimento das matérias; Explica com clareza as áreas do seu domínio científico; Apresenta informação (científica) precisa e atualizada; Procura abordagens para ajudar o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social do aluno; Procura conhecimentos sobre o pensamento, tendências e práticas inovadoras na educação]
Exemplos/Evidências:
Reflexão [pontos fortes/aspetos a melhorar]:
A.2. Promoção da aprendizagem pela Motivação e Responsabilização dos alunos [Apoia os alunos na aquisição de novas competências; Motiva os alunos para a melhoria; Utiliza práticas que promovem o desenvolvimento e aprofundamento de competências; Sistematiza procedimentos e tarefas de rotina para comprometer os alunos em várias experiências de aprendizagem; Promove a autoestima do aluno, com reforço positivo; Apoia os alunos no desenvolvimento e utilização de formas de avaliar criticamente a informação]
Exemplos/Evidências:
Reflexão [pontos fortes/aspetos a melhorar]:
A.3. Plasticidade (Flexibilidade e capacidade de adaptação) [Usa várias estratégias para fazer face a diferentes modos de aprendizagem dos alunos; Quando seleciona os recursos, considera as necessidades individuais de cada aluno, o ambiente de aprendizagem e as competências a desenvolver; Conhece os processos relacionados com a educação especial e providencia as experiências adequadas para o sucesso do aluno (quando aplicável e tendo formação); Dá informação fundamentada sobre os trabalhos propostos aos alunos; Utiliza uma variedade de recursos adequados para aperfeiçoar a aprendizagem dos alunos]
Exemplos/Evidências:
Reflexão [pontos fortes/aspetos a melhorar]:
A.4. Identificação e vivência do projeto educativo [Segue as linhas orientadoras do projeto educativo e usa a metodologia preconizada; Estimula a aquisição dos valores propostos no projeto educativo da escola. Participa ativamente na consolidação e divulgação do projeto educativo da escola dentro e fora da comunidade escolar]
Exemplos/Evidências:
Reflexão [pontos fortes/aspetos a melhorar]:
A.5. Comunicação [Demonstra proficiência na utilização da vertente escrita da língua portuguesa; Demonstra proficiência na utilização da vertente oral da língua portuguesa; Promove, no âmbito, da sua área disciplinar o bom uso da língua; Promove competências eficazes de comunicação. Demonstra proficiência na utilização da vertente oral e escrita da língua estrangeira (quando aplicável — especificamente para docentes de língua estrangeira)
Exemplos/Evidências:
Reflexão [pontos fortes/aspetos a melhorar]:
A.6. Planeamento [Desenvolve, com os alunos, expectativas atingíveis para as aulas; Gere o tempo de ensino de uma forma a cumprir os objetivos propostos; Faz ligações relevantes entre as planificações das aulas diárias e as planificações de longo prazo; Planifica adequadamente os temas das aulas; Planifica a dequadamente as aulas; Modifica planificações para se adaptar às necessidades dos alunos, tornando os tópicos mais relevantes para a vida e experiência dos alunos; Acompanha a planificação do seu grupo disciplinar]

IMP-DA-005-01 1/4



RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOCENTE

A.7. Procura de informação e atualização de conhecimentos

[Utiliza, apropriadamente as tecnologias da informação e da comunicação para melhorar o ensino/aprendizagem; Promove, sempre que possível, a utilização destas novas tecnologias de informação, pelos alunos; Mantém um registo das suas experiências de aprendizagem relacionando-as com os contextos educacionais; Explora formas de aceder e utilizar a pesquisa sobre educação; Participa em ações de formação propostas pela escola]

Exemplos/Evidências:

Reflexão [pontos fortes/aspetos a melhorar]:

A.8. Avaliação

[Alinha as estratégias de avaliação com os objetivos de aprendizagem; Utiliza o trabalho do aluno para diagnosticar dificulda des de aprendizagem que corrige adequadamente; Aplica adequadamente os instrumentos e as estratégias de avaliação, tanto a curto como a longo prazo; Utiliza uma variedade de técnicas de avaliação; Utiliza a comunicação contínua para manter tanto os alunos como os pais informados e para demonstrar o progresso do aluno; Mo difica os processos de avaliação para assegurar que as necessidades dos alunos especiais ou as exceções de aprendizagem são correspondidas; Integra a autoavaliação como estratégia reguladora da aprendizagem do aluno. Os resultados académicos dos seus alunos evidenciam uma melhoria contínua ao longo do tempo.]

Exemplos/Evidências:

Reflexão [pontos fortes/aspetos a melhorar]:

B. COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS E DE CONDUTA

B.1. Trabalho de Equipa e Cooperação Inter-áreas

[Partilha novas aquisições de conhecimentos científicos com os colegas; Trabalha cooperativamente com os colegas para resolver questões relacionadas com alunos, as aulas e a escola; Participa nos diversos grupos de trabalho da escola (grupos por disciplina, etc.); Toma a iniciativa de cri ar atividades lúdico/pedagógicas pluridisciplinares na escola; Participa em atividades lúdico/pedagógicas pluridisciplinares na escola. É assíduo. É pontual. Cumpre os prazos estipulados.]

Exemplos/Evidências:

Reflexão [pontos fortes/aspetos a melhorar]:

C. COMPETÊNCIAS SOCIAIS E DE RELACIONAMENTO

C.1. Relação com os alunos e encarregados de educação

[Demonstra preocupação e respeito para com os alunos, mantendo interações positivas; Promove, entre os alunos, interações educadas e respeitosas; Tem capacidade para lidar com comportamentos inadequados dos alunos; Mantém um canal de comunicação informal, de abertura e de proximidade com os alunos; Aplica o conhecimento sobre o desenvolvimento físico, social e cognitivo dos alunos; Conhece, explica e implementa eficazmente os regulamentos existentes; Demonstra ter bom relacionamento com os Encarregados de Educação; Promove um ambiente disciplinado; Promove o compromisso efetivo dos Encarregados de Educação na concretização de estratégias de apoio à melhoria e sucesso dos alunos; Mobiliza valores e outras componentes dos contextos culturais e sociais, adotando estratégias pedagógicas de diferenciação, conducentes ao sucesso de cada aluno]

Exemplos/Evidências:

Reflexão [pontos fortes/aspetos a melhorar]:

C.2. Envolvimento com a comunidade educativa

[Demonstra estar integrado na comunidade educativa; Reconhece e releva os esforços e sucessos de outros (elementos da comunidade educativa); Inicia contactos com outros profissionais e agentes da comunidade para apoiar os alunos e as suas famílias, quando adequado; Cria oportunidades adequadas para os alunos, seus pais e membros da comunidade partilharem a sua aprendizagem, conhecimentos e competências com outros, na sala de aula ou na escola. Inicia contactos com agentes externos à escola (empresas/instituições) para estabelecimento de parcerias promotoras do projeto educativo da unidade escolar.]

Exemplos/Evidências:

Reflexão [pontos fortes/aspetos a melhorar]:

IMP-DA-005-01 2/4



RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOCENTE

D. COMPETÊNCIAS DE GESTÃO (no caso de trabalhadores com funções de coordenação ou chefia)

[apagar caso NÃO se aplique]

D.1. Liderança

[Adapta o seu estilo de liderança às diferentes características dos colaboradores; Favorece a autonomia progressiva do colaborador; Obtém o cumprimento das suas orientações através de respeito e adesão; É um exemplo de comportamento profissional para a equipa; No caso de estar nas suas funções, identifica e promove situações que requerem momentos formais de comunicação com alunos, encarregados de educação]

Exemplos/Evidências:

Reflexão [pontos fortes/aspetos a melhorar]:

D.2. Motivação

[Dá apoio e mostra-se disponível sempre que alguém necessita; Elogia com clareza e de modo proporcionado; Mostra apreço pelo bom desempenho dos seus colaboradores]

Exemplos/Evidências:

Reflexão [pontos fortes/aspetos a melhorar]:

D.3. Delegação

[Delega todas as tarefas e responsabilidades em que tal é adequado; Promove a delegação desafiante, proporcionando assim opor tunidades de desenvolvimento individual dos seus colaboradores; Ao delegar deixa claro o âmbito de responsabilidade, os recursos e o objetivo final; Responsabiliza os delegados pelos resultados das tarefas atribuídas; Controla em grau adequado]

Exemplos/Evidências:

Reflexão [pontos fortes/aspetos a melhorar]:

D.4. Planeamento e Controlo

[Elabora planos, documentados, para as principais atividades, rentabilizando os recursos humanos e materiais; Baseia o seu planeamento em previsões realistas, definindo calendários, etapas e sub-objetivos, e pontos de controlo das atividades em momentos-chave]

Exemplos/Evidências:

Reflexão [pontos fortes/aspetos a melhorar]:

D.5. Estratégia

[Formula uma visão estratégica positiva e motivante; Envolve a equipa e suscita a sua adesão à visão; Promove processos, atividades e estilos de atuação coerentes com a visão; O seu discurso é um exemplo de coerência com a visão; A sua ação é um exemplo de coerência com a visão; Integra na sua visão estratégica a gestão da qualidade]

Exemplos/Evidências:

Reflexão [pontos fortes/aspetos a melhorar]:

D.6. Reconhecimento

[Reconhece boas práticas; Estimula boas práticas (que não sejam necessariamente inovadoras)]

Exemplos/Evidências:

Reflexão [pontos fortes/aspetos a melhorar]:

D.7. Gestão da Inovação

[Incentiva a análise crítica dos métodos de trabalho, encorajando a inovação; Recolhe sugestões e propõe à equipa temas concretos para inovação; Reconhece e elogia em ocasiões públicas ações de inovação; Aplica medidas de inovação ou reformulação de procedimentos]

Exemplos/Evidências:

Reflexão [pontos fortes/aspetos a melhorar]:

D.8. Avaliação

[Implementa mecanismos formais de avaliação dos processos de gestão que lhe estão confiados; Garante a implementação de ações de melhoria resultantes dos processos formais de avaliação; Gere de forma eficaz (integrando a informação em futuras ações) a avaliação de todo o processo de gestão]

Exemplos/Evidências:

Reflexão [pontos fortes/aspetos a melhorar]:

IMP-DA-005-01 3/4



RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO DO DESEMPENHO **DOCENTE**

Reflexão Final

Aspetos positivos a realçar

Ex: De que forma o seu desempenho contribuiu para o bom desenvolvimento das aprendizagens dos alunos? E do Projeto Educativo de Escola?

Aspetos a melhorar

Ex: De que forma o seu desempenho pode contribuir mais para o bom desenvolvimento das aprendizagens dos alunos? E do Projeto Educativo de Escola?

Sugestões/Observações
Ex: Sugestões de projetos/atividades/estratégias que gostaria de implementar ou que gostaria que a unidade escolar desenvolvesse.

Nível de Desempenho Proposto

(no caso das Escolas Profissionais, aplicável apenas a colaboradores internos)

[assinalar com um "X"] 1 Insuficiente 2 Suficiente 3 4 Bom 5

Data:

Assinatura do Docente:

IMP-DA-005-01 4/4